

**FACULDADE DE ARQUITETURA**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**ARQUITECTURA TROPICAL**  
**O (RE) DESENHO DA HABITAÇÃO INFORMAL EM SÃO TOMÉ**

**Fábio Jorge Chamusca Filipe**

(Licenciado)

DISSERTAÇÃO/PROJECTO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ARQUITECTURA  
(Mestrado Integrado em Arquitectura)

ORIENTADOR CIENTÍFICO: Professor Doutor Paulo Pereira Almeida

Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa

Lisboa, Outubro 2016







**Título** | O (RE)DESENHO DA HABITAÇÃO INFORMAL EM SÃO TOMÉ

**DISCENTE:** Fábio Jorge Chamusca Filipe

**ORIENTADOR:** Professor Doutor Paulo Pereira Almeida

## RESUMO

A informalidade arquitectónica e urbanística presente nos assentamentos urbanos, devido ao rápido crescimento demográfico e habitacional, é uma realidade cada vez mais comum na cidade de São Tomé. Sendo que neste contexto, o espaço informal refere-se ao espaço aleatório e precário no seu sentido mais actual, integrando-se maioritariamente na periferia da cidade, impondo uma barreira física perante a envolvente formal.

Assim, o presente estudo visa explorar o contexto urbano da cidade de São Tomé, identificando os factores definidores deste fenómeno complexo e multidimensional a que chamamos informalidade. Posteriormente, com base numa reflexão sobre a estrutura espacial e morfológica dos assentamentos informais da cidade, identificaram-se as suas potencialidades e fraquezas perante a malha formal, bem como as suas principais características urbanas e construtivas através de uma análise que varia desde a escala da cidade, à escala do bairro e à escala da rua e da habitação.

Portanto, tendo em conta que a área a intervir se encontra inserida no limite da malha formal e informal, assumiu-se como principal premissa, o (re)desenho e possível articulação dos novos fragmentos de cidade com a cidade existente, de forma a garantir a coexistência entre ambas e dar início ao processo regenerativo da cidade. A respectiva intervenção traduz-se numa proposta de carácter regenerativo, através de uma estratégia capaz de estabelecer as articulações e continuidades necessárias com os contextos urbanos envolventes, mais indefinidos, abertos e heterogéneos, garantindo uma ideia de cidade como lugar habitável e estruturado, capaz de tornar significativa a vivência nestas novas partes de cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arquitectura Tropical | São Tomé | (In)formal | Regeneração Urbana | Espaço público e privado

**TITLE** | THE REDESIGN OF INFORMAL HOUSING IN SÃO TOMÉ

**STUDENT'S NAME** | Fábio Jorge Chamusca Filipe

**MAIN ADVISOR** | Professor Doutor Paulo Pereira Almeida

## **ABSTRACT**

The architectural and urban informality present in urban settlements, given the rapid population and housing growth, is an increasingly common reality in São Tomé. Since this context, informal space refers to the random and precarious space in your direction more current, integrating mostly on the outskirts of the city, imposing a physical barrier before the formal surroundings.

So, this study aims to explore the urban context of São Tomé, identifying the defining factors of this complex and multidimensional phenomenon we call informality. Later, based on a reflection on the spatial and morphological structure of informal settlements in the city, it identified its strengths and weaknesses before the formal network, as well as its main urban and constructive characteristics through an analysis ranging from the scale of city, the scale of the neighborhood and the scale of the street and housing.

Therefore, given that the area involved is inserted on the edge of formal mesh and informal, it is assumed as a main premise, the (re) drawing, and possible connection of the new city of fragments with the existing city, to ensure the coexistence between them and start the regenerative process of the city. Thus, its action is translated into a regenerative character motion through a strategy of establishing joints and continuities necessary with the surrounding urban contexts, more undefined open and heterogeneous, ensuring a city idea as area and structured place capable of making significant experience to these new parts of town.

**KEYWORDS:** Tropical Architecture | São Tomé | (In) formal | Urban Regeneration | Public space and private

## **AGRADECIMENTOS**

A todos os envolvidos nesta caminhada, que me suportaram e me apoiaram.





# ÍNDICE

<b>RESUMO</b> .....	I
<b>ABSTRACT</b> .....	II
<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	III
<b>ÍNDICE</b> .....	VI
<b>ÍNDICE DE FIGURAS</b> .....	VIII
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>I   CAPÍTULO 1</b>	
1.1   ENQUADRAMENTO GERAL.....	5
1.2   CIDADE INFORMAL VS CIDADE FORMAL.....	17
1.3   EXPONENCIAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO .....	27
<b>II   CAPÍTULO 2</b>	
2.1   ARQUITETURA VS AUTOCONSTRUÇÃO.....	33
2.2   O (RE) DESENHO DO ESPAÇO PÚBLICO.....	43
2.3   CASOS DE ESTUDO	
2.3.1   COVA DA MOURA, LISBOA.....	49
2.3.2   OS MUSSEQUES DE LUANDA.....	58
<b>III   CAPÍTULO 3</b>	
3.1   ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO	
3.1.1   TEMA, LEVANTAMENTO GERAL.....	66
3.1.2   PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO.....	74
3.1.3   ESTRATÉGIA PROGRAMÁTICA.....	76
3.2   (RE)DESENHO DO HABITAR E EDIFICADO CORRENTE	
3.2.1   O ESPAÇO PÚBLICO COMO AGREGADOR SOCIAL.....	80
3.2.2   O TURISMO COMO IMPULSIONADOR DO LUGAR.....	86
3.2.3   HABITAÇÃO COMPLEMENTAR.....	92
<b>CONCLUSÃO</b> .....	96
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	99
<b>ANEXOS</b>	



## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b>   PRAIA DE SÃO TOMÉ E SUAS GENTES FONTE: <a href="http://magazine.africageographic.com/weekly/issue-30/chocolate-islands-sao-tome-and-principe-island-paradise/">http://magazine.africageographic.com/weekly/issue-30/chocolate-islands-sao-tome-and-principe-island-paradise/</a>	<b>PÁG   1</b>
<b>FIGURA 2</b>   GRAFISMO DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE FONTE: Esquema elaborado pelo autor	<b>PÁG   8/9</b>
<b>FIGURA 3</b>   VISTA AÉREA DA CIDADE DE SÃO TOMÉ FONTE: <a href="http://googlemaps.pt">http://googlemaps.pt</a>	<b>PÁG   13</b>
<b>FIGURA 4</b>   FOTOGRAFIA AÉREA DE UMA DAS ZONAS DE INTERVENÇÃO FONTE: Fotografia fornecida nas aulas de Laboratório de Projeto	<b>PÁG   13</b>
<b>FIGURA 5</b>   BAIRRO RIBOQUE, SÃO TOMÉ FONTE: <a href="http://viagemastomeprincipe.blogspot.pt/2011/01/passeio-pelo-bairro-de-riboque.html">http://viagemastomeprincipe.blogspot.pt/2011/01/passeio-pelo-bairro-de-riboque.html</a>	<b>PÁG   13</b>
<b>FIGURA 6</b>   BAIRRO RIBOQUE, SÃO TOMÉ FONTE: <a href="http://www.panoramio.com/photo/68892541">http://www.panoramio.com/photo/68892541</a> FOTOGRAFIA: Nuno Paredes	<b>PÁG   13</b>
<b>FIGURA 7</b>   BAÍA DE ANA CHAVES, C. 1644 FONTE: Fotografia fornecida nas aulas de Laboratório de Projeto	<b>PÁG   1</b>
<b>FIGURA 8</b>   BAÍA DE ANA CHAVES, C. 1198 FONTE: Fotografia fornecida nas aulas de Laboratório de Projeto	<b>PÁG   17</b>
<b>FIGURA 9</b>   ESTUDO DO PLANO PARCIAL PARA A MARGINAL, MÁRIO DE OLIVEIRA FONTE: Fotografia fornecida nas aulas de Laboratório de Projeto	<b>PÁG   17</b>
<b>FIGURA 10</b>   NOMZANO, ÁFRICA DO SUL FONTE: <a href="http://www.unequalscenes.com">http://www.unequalscenes.com</a> FOTOGRAFIA: JOHNNY MILLER	<b>PÁG   21</b>
<b>FIGURA 11</b>   DURBAN, ÁFRICA DO SUL FONTE: <a href="http://www.unequalscenes.com">http://www.unequalscenes.com</a> FOTOGRAFIA: JOHNNY MILLER	<b>PÁG   21</b>
<b>FIGURA 12</b>   PIETERMARITZBURG, ÁFRICA DO SUL FONTE: <a href="http://www.unequalscenes.com">http://www.unequalscenes.com</a> FOTOGRAFIA: JOHNNY MILLER	<b>PÁG   21</b>
<b>FIGURA 13</b>   PIETERMARITZBURG, ÁFRICA DO SUL	

<p>FONTE: <a href="http://www.unequalscenes.com">http://www.unequalscenes.com</a>  FOTOGRAFIA: JOHNNY MILLER</p>	<b>PÁG   21</b>
<p><b>FIGURA 14   KYA SANDS, ÁFRICA DO SUL</b>  FONTE: <a href="http://www.unequalscenes.com">http://www.unequalscenes.com</a>  FOTOGRAFIA: JOHNNY MILLER</p>	<b>PÁG   21</b>
<p><b>FIGURA 15   NOMZANO, ÁFRICA DO SUL</b>  FONTE: <a href="http://www.unequalscenes.com">http://www.unequalscenes.com</a>  FOTOGRAFIA: JOHNNY MILLER</p>	<b>PÁG   21</b>
<p><b>FIGURA 16   KYA SANDS, ÁFRICA DO SUL</b>  FONTE: <a href="http://www.unequalscenes.com">http://www.unequalscenes.com</a>  FOTOGRAFIA: JOHNNY MILLER</p>	<b>PÁG   21</b>
<p><b>FIGURA 17   JOHANNESBURG, ÁFRICA DO SUL</b>  FONTE: <a href="http://www.unequalscenes.com">http://www.unequalscenes.com</a>  FOTOGRAFIA: JOHNNY MILLER</p>	<b>PÁG   21</b>
<p><b>FIGURA 18   ABERTURA DOS JOGOS OLÍMPICOS VISTO DO MORRO DA MANGUEIRA, RIO DE JANEIRO</b>  FONTE: <a href="https://mozreal.com/category/rio-de-janeiro/">https://mozreal.com/category/rio-de-janeiro/</a>  FOTOGRAFIA: ANDREJ ISAKOVIC</p>	<b>PÁG   27</b>
<p><b>FIGURA 19   A RUA NO INFORMAL COMO ESPAÇO RECREATIVO, SÃO TOME</b>  FOTOGRAFIA: ALUNOS 4ºANO, VIAGEM A SÃO TOMÉ</p>	<b>PÁG   32</b>
<p><b>FIGURA 20   A RUA NO INFORMAL COMO ESPAÇO SOCIAL, SÃO TOME</b>  FOTOGRAFIA: ALUNOS 4ºANO, VIAGEM A SÃO TOMÉ</p>	<b>PÁG   32</b>
<p><b>FIGURA 21   A RUA NO INFORMAL COMO ESPAÇO COMERCIAL, SÃO TOME</b>  FOTOGRAFIA: ALUNOS 4ºANO, VIAGEM A SÃO TOMÉ</p>	<b>PÁG   32</b>
<p><b>FIGURA 22   AS ÁRVORES GARANTEM MOMENTOS DE SOMBRA NA RUA GRANDE, SÃO TOMÉ</b>  FONTE: <a href="http://www.rotasturisticas.com/fotos_24063_sao_tome_praca_da_independencia.html">http://www.rotasturisticas.com/fotos_24063_sao_tome_praca_da_independencia.html</a></p>	<b>PÁG   32</b>
<p><b>FIGURA 23   CONSTRUÇÃO PRIMITIVA NO LAGO TITICACA, PERU</b>  FONTE: <a href="http://opturismo.com.br/destinos/america-do-sul/peru/lima-cusco-puno-lago-titicaca">http://opturismo.com.br/destinos/america-do-sul/peru/lima-cusco-puno-lago-titicaca</a></p>	<b>PÁG   39</b>
<p><b>FIGURA 24   CONSTRUÇÃO PRIMITIVA NO LAGO TITICACA, PERU</b>  FONTE: Rapoport, Amos, 1969, House form and culture, New Jersey: Prentice Hall, pág. 27</p>	<b>PÁG   39</b>
<p><b>FIGURA 25   PEÇAS DO CENTRO DE HIGIENE PARA NEW GOURNA, EGIPTO</b>  FONTE: Fathy, Hassan, 2009, Arquitectura para os pobres, uma experiência no Egito rural, Lisboa, Argumentum, Dinalivro, pág. 151</p>	<b>PÁG   41</b>
<p><b>FIGURA 26   CONSTRUÇÃO DE ESCADAS PELA COMUNIDADE, COVA DA MOURA LISBOA</b>  FOTOGRAFIA: tirada pelo autor</p>	<b>PÁG   43</b>

<b>FIGURA 27</b>   AUTOCONSTRUÇÃO, COVA DA MOURA LISBOA FOTOGRAFIA: tirada pelo autor	<b>PÁG   43</b>
<b>FIGURA 28</b>   AUTOCONSTRUÇÃO FRAGMENTÁRIA FOTOGRAFIA: tirada pelo autor	<b>PÁG   52</b>
<b>FIGURA 29</b>   A RUA COMO ESPAÇO RECREATIVO, COVA DA MOURA LISBOA FOTOGRAFIA: tirada pelo autor	<b>PÁG   52</b>
<b>FIGURA 30</b>   A ARTE COMO FORMA DE EXPRESSÃO SOCIAL FOTOGRAFIA: Global Imagens	<b>PÁG   52</b>
<b>FIGURA 31</b>   DESENHO DE CHEIOS E VAZIOS, COVA DA MOURA LISBOA FONTE: Desenho elaborado pelo atelier Artéria	<b>PÁG   52</b>
<b>FIGURA 32</b>   PRÉMIO SECIL UNIVERSIDADES- MERCADO MULTICULTURAL, COVA DA MOURA LISBOA FONTE: <a href="http://www.archdaily.com.br/br/01-37296/premio-secil-universidades-arquitetura-mercado-multicultural-na-cova-da-moura-ricardo-carreiro">http://www.archdaily.com.br/br/01-37296/premio-secil-universidades-arquitetura-mercado-multicultural-na-cova-da-moura-ricardo-carreiro</a>	<b>PÁG   58</b>
<b>FIGURA 33</b>   É POSSIVEL ENCONTRAR PORTUGUESES A VIVEREM EM MUSSEQUES DESDE O PERIODO COLONIAL, BAIRRO DO MARÇAL, LUANDA FONTE: <a href="https://cc3413.wordpress.com/tag/marcal/">https://cc3413.wordpress.com/tag/marcal/</a>	<b>PÁG   62</b>
<b>FIGURA 34</b>   ASSENTAMENTO INFORMAL, ANGOLA FONTE: <a href="http://pt.slideshare.net/DevelopmentWorkshopAngola/estudo-musseque-em-luanda-caso-cazenga-weba-kirimba">http://pt.slideshare.net/DevelopmentWorkshopAngola/estudo-musseque-em-luanda-caso-cazenga-weba-kirimba</a>	<b>PÁG   62</b>
<b>FIGURA 35</b>   VISTA AÉREA DOS MUSSEQUES, ANGOLA FONTE: <a href="http://www.maps.google.pt">http://www.maps.google.pt</a>	<b>PÁG   62</b>
<b>FIGURA 36</b>   O INFORMAL, BAIRRO DA MAIANGA E PRENDA, COM O FORMAL NO HORIZONTE FONTE: <a href="http://www.unmultimedia.org/">http://www.unmultimedia.org/</a>	<b>PÁG   62</b>
<b>FIGURA 37</b>   1 - Cinema Império. São Tomé. Disponível em: <a href="http://www.travel-images.com/sao-tome-principe.html">http://www.travel-images.com/sao-tome-principe.html</a> 2 - Habitação informal de São Tomé. 3 - Parque popular. São Tomé. Disponível em: <a href="https://www.flickr.com/photos/moodyworld/248927629/">https://www.flickr.com/photos/moodyworld/248927629/</a> 4 - Companhia Santomense de Telecomunicações. Disponível em: <a href="http://www.travel-images.com/sao-tome-principe.html">http://www.travel-images.com/sao-tome-principe.html</a> 5 - Exemplo de arquitetura modernista. Disponível em: <a href="http://www.travel-images.com/sao-tome-principe.html">http://www.travel-images.com/sao-tome-principe.html</a> 6 - Habitação informal de São Tomé. Disponível em:	<b>PÁG   68</b>
<b>FIGURA 38</b>	

- 1 - Cinema Império. São Tomé. Disponível em:  
<http://www.travel-images.com/sao-tome-principe.html>
- 2 - Habitação informal de São Tomé.
- 3 - Parque popular. São Tomé. Disponível em:  
<https://www.flickr.com/photos/moodyworld/248927629/>
- 4 - Companhia Santomense de Telecomunicações. Disponível em:  
<http://www.travel-images.com/sao-tome-principe.html>
- 5 - Exemplo de arquitetura modernista. Disponível em:  
<http://www.travel-images.com/sao-tome-principe.html>
- 6 - Vista exterior do "Mercado novo". Disponível em:  
<https://viagensparaiso.wordpress.com/tag/sao-tome/>
- 7 - Vista exterior do "Mercado velho". Disponível em:  
<http://www.travel-images.com/sao-tome-principe.html>
- 8 - Pico Cão Grande. São Tomé.
- 9 - Praça da independência. São Tomé. Disponível em:  
<http://www.travel-images.com/sao-tome-principe.html>
- 10 - Igreja da Nossa Senhora da Graça (Sé). São Tomé. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/sevencontinents/7467494570>
- 11 - Exemplo de arquitectura colonial portuguesa. Disponível em:  
<http://www.travel-images.com/sao-tome-principe.html>
- 12 - Escola Patrice Lumumba de São Tomé. Disponível em:  
<http://www.travel-images.com/sao-tome-principe.html>
- 13 - Vista panorâmica para a Baía de Ana Chaves.

**PÁG | 69****FIGURA 39 | PONTOS DE INTERESSE**

FONTE: AUTOR

**PÁG | 72****FIGURA 40 | FORMAL VS INFORMAL**

FONTE: AUTOR

**PÁG | 72****FIGURA 41 | VIAS ESTRUTURANTES**

FONTE: AUTOR

**PÁG | 73****FIGURA 42 | COMÉRCIO NA ZONA DE INTERVENÇÃO**

FONTE: AUTOR

**PÁG | 73****FIGURA 43 | COMÉRCIO FÍSICO E AMBULANTE**

FONTE: AUTOR

**PÁG | 74****FIGURA 44 | EXPANSÃO**

FONTE: AUTOR

**PÁG | 74****FIGURA 45 | SINTESE PROJETUAL**

FONTE: AUTOR

**PÁG | 79**

<b>FIGURA 46</b>   PLANO	
FONTE: AUTOR	<b>PÁG   80</b>
<b>FIGURA 47</b>   REESTRUTURAÇÃO DA PRINCIPAL VIA DE ENTRADA DA CIDADE	
FONTE: AUTOR	<b>PÁG   83</b>
<b>FIGURA 48</b>   EDIFÍCIO PÚBLICO	
FONTE: AUTOR	<b>PÁG   84</b>
<b>FIGURA 49</b>   ALÇADOS EDIFÍCIO PÚBLICO	
FONTE: AUTOR	<b>PÁG   86</b>
<b>FIGURA 50</b>   3D EDIFÍCIO PÚBLICO	
FONTE: AUTOR	<b>PÁG   86</b>
<b>FIGURA 51</b>   PRINCIPAIS PRAIAS E ROÇAS DE SÃO TOMÉ	
FONTE: AUTOR	<b>PÁG   91</b>
<b>FIGURA 52</b>   PROPOSTA POLO TURÍSTICO	
FONTE: AUTOR	<b>PÁG   92</b>
<b>FIGURA 53</b>   PLANTA	
FONTE: AUTOR	<b>PÁG   92</b>
<b>FIGURA 54</b>   PLANTA DESCRITIVA	
FONTE: AUTOR	<b>PÁG   94</b>
<b>FIGURA 55</b>   ALÇADOS IMPLEMENTAÇÃO	
FONTE: AUTOR	<b>PÁG   95</b>
<b>FIGURA 56</b>   MATERIALIDADES EDIFICADO	
FONTE: AUTOR	<b>PÁG   95</b>
<b>FIGURA 57</b>   MATERIALIDADES PERCURSOS	
FONTE: AUTOR	<b>PÁG   95</b>
<b>FIGURA 58</b>   INTENÇÕES	
FONTE: AUTOR	<b>PÁG   96</b>



## INTRODUÇÃO

Cidade informal, assentamentos ilegais, favela, bairro de lata, ocupamento ilegal, construção clandestina, tudo termos e conceitos correntemente comuns nas cidades mundiais e, por consequente, na ligação à arquitetura e aos seus problemas atuais. Grande parte das cidades, independentemente do seu ponto geográfico, encontram-se de mão dada com a expansão descontrolada e desordenada dos diversos assentamentos ilegais que vão rompendo, desenvolvendo ou densificando-se em seu redor, onde muitas das vezes, devido a esse descontrolo, se perde a noção, não de onde começa, mas sim de onde termina a cidade.

Durante o século XX, surge uma arquitetura tropical luso-africana nos territórios mais colonizados que originam novos países que usam o português como uma das suas línguas oficiais. Como exemplos desta forte presença construída, temos Cabo Verde, Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Escolheu-se como Lugar de intervenção São Tomé. Está-se perante uma realidade diferente, onde as condições sociais, educacionais, culturais, de higiene e de segurança são escassas e por vezes inexistentes, confrontados assim com duas realidades economicamente assimétricas. Esse fosso social desnuda a vivência da cidade e a sua própria estereotomia. Grandes aglomerados habitacionais vão-se agregando em redor do centro da cidade, sem parâmetros, sem critérios e com os materiais mais facilmente utilizados e ao dispor. Nasce assim a cidade informal, que não pára e que tem os seus próprios hábitos e vivências. O local de trabalho encontra-se assim nesse “ponto de encontro”, entre o que é considerado a “cidade formal” e a cidade informal”.

No entanto, não creio que se possa chamar de cidade informal a esses assentamentos que se agregam à cidade e onde se misturam e chocam malhas urbanas. Penso que nomear de “cidade informal” a estes assentamentos/malhas urbanas é atribuir-lhes um carácter histórico, arquitetónico e social que elas não ostentam nem usufruem, logo, atribuir o prefixo de “cidade” à zona informal, é atribuir uma conotação muito forte.

No entanto opto por atribuir essa conotação na narrativa, como que estabelecendo uma metáfora alusiva ao impacto que as mesmas têm

provocado nas cidades e a influência a diversos níveis, onde, neste caso específico, nenhuma se sobrepõe à outra, onde sim coabitam, mas não sendo por mais evidente as muralhas mais sensoriais que físicas que transparecem e influenciam o lugar.

De modo a viabilizar a proposta subjacente, procurou-se analisar a temática, o espaço onde a mesma está inserida e aprofundar conceitos como as de "cidade informal", comunidade ou arquitetura evolutiva. De seguida procurou-se analisar os pontos em comum e as potencialidades de ambos, apesar de coabitarem no mesmo local, apresentarem características dispares. Metodologicamente, procedeu-se a um desenvolvimento faseado que viria a consistir na contextualização, reconhecimento e recolha de informação relativamente aos temas de arquitetura evolutiva, regeneração urbana e cidade informal, de modo a definir um modelo teórico de apoio à proposta. Na elaboração de uma estratégia projectual resultante de um conjunto de intenções e intervenções contextualizadas com o Lugar e as suas necessidades, que viria a permitir definir um programa (qualitativos e quantitativos) a ser instituído numa proposta compreendida em duas fases, uma a nível urbano e uma ao nível da arquitetura.

E é no rebater das questões, dos problemas levantados e das propostas criadas, que culminamos no redesenho da habitação informal. Não fazendo o trabalho todo por quem usufrui, mas implementando uma série de ferramentas que possibilitem colmatar as premissas apresentadas, sem descaracterizar aquilo que é a identidade do lugar. Elaborar uma estratégia de intervenção, ramificando-se nos mais diversos campos, que minimize e atenua a discrepância entre as duas realidades que indignadas coabitam, dando a última palavra aos seus intervenientes.

Tornou-se então essencial entender comparativamente como funcionam os estilos de vida informal e formal em São Tomé, procurando saber quais os usos, atividades diárias e vivências em geral de modo a poder adaptar a proposta de forma eficiente, procurando manter intactas sempre que possível as características vernaculares locais.

Por fim, são retiradas as conclusões finais e depreende-se de que forma a presente investigação veio a influenciar a abordagem projetual, a qual remete para um programa cujo desenho urbano e do edificado, materializado em projeto, é caracterizado maioritariamente, pela preservação da identidade e da memória do lugar.



FIGURA 1 | PRAIA DE SÃO TOMÉ E SUAS GENTES

# I | CAPÍTULO 1

## 1.1 | ENQUADRAMENTO GERAL

A República Democrática de São Tomé e Príncipe é um país insular, situado na costa ocidental do continente africano, ao largo do Golfo da Guiné.

O arquipélago tem 1001 km<sup>2</sup> de superfície e é composto por duas ilhas e uma dezena de ilhéus adjacentes: a ilha de São Tomé e ilhéus perfazem 859 km<sup>2</sup> de superfície e a ilha do Príncipe e ilhéus, cobre 142 km<sup>2</sup>. Perto de S. Tomé situam se o ilhéu das Rolas, a sul, e o das Cabras a norte. Ao largo do Príncipe, os ilhéus de Bom Bom, Caroço e Pedras Tinhosas. Apesar de não ser consensual a data do descobrimento das ilhas, os autores santomenses Carlos Agostinho das Neves e Maria Nazaré de Ceita, adiantam que “ (...) *tudo começou com Lopes Lima, um estudioso da expansão portuguesa que, nos meados do século XIX, ao escrever sobre o assunto, terá aventado a hipótese daquelas ilhas terem sido descobertas por João de Santarém e Pero Escobar, nos finais de 1470 e princípios de 1471*”.<sup>1</sup>

O povoamento do arquipélago começou no final do século XVI e os primeiros colonos foram portugueses. Os africanos vieram mais tarde, provenientes do Golfo da Guiné, do Congo, de Angola e Moçambique, como escravos. A partir do século XIX, com o fim da escravatura, aportaram às ilhas os trabalhadores agrícolas contratados.

Desde o princípio que a exploração agrícola em São Tomé e Príncipe se caracterizou por uma agricultura de plantação, primeiro com a cana do açúcar (introduzida em 1501 a partir da ilha da Madeira), tendo São Tomé e Príncipe

---

<sup>1</sup> **NEVES, Carlos Agostinho das, CEITA, Maria Nazaré** - *História de S. Tomé e Príncipe - Breve Síntese*. São Tomé: [s.n.], 2004.

chegado a ser o principal exportador africano no século XVI. Depois, a partir do século XIX, com o café (introduzido em 1800). Mais tarde e principalmente como cacau (introduzido em 1822), tendo esta colónia portuguesa chegado a ser o maior produtor do mundo, nos anos imediatos após a I Guerra Mundial. Com o decorrer do tempo, e a mistura de "brancos" e "negros", formaram-se novos grupos na população. Os mestiços libertos ou "forros", maioritários no país, são luso-africanos descendentes dos primeiros ocupantes das ilhas. Os angolares descendem de escravos angolanos trazidos para as plantações de açúcar, nos primeiros séculos de colonização. Os tongas são descendentes dos trabalhadores agrícolas, contratados nas antigas colónias portuguesas de Angola, Cabo Verde e Moçambique.

Em relação à língua, a oficial é o português e há diversos dialetos locais, com maior expressão para o forro, o lunguye, o crioulo de Cabo Verde e o angolar.

Segundo o Censos de 2012 a população total residente ascende a 178 739 habitantes, repartidos a 50% por homens e mulheres. A população é jovem, conforme explicita a representação da estrutura demográfica.

Cerca de 41,7% dos santomenses têm até 14 anos. O grupo etário até 24 anos engloba 61% da população, cerca de 33% dos habitantes têm idades compreendidas entre 25 e 54 anos e somente 7% têm 55 ou mais anos de idade.<sup>2</sup>

O arquipélago tem cerca de 250 km de estradas asfaltadas, a maior parte no litoral, algumas em mau estado. Na ilha de S. Tomé há 138 km de rede primária, distribuídos por 3 estradas nacionais e outra de acesso ao aeroporto, a par de 100 km de estradas secundárias.

---

<sup>2</sup> Dados recolhidos através do site online do Instituto Nacional de Estatísticas de São Tomé e Príncipe

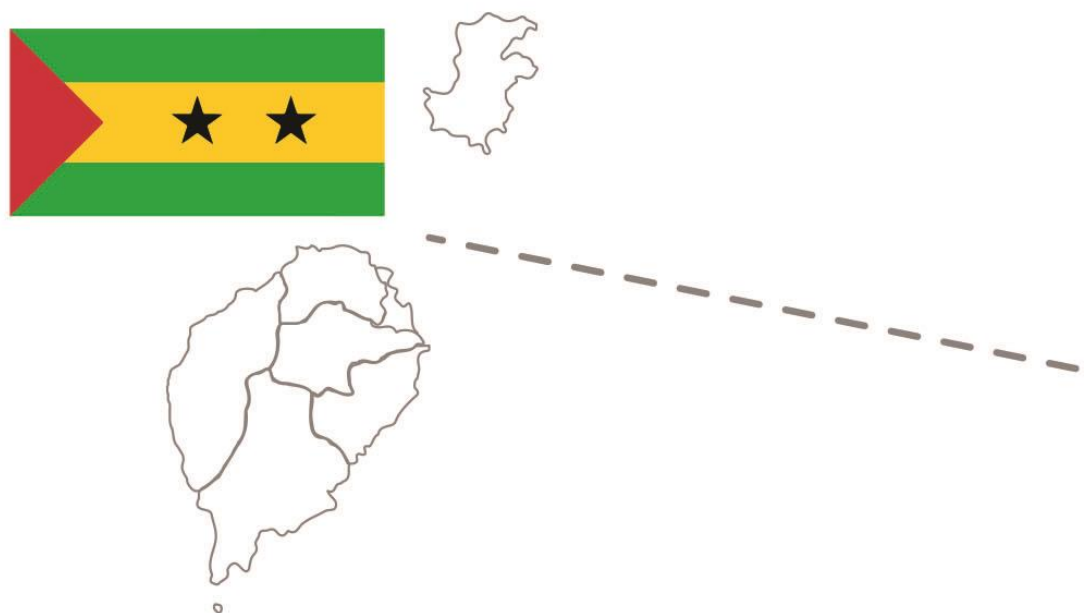




FIGURA 2 | GRAFISMO DA LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

*“A baía de Ana Chaves foi a escolhida para porto de entrada e fixação definitiva da população. A baía abre-se a nordeste entre a ponta da Fortaleza de S. Sebastião e a de Quinguelharó. Ao fundo, na parte sul, desagua o rio Água Grande e é sobre as suas margens que a cidade se encontra edificada (...)”<sup>3</sup>*

As ligações marítimas regionais e internacionais são asseguradas por empresas portuguesas e holandesas e a chegada de mercadorias é irregular e dispendiosa.

A cidade de São Tomé tem crescido a partir de um núcleo central ancorado à baía de Ana Chaves estendendo-se ao longo do litoral e para o interior através de uma extensa rede viária, gerando um traçado urbano disperso, sem limites claros.

Recorrendo ao percurso histórico, a cidade assumiu-se como o principal elemento de ligação entre o exterior e interior do território. A partir do século XX, com a ajuda de pessoas como os arquitetos João Aguiar e Mário de Oliveira, surgem os primeiros esforços de modernização da cidade, implementado um novo eixo de expansão, juntamente com a implantação de serviços e infraestruturas públicas, materializando o ideal de uma cidade progressista, permitindo à cidade de se expandir para além da Baía Ana Chaves.

Esta configuração urbana resultou num núcleo consolidado mantendo uma estrutura radial, que acabaria por suportar os assentamentos informais que, entretanto, se formaram na cidade. O processo de urbanização da cidade cresceu nos últimos 50 anos,

acompanhando a modernização da cidade através do plano do arquiteto Mário de Oliveira, que teve início nos anos

---

**3 SILVA, Otilina**, São Tomé e Príncipe. Ecos da Terra do Ossobó, Lisboa, Edições Colibri, 2004.

1960, e procurando dar resposta aos problemas sociais e económicos que começaram com a redução da produção agrícola e conseqüente êxodo rural. Hoje, torna-se perceptível na área urbana este legado, partindo do núcleo antigo da cidade e gradualmente passando para os traçados mais modernos, preenchendo os vazios entre eles com assentamentos informais.

Cronologicamente, podemos situar no tempo, várias etapas na evolução da cidade. De 1493 a 1499, a cidade esteve sob a capitania de Álvaro de Caminha. Nesta época, instala-se o assentamento urbano na Baía de Ana Chaves onde permanece até hoje. Apesar da topografia plana possuir duas ribeiras que garantem a utilização da água, os cinco pântanos viriam a provocar a insalubridade durante séculos. O Capitão Álvaro de Caminha e o Regimento e as Ordenanças, inauguraram a ocupação do lugar, havendo notícias sobre um quadro normativo para: larguras mínimas de ruas e traçado retilíneo.

Desta ocupação consta uma Torre, uma igreja e um Mosteiro em construção. No entanto o então desenvolvimento despoletado pelo comércio com o transporte de açúcar e exportação de escravos, estiveram na base dos primeiros traçados depreendidos da cartografia do século XVII e registados nos mapas no final do século XIX, constituindo elementos primários do processo de assentamento urbano, correspondendo ao nível do edificado à construção de armazéns e a Alfândega (provavelmente em construção em simultâneo com a torre do Capitão), e as primeiras habitações em madeira.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Esta informação cronológica foi obtida em parte nas aulas de Laboratório de Projecto V pelo professor doutor João Moraise pela obra : MALHEIRO, Joana Bastos, MORAIS, João Sousa. São Tomé e Príncipe – Património Arquitectónico. Casal de Cambra, Caleidoscópico, 2013.

Desta ocupação, e com a ajuda do comércio e exportação de escravos, estavam preparadas as bases dos primeiros traçados do assentamento urbano. De 1499 a 1522, a cidade encontra-se sob a capitania de Fernão Melo. Esta fase, marcou a cidade de forma trágica com um incêndio em agosto de 1501, danificando vários edifícios nobres e provocando a destruição da maioria das habitações. Esta catástrofe acabaria por “cultivar” a cidade informal, onde as novas habitações, todas em madeira, roubavam terreno à fauna envolvente. A cidade é descrita por um piloto anónimo entre 1534 e 41, como tendo entre seiscentos e setecentos fogos em terreno roubado à deusa floresta; as casas mantinham o mesmo modo de construção “(...) são todas feitas de madeira e cobertas com tábuas (...)”. Esta situação viria a fomentar a criação de uma nova estruturação de espaços públicos e infraestruturas. Foram construídos os edifícios da Câmara e Curadoria, bem como a Cadeia, ao largo da estrada para N. S. das Neves (prolongamento da Rua Direita), resultando daí um novo bairro. Deu-se início a uma estruturação de espaços públicos, que ainda hoje constituem permanências.

O terreno da Igreja da Conceição tornou-se num espaço de Mercado, o adjacente à Misericórdia num jardim.. Fazem parte deste período a construção das Igrejas de N. Sr.ª da Graça/ da Conceição e o Hospital da Misericórdia. O crescimento urbano corresponde a uma expansão oeste-sul, tendo como elementos primários: as Igrejas os Edifícios Institucionais que foram geradores de espaços públicos.



FIGURA 3 | VISTA AÉREA DA CIDADE DE SÃO TOMÉ



FIGURA 4 | FOTOGRAFIA AÉREA DE UMA DAS ZONAS DE INTERVENÇÃO



FIGURA 5 | BAIRRO DO RIBOQUE, SÃO TOMÉ



FIGURA 6 | BAÍA DE ANA CHAVES, SÃO TOMÉ

A povoação foi elevada a Vila por Foral em 1524 tendo posteriormente em 1535 adquirido o estatuto de cidade por decisão do Rei D. João III. Apesar de tudo vários foram os problemas sociais, desde a sua receção dos capitães nomeados pela coroa, até à fuga sistemática dos escravos das fazendas.

O Clero marca a sua importância com a construção de três igrejas; Madre de Deus, São João Baptista e Santo António, curiosamente fora do Centro, proporcionaram a expansão para oeste e sul. No caso de S. João Baptista, o local corresponde a uma bifurcação da estrada, com desvio para a fazenda onde está construído o Hospital. De fora idêntica a Igreja de St. António marcou o novo limite da cidade para Sul, sendo esta situação perceptível na cartografia de 1647. Foi também ordenada a construção de uma nova igreja de Nossa Sr.ª da Graça, entretanto promovida a Sé, e erguida a ermida de São Sebastião, que mais tarde desapareceu. Na realidade quer a construção da ermida como da fortaleza estiveram na base da ocupação da região do Espalmadouro, dando origem à expansão da cidade para Este. A Rua Direita foi consubstanciada prolongando-se até a Fortaleza.

Este período corresponde a uma afirmação institucional com a criação de uma diocese própria. Estamos perante a marcação de um novo limite urbano.

Entre o espaço temporal de 1650 e 1753, caracteriza-se pela decadência económica, demográfica e política. Após a ocupação holandesa (1641-1649), a cidade, que chegou a atingir os 1000 fogos em 1604 e se manteve nos 900 fogos durante décadas, estava reduzida a 500 fogos. Assiste a uma emigração de comerciantes de açúcar para o Brasil.

Os engenhos de açúcar foram progressivamente abandonados e só algumas fazendas se mantiveram a

funcionar. Muitos habitantes optaram por trocar a produção e o comércio de açúcar por uma dedicação exclusiva ao comércio de escravos, muito necessários para as outras colónias, sobretudo para as plantações do Brasil, que se encontravam em expansão.

As invasões de corsários continuaram no arquipélago, tendo os franceses desembarcado em 1709 em São Tomé onde pilharam e incendiaram várias ruas e os edifícios nobres, provocando sobretudo a ruína da igreja da Conceição e, nos arredores da cidade, das igrejas de Santo António dos Capuchinhos Italianos, N.ª S.ª do Rosário e São Tiago dos Agostinhos Descalços.

Segue-se um pequeno período em que a Capital do Arquipélago é transferida para a ilha do Príncipe, passando novamente em 1852, pela mão do Governador José Maria Marques, nessa altura já atraía grande número de comerciantes europeus e albergava também um grande número de escravos, assistindo-se a um aumento demográfico significativo.

A ilha sofreu disputas várias internas, sobre a venda dos terrenos para cultivo, não havendo cadastro e qualquer política de ordenamento rural, entrando a cidade num declínio acentuado, acrescida da sucessão de governadores, doze de 1860 a 1890. Inversamente à cidade este período correspondeu a uma fase de grande prosperidade nas roças, verificando-se um considerável movimento de expansão.

A partir de 1871 com o novo Governador Craveiro Lopes, começaram a ser aterrados os pântanos, sendo também da mesma altura a publicação do código de posturas de 12 de Agosto de 1871, disciplinando a construção e os seus usos.

Em 1872, existiam na cidade apenas 60 prédios urbanos, dos quais cerca de 40 eram construídos em madeira e apenas 18 em alvenaria ou mistas. Considerando-se o mais importante

o Banco Ultramarino, 7 edifícios pertencentes a negociantes e 10 a agricultores. O Estado teria grande parte dos edifícios em ruína ou com instalações provisórias, o Tribunal Judicial, a Conservatória e a Escola funcionavam numa casa propriedade, e a Alfandega ocupava uns casebres da Santa Casa da Misericórdia.

Com a criação, em 1877, do Serviço de Obras Públicas da Província de São Tomé, vários edifícios religiosos foram alvo de reabilitação, tal como a Torre do Capitão.

Mais tarde o Palácio do Governo foi construído no terreno da antiga Torre do Capitão, sendo um dos poucos edifícios nobres que se mantinha em bom estado de conservação no final de novecentos.

A data de 29 de Dezembro de 1899, foi importante na medida em que se publicou uma Portaria que solicitava vários estudos e projetos atribuídos ao Eng.º Ezequiel de Campos, que passaria por construir bairros nas imediações da cadeia. Seria também obreiro de caminho de ferro.

No entanto, a nível urbano a cidade entraria em declínio pois continuava a persistir a falta de planeamento e consequente caos urbano. Simultaneamente, as roças proliferavam. Só em 1871 com o governador Craveiro Lopes, começam a surgir regras que visam disciplinar a construção e os seus usos. Durante os anos seguintes, a importância do Eng.º Ezequiel de Campos para a modernização da cidade foi notável, passando pela construção de bairros como do caminho-de-ferro. Com a criação do Plano de Urbanização, da autoria do arquiteto João Aguiar, que garantiu uma grande produção urbanística influenciada pelos ideais europeus onde se evidenciavam os grandes traçados quase barrocos e a localização estratégica do equipamento de carácter excecional.

Em 1962 o arquiteto Mário de Oliveira assume a produção urbanística da cidade e elabora o seu Plano de Urbanização no âmbito da DSUH-DGOPG. No entanto,

este novo plano, assentaria na preparação progressiva da autonomia das colónias, com conceitos como os da habitação mista de carácter social e procurando o fim dos bairros informais. Assiste-se nesse período a construção de diversos edifícios importantes na cidade como a Estação Rádio Nacional de Schiappa de Campos, os Edifícios de Arquivo Histórico de São Tomé, a Embaixada do Brasil, entre outros, que viriam pontualmente modernizar a cidade.



FIGURA 7 | BAÍA DE ANA CHAVES, C. 1644

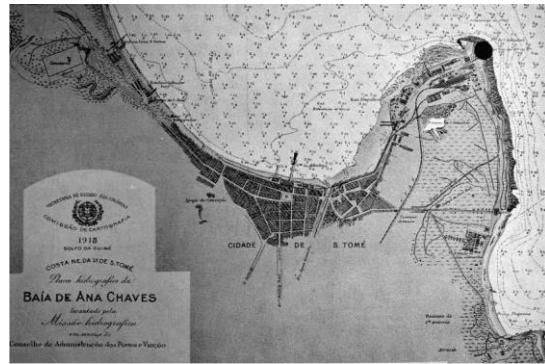


FIGURA 8 | BAÍA DE ANA CHAVES, C. 1198

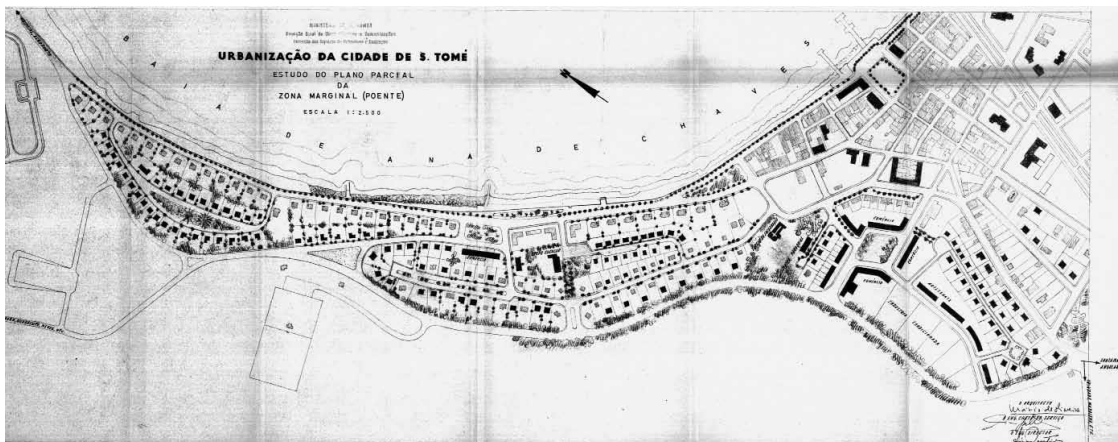


FIGURA 9 | ESTUDO DO PLANO PARCIAL PARA A MARGINAL, MÁRIO DE OLIVEIRA

## 1.2 | CIDADE INFORMAL VS CIDADE FORMAL

*“ (...) colonial e o pós-colonial, o centro e a periferia, o formal e o informal, o regular e o irregular, a ordem e a desordem, o previsível e o imprevisível, o ordenado e o espontâneo, o macro e o micro, o global e o local, geometrias lineares e geometrias complexas. Esta é a raiz da condição de indefinição e transição que marca a Cidade Africana e que a consubstancia enquanto mosaico urbano plural e polimórfico.”<sup>5</sup>*

Os Assentamentos informais abrangem a ocupação do território condicionada, que muitas vezes inclui a concentração social de grupos desfavorecidos economicamente, habitações precárias, fraco acesso a infraestruturas, serviços e saneamento básico.

Para definir estes assentamentos, os critérios podem, ser de origem socioeconómica, física, espacial ou jurídica, situações irregulares sobre a regulamentação de terras ou de construção, e podem variar de acordo com a localização geográfica, a cultura local e o cenário urbano específico, resultante assim, num amplo e ambíguo conjunto de situações, dificultando a definição de cidade informal.

A definição é tão ampla e encontra-se dependente de diversas circunstâncias que, segundo as Nações Unidas, existem duas grandes subdivisões informais. Por um lado os slums of hope (bairros da esperança) e por outro, os slums of despair (bairros do desespero). O objetivo destas subdivisões era de possibilitar a distinção entre os bairros em progressão e em declínio.

---

<sup>5</sup> **VIANA, David Leite.** *Cidade Africana - urbanismo [in]formal: uma abordagem integrada e sistémica.* Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 2010.

No entanto, e independentemente das dificuldades, as principais premissas debatidas resumem-se na privação e disparidades destas áreas informais, que conseqüentemente remetem à distribuição injusta de recursos, ao difícil acesso a serviços e uso condicionado do espaço. Segundo a UN-HABITAT, uma cidade dividida, é aquela que não consegue acomodar os seus residentes mais pobres, independentemente das riquezas sociais e culturais que possam contribuir.<sup>6</sup> Esta dicotomia entre o formal e informal não só representa um fracasso no sentido de garantir os direitos humanos e o bem-estar dos cidadãos mais desfavorecidos, mas também na perda do potencial desses habitantes, e conseqüentemente, na perda para a sociedade e cidade.

Para entender as causas que levam ao aparecimento das cidades informais, é preciso compreender o fenómeno por detrás. Este é o êxodo rural. Pode ser caracterizado como a migração de habitantes de uma determinada região para outra do país, na procura de melhores condições de vida, trabalho e serviços como saúde, escola e transporte. As causas desta migração são diversas. Com o crescimento económico e com os novos avanços tecnológicos, os campos modernizam-se e começam a substituir a mão-de-obra por máquinas. Esta migração é então marcada pela transição do campo para a cidade.

A partir da Revolução industrial, as cidades industrializam-se e com os novos processos fabris, aumenta a oferta de trabalho, atraindo as pessoas do campo que procuram uma melhor vida e emprego. No entanto, as conseqüências resultantes deste processo migratório marcaram não só a sociedade como o tecido urbano.

---

<sup>6</sup> **UN-HABIT**, The challenge of Slums - Global Report on Human Settlements 2003, United Nations Human Settlements 5 Programme, Earthscan Publications Ltd, London, 2003

*... com todo o seu caótico e brutal desenvolvimento, que não teve outra lei nem controlo além da livre concorrência e do laissez-faire dos utilitaristas*

*[...] deu lugar às cidades mais insensatas e sem alma que os homens puseram de pé, e, o que é mais grave, reputadas como símbolo de progresso.<sup>7</sup>*

A procura superava a oferta. As cidades não estavam preparadas para lidar com o sobre loteamento. Muitas pessoas acabaram por se instalar nas periferias das cidades, zonas carentes de serviços essenciais como o saneamento, saúde, escola e transporte. O êxodo rural acabaria por provocar o aparecimento das cidades informais, e conseqüentemente o agravamento dos problemas sociais. Em São Tomé, este fenómeno, surgiria com a decadência do setor agrícola que ocorria principalmente nas roças, levando as pessoas a procurar refúgio na cidade, que por sua vez se demonstrava insuficiente e por vezes ineficazes. O descontrolado crescimento populacional, iria por sua vez, facilitar o descontrolado crescimento urbano. Estas áreas informais encontram-se cada vez mais presente, produto de uma insustentabilidade que procura responder aos problemas que a cidade formal já não consegue sustentar. Desenvolvendo-se assim uma desigualdade social onde os mais carenciados são prejudicados. O informal surge assim, como um manifesto e acima de tudo, como a necessidade de procurar abrigo por parte da população pobre que sobrevive à margem da estrutura planeada, resultando no crescimento espontâneo e descontrolado destas áreas urbanas.

---

<sup>7</sup> MUMFORD, Lewis. The culture of cities. Nova Iorque, Harvest books, 1970.



FIGURA 10 | NOMZAMO, ÁFRICA DO SUL



FIGURA 11 | DURBAN, ÁFRICA DO SUL



FIGURA 12 | PIETERMARITZBURG, ÁFRICA DO SUL



FIGURA 13 | PIETERMARITZBURG, ÁFRICA DO SUL



FIGURA 14 | KYA SANDS, ÁFRICA DO SUL



FIGURA 15 | NOMZAMO, ÁFRICA DO SUL



FIGURA 16 | KYA SANDS, ÁFRICA DO SUL



FIGURA 17 | JOHANNESBURG, ÁFRICA DO SUL

Estes assentamentos resultam não só das condições de vida precárias, mas também de planeamento inadequado ou inexistente. Neste contexto "sem ordem", a precariedade abrange não só o espaço urbano, mas também os seus habitantes. Com a ausência de uma autoridade e de apoio público, a responsabilidade de planeamento do espaço é da responsabilidade dos habitantes que vão adaptando as construções às características geográficas do

território e às condições ao qual se encontram submetidos. Apesar da precariedade e injustiças sociais, estas zonas são da comunidade

para a comunidade e a consciência social aqui é muito diferente em comparação com os casos formais.

Citando Michel Laguerre, os limites da formalidade tornam-se evidentes quando tentamos explicar a génese de ação social, que muitas vezes se trata de uma mistura de formalidade e informalidade.<sup>8</sup> Para Laguerre, as zonas informais funcionam como grey areas.<sup>9</sup> Estas áreas traduziram-se num problema importante na historiografia urbana, pois não é sempre possível traçar os aspetos informais de ação social, tornando-se inconstante e imprevisível. O informal

claramente um espaço que não se rege pelas mesmas características da cidade formal. Difere do sistema formal no sentido em que este último tem o poder de definir a área de informalidade pois pode delimitar os seus próprios limites. Apesar disso, Laguerre assume que o sistema informal parece produzir a sua própria definição de si mesmo como sendo diferente do setor formal. Porém, o sistema informal não produz uma definição de informalidade. Ele não as aceita ou resiste às regras do sistema formal como também se adapta. As edificações dominam a

---

<sup>8</sup> **LAGUERRE, Michel** S. The Informal City. Nova Iorque, St. Martin's Press, 1994, p.10

<sup>9</sup> **LAGUERRE, Michel** S. The Informal City. Nova Iorque, St. Martin's Press, 1994, p.10

paisagem em detrimento dos espaços públicos como ruas ou a inexistência de praças e mesmo passeios.

Se no caso formal o desenho da malha equilibrado resolve a acessibilidade e salubridade através de soluções de ventilação, escoamento e iluminação, no caso informal a situação é contrária e resulta num desenho urbano precário e inadequado às condições mínimas necessárias para os seus habitantes.

*Informality, because of its relations to formality, does not have any fixed structure - its structure shifts and may vary according to the size of the informal institution (number of people involved), its duration (period during which it functions), its location (the space it occupies) and its structural position (in a specific formal organization or in society at large).<sup>10</sup>*

Esta afirmação de Laguerre revela o quão difícil é situar a informalidade enquanto estrutura urbana ou social. Reforça a adaptabilidade e carácter mutável da cidade informal que varia na sua densidade populacional, condição geográfica, etc.

Com a discrepância cada vez mais evidente em relação à economia da nossa sociedade, as áreas informais continuarão a aumentar. Estatisticamente, o crescimento insustentável destas áreas informais abrange mais de 50% do crescimento urbano. Esse que tem vindo a acelerar devido à acelerada globalização e privatização de serviços urbanos. De acordo com a UN-HABITAT, a população está próxima de atingir um bilião de habitantes nas zonas informais, registando-se um crescimento anual de 10%.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> **LAGUERRE, Michel S.** The Informal City. Nova Iorque, St. Martin's Press, 1994, p.129

<sup>11</sup> **UN-HABITAT**, The challenge of Slums - Global Report on Human Settlements 2003, United Nations Human Settlements 10 Programme, Earthscan Publications Ltd, London, 200

A fim de controlar esta disparidade, o planeamento urbano deve agir no sentido da inclusão de modo a colmatar o fosso entre o formal e informal.

Não se pretende com isto que um consuma o outro, mas sim a coexistência de ambos, fornecendo um suporte abrangente que permite, não só atender às necessidades carentes como também reconhecer e desenvolver as capacidades destes sistemas. François Ascher considera a noção de urbanidade como um "poder multifacetado", que garante a sobrevivência do sistema urbano e dos seus habitantes. Aqui a "cidade" informal representa uma parcela no tecido urbano que oferece uma fraca qualidade de vida, aguardando assim impientemente, a capacidade de se tornar num sistema urbano.<sup>12</sup>

Para que o fosso, entre o formal e informal, possa ser controlado e eliminado, não se pode focar a atenção apenas na cidade informal. É importante perceber que a cidade informal não existe sem a formal, porém a formal pode existir sem a informal. A definição de cidade tem vindo a evoluir substituindo o modelo orgânico formal por modelos pragmáticos. A cidade é a forma e o símbolo de uma relação social integrada. Se a Revolução Industrial viria a fomentar o crescimento populacional das cidades, viria também a equipar as cidades com novas tecnologias de produção, proporcionando novos paradigmas e pensamentos teóricos que por sua vez viriam a transformar a cidade, não só a nível urbano mas também social. Estabeleceu-se a ideia de que a cidade funciona no seu melhor, quando esta proporciona a implementação de uma estrutura morfotipológica, gerando espaço urbano nas suas diversas dimensões tipológicas e

---

<sup>12</sup> **ASHER, François.** Novos Princípios do Urbanismo. Livros Horizonte, 2010.

escalas. Formas físicas que estruturam a cidade, e permitem às pessoas deslocar-se e orientar-se nesta.

Uma cidade deve ser construída de modo a proporcionar aos seus habitantes segurança e felicidade.

No entanto, a cidade é evolutiva, é um organismo mutável, tornando-se complexa a tarefa de a definir. A cidade formal é, de acordo com José Lamas, o resultado de um conjunto de diferentes disciplinas e dos seus problemas.<sup>13</sup> A arquitetura e o urbanismo têm como objetivo a solução desses problemas definido a forma urbana. Esta corresponde em geral, à cidade, apesar de a sua estrutura não ser o resultado final, pois o processo de desenvolvimento contínuo, tornando-a num processo de fases controladas sem fim.

Ambos Jean Pelletier e Charles Delfante remetem este processo ao ato da criação da cidade, como um percurso faseado que por sua vez não é limitado nem evidente, mas sim como um percurso que se encontra dependente e influenciado por várias circunstâncias como as características do lugar e sociais da sua população. Assim, a cidade é caracterizada por mutações momentâneas e por vezes imprevisíveis, acompanhando o estado social, económico e cultural da atual sociedade no seu momento de vida.<sup>14</sup>

*Not only is the city an object which is perceived (and perhaps enjoyed) by millions of people of widely diverse class and character ... There is no final result, only a continuous succession of phases.*<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> **LAMAS, José Manuel Ressano Garcia.** Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Fundação Calouste Gulbenkian. Lisboa, 12 2010

<sup>14</sup> **DELFANTE, Charles;** PELLETIER, Jean. Cidade e Urbanismo no Mundo. Inst. Piaget, 2000.

<sup>15</sup> **LYNCH, Kevin.** The Image of the City. Edições 70, 2014, p.02

Posto isto, não se pretende que esta análise dos assentamentos informais e da cidade formal seja fundamentalmente comparativa, com o objetivo de as diferenciar. Pelo contrario, pretende-se alargar o campo de intervenção e com isto perceber as qualidades e defeitos que ambos os sistemas possuem e com isso poder desenvolver a cidade entre o formal e o informal.

A forma como o formal e informal é entendido é complicado e na maioria das vezes erradas o que gera uma maior desigualdade. Assim, a chave encontra-se na definição de “formalidade”, que varia no discurso social em que é aplicada. Nas regiões da África Subsaariana, onde a maioria da população vive em assentamentos informais, as realidades urbanas apresentam uma enorme variedade de intervenções nas tais zonas cinzentas, já referidas, entre “formalidade” e “informalidade”.

A utilização dos termos “formal” e “informal” no desenvolvimento urbano, assumiu-se como uma forma de juízo de valor que por sua vez impediu o desenvolvimento mais adequado das cidades.

*Informal suggests a different way from the norm, one which breaches formal conventions and is not acceptable in formal circles – one which is inferior, irregular and, at least somewhat, undesirable.*<sup>16</sup>

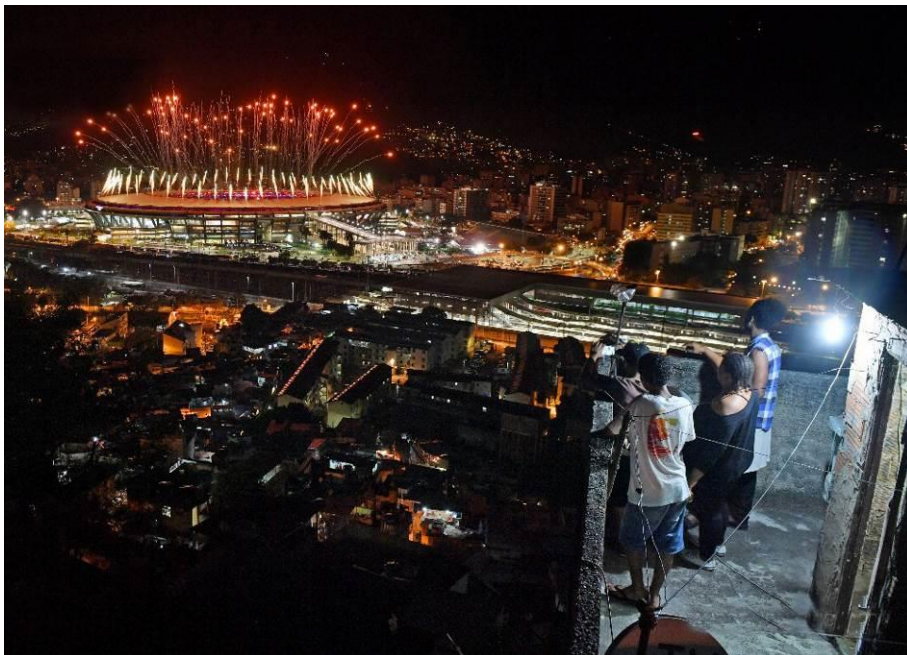
Informal nem sempre é sinónimo de insegurança, por exemplo, nas cidades informais africanas, o reconhecimento da comunidade é mais importante, para assegurar a segurança da sua propriedade, do que do estado e autoridades.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> **UN-HABIT**, The challenge of Slums - Global Report on Human Settlements 2003, United Nations Human Settlements 15 Programme, Earthscan Publications Ltd, London, 2003

<sup>17</sup> **DURAND-LASSERVE**, Alain e **ROYSTON**, Lauren, Holding Their Ground: Secure Land Tenure for the Urban Poor in Developing 16 Countries, Earthscan Publications Ltd, London, 2002.

Estas comunidades estão assim formalmente classificadas como assentamentos informais. Não se pode categorizar nem catalogar uma comunidade informal, pois para ela, estes assentamentos são o seu lar, a sua realidade formal. Assim, a questão central desta abordagem é compreender os processos que estão na base destes assentamentos informais, e sobre esta repensar e redirecionar a ação do desenvolvimento urbano formal, procurando auxiliar estes assentamentos e não assumir que estes não possuem valor. O formal e informal não são setores separados, ao contrário, coexistem de forma complexa.



**FIGURA 18** | ABERTURA DOS JOGOS OLÍMPICOS VISTO DO MORRO DA MANGUEIRA, RIO DE JANEIRO BRASIL

### 1.3 | EXPONENCIAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO

A cidade, enquanto reflexo das relações sociais e da própria organização da sociedade, bem como das diversas mentalidades, é formada por diferentes elementos e categorias de espaços, que podem ir desde o espaço público, ao espaço privado, variando consoante o seu uso, o seu contexto e os seus habitantes. Segundo José Lamas<sup>18</sup>, a cidade é uma separação entre os domínios público e privado, sendo que geralmente identificamos o espaço público como o vazio e o privado como o cheio.

*“O que mais caracteriza a cidade são os seus «vazios», que são aquilo que mais perdura na história da humanidade. Esses espaços, são apenas «aparentemente vazios».”<sup>19</sup>*

Nesta perspetiva, destacam-se os vazios úteis enquanto espaço público, pontuados com alto valor dentro do tecido urbano, que nasceram no desenvolvimento da cidade tradicional. De forma mais ou menos consciente, o ser humano tem integrado este elemento na arquitetura que, pelas suas características formais, funcionais e socioculturais, se torna útil perante um contexto urbano.

Nestes termos, o espaço público possui a capacidade de estruturar a cidade. Surge como matéria capaz de articular os espaços cheios e vazios, servindo de charneira entre os domínios abertos e fechados e conseqüentemente as esferas pública e privada.

Nas dinâmicas física, funcional, social e económica, que se geram nas cidades, o edificado funciona na estrutura

---

<sup>18</sup> LAMAS, José - *Morfologia urbana e desenho da cidade*, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa, 2004.

<sup>19</sup> PORTAS, Nuno citado por ANDRÉ, Paula - *A Construção da Memória dos Vazios Úteis da Cidade. Conhecer para Divulgar e Divulgar para Revelar, Vazios Úteis, Actas do Seminário de Estudos Urbanos*, Lisboa: ISCTE, 2007.

urbana, como elemento que permite a definição do espaço público. Porém, a matriz de desenho urbano pode ser definida pelos espaços vazios, como ruas e praças. Por um lado, delimitam a implantação do construído, por outro, proporcionam a movimentação de fluxos urbanos sem que haja interrupções ao utilizar e percorrer o espaço público. Garantindo uma sensação de leveza perante a pressão que o construído exerce sobre a cidade, respondendo como instrumento de integração de diferentes cidadãos e das suas atividades.

Segundo Francesco Indovina, *“O espaço público é lugar de socialização, de encontro e também onde se manifestam grupos sociais, culturais e políticos que a população da cidade exprime”*<sup>20</sup>. Assim, o espaço público assume um papel de complementaridade face ao construído, acabando também por se tornar fundamental nas relações que se desenvolvem entre os seus habitantes.

Desta forma, as cidades passaram a privilegiar as ruas largas, pontuadas por jardins, largos, praças, pátios interiores ou logradouros, enquanto espaço de reunião e comunicação por excelência. Convertem-se em espaços de convívio na composição da malha urbana, quase como que um território neutro de socialização, de troca de ideias, de reunião ou simplesmente de lazer e convívio.

No caso da cidade de São Tomé, é notória a presença de elementos que geraram alguns espaços públicos. Já referido neste capítulo, o desenvolvimento da estrutura urbana inicial faz-se a partir da expansão de um vazio contínuo, a “Rua Direita”.

---

20 **INDOVINA, Francesco** - *O Espaço Público: Tópicos sobre a sua Mudança*, Revista: CIDADES, Comunidades e Territórios, n.º 5, Lisboa, 2002.

Esta rua assume-se como o elemento estruturante fulcral da organização da cidade, servindo como elo de ligação entre os núcleos resultantes do assentamento urbano inicial. É precisamente nessa fase, que as árvores começam a ganhar lugar na composição urbana da cidade por razões estéticas, funcionais e essencialmente climáticas, contribuindo para o conforto dos diversos níveis de apropriação que se observam nos espaços públicos.

As praças e largos deixam de ser vazios resultantes da malha urbana e passam a ser marcos de referência onde os principais edifícios e monumentos eram erguidos. Funcionam como espaços de escape dentro do contexto urbano, capazes de acolher funções diversas e suscetíveis de serem recordados no âmbito das vivências coletivas ou pessoais, assumindo um elevado valor político e social.

Porém, o crescimento desigual do tecido urbano associado aos assentamentos informais, conforme citado no tema anterior, originou uma sucessiva zonagem da cidade, remetendo para uma maior separação entre os usos e funções dos espaços.

*“Deixamos de entender a aglomeração urbana como uma estrutura contínua com uma forma própria e reconhecível e passamos a vê-la como um sistema de relações entre peças autónomas, uma cidade individual (Hajer, 2001) formada pela coleção pessoal de unidades sem relação entre si para além do modo como cada indivíduo as agrupa com base nas suas práticas quotidianas e no seu imaginário. (...)”.*<sup>21</sup>

---

21 PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João - *Políticas Urbanas: Tendências, estratégias e oportunidades*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.

Assiste-se ao desenvolvimento de uma estrutura urbana invertida, onde a relação tradicional entre o cheio e o vazio e o construído e o livre, sofre uma inversão.

O vazio perde a sua utilidade prática na formação da cidade enquanto elemento estruturante e agregador da malha urbana. Ou seja, a anterior continuidade assegurada pelo cheio, interrompida pontualmente por vazios que estruturam a cidade já não se verifica com a inversão da lógica da estrutura urbana.

Assim, a área informal surge e desenvolve-se de forma irregular, abdicando de qualquer processo de planeamento prévio. Consequentemente, assiste-se a um desregrado apoderamento do território periférico, o que provoca um desenvolvimento rápido que possibilita que qualquer espaço livre possa dar lugar ao construído. Resultando na inexistência de uma separação rígida entre os domínios público e privado. Isto é, um funciona como sequência do outro. Desta forma, extensos espaços vazios são ocupados por edificado, estreitando as ruas e diminuindo as hipóteses de implementação de futuros espaços públicos desafogados da densa malha urbana.

Na ausência de espaços planeados, os caminhos de acesso às casas e aos quintais surgem como espaços públicos, adoptados às trocas socioculturais. Para além de representarem espaços de circulação, também se assumem como espaços lúdicos para as crianças ou de lazer e convívio dos mais velhos. Assim, estes percursos assumem o papel de espaço comercial, recreativo e social.

Contudo, ao observar a malha periférica, depreende-se a consolidação de um território pontilhado de espaços vazios, desocupados e descontinuados. Propícios ao (re)desenho urbano como forma de combate à segregação social que caracteriza a extensa área de assentamentos informais.

Partindo do pressuposto que os caminhos funcionam como extensão da casa e é neles que se desenvolvem as relações sociais, a implantação estratégica de espaços públicos neste contexto resultaria como potenciadores destas relações.

Portanto, o espaço público quando cumpre todas as necessidades dos seus usuários resulta num elemento de inclusão social entre habitantes e visitantes, contribuindo para um tecido urbano coeso e uniforme.



**FIGURA 19** | A RUA NO INFORMAL COMO ESPAÇO RECREATIVO, SÃO TOMÉ



**FIGURA 20** | A RUA NO INFORMAL COMO ESPAÇO SOCIAL, SÃO TOMÉ



**FIGURA 21** | A RUA NO INFORMAL COMO ESPAÇO COMERCIAL, SÃO TOMÉ



**FIGURA 22** | AS ÁRVORES GARANTEM MOMENTOS DE SOMBRA NA RUA GRANDE, SÃO TOMÉ

## II | CAPÍTULO 2

## 2.1 | ARQUITETURA VS AUTOCONSTRUÇÃO

Nas décadas de 1960-1970, a população expulsa dos centros das cidades, juntamente com aquela que procurava melhores condições de vida no processo do êxodo rural, aglomerava-se na periferia. Nos terrenos arrabaldes, desprezados pelo sector privado, a população começou a construir as suas próprias casas segundo os seus próprios recursos físicos e financeiros.

A autoconstrução era a solução encontrada por estas pessoas, que o sistema capitalista vigente ignorava. Autoconstruíram as suas casas e o seu espaço de convívio constituindo comunidades coesas, mas onde as dificuldades se acentuavam por se encontrarem à margem do sistema. Existiam problemas de salubridade, infraestruturas, mobilidade, etc. Os outsiders denominam estes aglomerados de *slums* e associam-nos a uma imagem negativa enquanto quem neles vive os denomina de comunidade associando-lhes a imagem dos seus lares, e a condições da sua sobrevivência.

Este processo tomou uma dimensão global sendo mais ou menos controlado nos países desenvolvidos, mas expandindo-se nos países subdesenvolvidos, colocando assim, questões relativas á autoconstrução que devem ser consideradas.

Tal como defende John Turner <sup>22</sup>, as habitações clandestinas revelam as capacidades de entre ajuda e autoconstrução popular, contrariamente às classes burguesas para quem a Arquitetura é meramente produto de mercado. Assim, qual é o papel do arquiteto junto das populações? Os habitantes constroem as suas casas segundo as suas capacidades físicas e financeiras e segundo a sua cultura e necessidades – número de filhos, etc. – então como pode

---

<sup>22</sup> BANDEIRINHA, José António (2007), O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp.44-48

interferir o arquiteto ao nível das comunidades autoconstrutoras? Para John Turner <sup>23</sup>, o arquiteto como profissional, deve intervir como assistente técnico e conselheiro dos construtores. O morador que constrói fá-lo segundo a sua intuição, experiência e necessidades. Mas não sabe como resolver questões técnicas essenciais, como estrutura construtiva e abastecimento de água, esgoto e eletricidade, pondo muitas vezes, e ainda que sem consciência, a família em risco. A estrutura não foi devidamente calculada para suportar as expansões que a família requer e não existe esgoto nem água canalizada.

Ora, a disciplina da Arquitetura não se resume apenas á componente técnica mas incorpora igualmente a componente poética. J. Turner parece não ter dado importância

a esta componente, na medida em que resume o arquiteto a um assistente técnico e o processo a um processo construtivo, que apenas responde e presta auxílio nas necessidades e dificuldades técnicas dos construtores. E então a estética, o sentido do gosto na Arquitetura? Fica a cargo do construtor/morador? Do arquiteto? De ambos num projeto coordenado?

Considero que a Arquitetura não pode deixar de ser entendida como arte, onde técnica e poética se aliam de modo a construir um mundo melhor, transformando-o através da sua força. Mas nem uma componente nem outra se podem sobrepor sendo necessário um equilíbrio entre ambas de modo a complementarem-se. Utente e profissional devem cooperar na construção dos espaços arquitetónicos de forma a que o projeto incorpore os conhecimentos e vivências de ambos, como meio para atingir um produto final mais estimulante para todos. O projeto participado surge como resposta às

---

<sup>23</sup> **BANDEIRINHA, José António** (2007), O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp.44-48

dificuldades apresentadas, variando estas consoante o contexto em que se insere: contextos de pobreza apresentam dificuldades técnicas, enquanto contextos mais ricos apresentam desde dificuldades técnicas a poéticas.

Numa comunidade, como o bairro da Cova da Moura (alvo de estudo numa fase posterior), o bem essencial e primeiro para cada indivíduo e família são as casas, mas posteriormente é necessário cuidar os espaços exteriores, que são de todos. As pessoas das comunidades participam muitas vezes, também, na construção desses espaços: equipamentos e espaços de convívio da sua comunidade que se agregam ao espaço residencial, complementando-se. Os indivíduos constroem os seus edifícios e o seu bairro segundo os seus desejos e os seus modelos. A Arquitetura não funciona aqui como produto de mercado e os edifícios não são aqui construídos segundo postulados universais exteriores às vivências da comunidade.

A Arquitetura não consegue resolver no âmbito da disciplina todos os problemas existentes na cidade. O sistema governamentativo implementado cumpre um papel fundamental na gestão das atividades e organização da sociedade. Assim, é necessário que o sistema de governação se adapte às novas necessidades e desejos da população.

J. Turner<sup>24</sup> apresenta algumas hipóteses para superar a situação. O autor colaborou em diversos projeto-piloto, nomeadamente no Peru, entre 1950 e 1963, de onde tirou algumas conclusões/lições que defende serem de importância extrema também para o mundo desenvolvido. O autor inverte o *paternalismo* dos países desenvolvidos que enviam *know-how técnico* para *auxiliar* os países subdesenvolvidos, sublinhando que estes é que têm conteúdo para *auxiliar* os países

---

<sup>24</sup> **BANDEIRINHA, José António** (2007), O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp.44-48

desenvolvidos, segundo as lições de autoconstrução e entre ajuda das populações das comunidades, como as *barriadas* e *pueblos jóvenes* no Peru. Estas aglomerações possuem uma característica fundamental à sociedade actual: a flexibilidade, adaptável á evolução socioeconómica dos habitantes, em contraponto á rigidez da habitação de promoção pública/centralizada, que domina a reconstrução da Europa do Norte e particularmente da França nesse período.

Assim, aponta três princípios<sup>25</sup> para a evolução de um sistema mais justo:

- Princípio de auto governação da produção habitacional: "*What matters in housing is what it does for people rather than what it is*";

- Princípio das tecnologias adequadas ao contexto: "*The economy of housing is a matter of personal and local resourcefulness rather than centrally controlled, industrial productivity*";

- Princípio do planeamento da habitação segundo limites estipulados pelos próprios construtores/moradores: "*People in their own localities have ultimate authority over housing, as investment and care depend on resources that only they can use economically*".

A auto governação proposta pelo autor aparece como a solução alternativa ao sistema dominante e surge como resposta das comunidades de poucos recursos para sobrevivência numa sociedade capitalista. A descentralização das atividades e serviço parece ser o único modelo passível de transformar para melhor a sociedade atual.

---

<sup>25</sup> " O que interessa na habitação é o que ela faz pelas pessoas e não o que ela é; A economia da habitação é uma questão relacionada com os recursos pessoais e locais mais do que com a produtividade industrial centralmente controlada; As pessoas nas suas localidades têm autoridade sobre a habitação, pois que o investimento e manutenção dependem apenas dos recursos que eles podem usar economicamente." (tradução do autor), TURNER, John F. C. (1976), "Principles for Housing", Housing by People, Londres: Pantheon Books

Desde sempre que o homem sente necessidade de se abrigar quer por razões climáticas e de proteção, quer por razões socioculturais. Como refere Alberto Campo Baeza, na sua dissertação intitulada “A tua casa, o teu museu, o teu mausoléu. A minha casa, nem museu, nem mausoléu”, primeiro surge a caverna para o Homem Animal, depois a cabana para o Homem como ser racional e finalmente a casa para o Homem como ser culto e criador.

Amos Rapoport, antropólogo, em “*House, form and culture*” (1978) argumenta que a forma da casa é de raiz predominantemente antropológica, na medida em que coexistem condicionantes físicas, materiais e socioculturais determinantes da conceção da forma da casa. O autor utiliza o conceito de *criticality* em referência à escala ou grau de constrangimento que pode existir na construção dos edifícios. A. Rapoport defende que, em 1960, os edifícios nas sociedades ocidentais estão desligados das necessidades fundamentais e a grande liberdade de escolha não pode proporcionar outra coisa senão a vacuidade e a entrega às vicissitudes da moda.

Para Rapoport as construções das comunidades primitivas, como a comunidade do Lago Titicaca, no Perú, correspondem a “*very few building types, a model with few individual variations, built by all*”<sup>26</sup>. As comunidades primitivas uniam as suas forças e construía todos para todos. As construções eram semelhantes e as variações reduzidas. Deste modo as comunidades mantinham a sua identidade através da autoconstrução.

---

<sup>26</sup> “muito poucos tipos de edifícios, um modelo com poucas variações individuais, construído por todos.” (tradução do autor), RAPOPORT, Amos (1969), *House, Form and Culture*, New Jersey: Prentice-Hall, Inc., p. 8

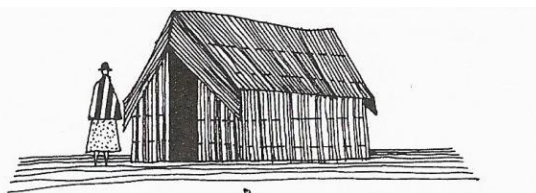
A partir do século XX a autoconstrução surge como resposta das populações para sobrevivência numa sociedade capitalista e não apenas como meio de se protegerem das condições climatéricas ou de predadores, ou por simples razões socioculturais e económicas.

A arquitetura Vernacular segue os mesmos princípios da arquitetura Primitiva, embora com algumas variantes. A arquitetura Vernacular respeita o lugar e a cultura da sociedade, mas apresenta maior diversificação de construção que a Primitiva e é geralmente dirigida por profissionais da comunidade que cooperam com os moradores na definição da conceção da forma da casa. Em contrapartida, a arquitetura Moderna, e contemporânea realizada por arquitetos não respeita os ideais/desejos dos utentes das comunidades de menos recursos, nem as características do lugar, segundo feedback recolhido pelos próprios.

Outro autor que contribuiu para a divulgação da arquitetura sem arquiteto - arquitetura Primitiva ou Vernacular - foi Bernard Rudofsky que a 9 de Novembro de 1964 inaugura no Museum of Modern Art (Nova Iorque) a exposição *Architecture Without Architects*. Foi uma exposição inovadora que apresentou ao público um vasto número de exemplos de arquitetura Tradicional e Vernacular de grande qualidade construídos pelas comunidades.



**FIGURA 23** | CONSTRUÇÃO PRIMITIVA NO LAGO TITICACA, PERÚ



**FIGURA 24** | CONSTRUÇÃO PRIMITIVA NO LAGO TITICACA, PERÚ

Na mesma linha, Belluschi define "*communal architecture*" como:

*"A communal art, not produced by a few intellectuals or specialists but by the spontaneous and continuing activity of a whole people with a common heritage, acting under a community of experience."*<sup>27</sup>

No século XX, no Egípto, o arquiteto Hassan Fathy<sup>28</sup> trabalha sobre a possibilidade de renovação dos meios tecnológicos utilizados na construção das casas dos camponeses pobres. A sua obra vem demonstrar como se pode e deve prolongar os ensinamentos da arquitetura Tradicional readaptando-os á evolução dos tempos, mas respeitando sempre a cultura e tradição da sociedade, assim como os seus recursos.

Em 1946, Hassan Fathy é convidado para projetar um plano de realojamento para 7000 camponeses, New Gourná. Neste projeto trabalhou conjuntamente com geólogos e engenheiros mecânicos com o intuito de otimizar as soluções adotadas, utilizando recursos tradicionais.

---

<sup>27</sup> "Uma arte popular, não produzida por uns escassos intelectuais nem especialistas mas pela espontânea e contínua atividade de um conjunto de pessoas com uma herança comum, agindo sob uma experiência de comunidade." (tradução do autor), **BANDEIRINHA, José António** (2007), O Processo SAAL e a Arquitetura no 25 de Abril de 1974, Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 31

<sup>28</sup> **BANDEIRINHA, José António** (2007), *O Processo SAAL e a Architectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra: Imprensa da Universidade, pp.26-28

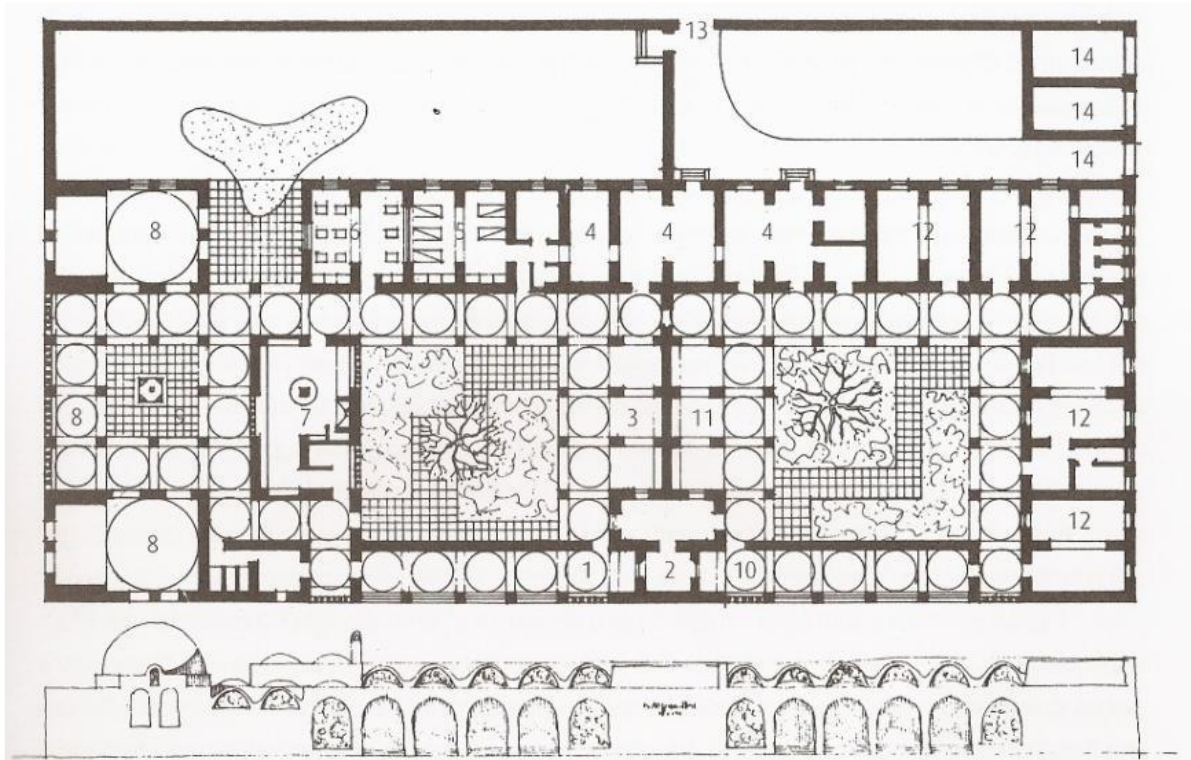


FIGURA 25 | PEÇAS DO CENTRO DE HIGIENE PARA NEW GOURNA, EGIPTO

1) Entrada das mulheres; 2) Supervisor; 3) Sala de espera; 4) Posto clínico; 5) Sala das mães; 6) Bebés; 7) Cozinha; 8) Creche e oficinas de trabalhos manuais; 9) Pátio; 10) Entrada dos homens; 11) Sala de espera dos homens; 12) Instalações para médicos e enfermeiras; 13) Entrada da ambulância; 14) Garagem das ambulâncias.

Defende a participação dos utentes na construção de modo a que os custos da operação fossem substancialmente reduzidos, os vínculos casas/moradores fossem criados no ato da participação (única fase em que seria possível), se mantivessem os laços com a tradição da auto construção existente na arquitetura tradicional egípcia e se reforçasse o apego á obra pelo esforço na sua concretização.

Relembrando a discussão anterior, recordo o papel das ciências sociais como impulsionadoras desta nova arquitetura progressista. Neste sentido há que referir, como faz Bandeirinha (2007), Carlos Nelson Ferreira dos Santos, arquiteto brasileiro, que depois de trabalhar com comunidades em favelas, nomeadamente na favela de Brás de Pina, no âmbito de operações de reabilitação (1965-1974), face às questões que se colocavam enveredou, anos mais tarde, pelo ramo da antropologia (1979). No seu trabalho junto das populações desenvolveu diagnósticos e planos de infraestruturação viária, saneamento e abastecimento que beneficiaram com o processo de entre ajuda existente na favela. Os moradores desenhavam as plantas das suas próprias casas que apenas eram testadas e retificadas pelos arquitetos, os quais na linha de John Turner cumpriam função de assistentes técnicos, segundo um conjunto de regras que garantiam a qualidade da habitação. Esta era uma característica fundamental.

No final da década de setenta, sentiu-se num “beco sem saída”<sup>29</sup>, faltando-lhe “mecanismos do pensar adequados”<sup>30</sup> às situações que urgiam respostas. Interessando-se cada vez mais pelas especificidades sociais e individuais dos habitantes dos espaços. O curso de antropologia permitiu-lhe compreender melhor a questão do técnico especializado que atua sobre o espaço urbano.

O arquiteto, entendido como assistente técnico pela comunidade, apoia a construção feita pelos próprios utentes moradores, respeitando normas e leis emanadas dos órgãos locais, segundo o princípio de auto governação. Existe uma grande flexibilidade do sistema, pois torna-se passível de se

---

<sup>29</sup> BANDEIRINHA, José António (2007), O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974, Coimbra: Imprensa da Universidade, p.48

<sup>30</sup> BANDEIRINHA, José António (2007), O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974, Coimbra: Imprensa da Universidade, p.48

moldar á evolução socioeconómica dos habitantes, sem criar ruturas entre casa/morador/sistema.

A autoconstrução integrada no planeamento com a comunidade, através do projeto participado, parece ser o modelo mais idóneo em qualquer comunidade atual, quer nos países subdesenvolvidos, quer nos países desenvolvidos, embora seguindo vertentes diferentes segundo as necessidades expostas em cada contexto.



**FIGURA 26** | CONSTRUÇÃO DE ESCADAS PELA COMUNIDADE, COVA DA MOURA, LISBOA



**FIGURA 27** | AUTOCONSTRUÇÃO, COVA DA MOURA, LISBOA

## 2.2 | O (RE) DESENHO DO ESPAÇO PÚBLICO

A cidade de São Tomé, apesar da sua modesta dimensão territorial e populacional, exhibe uma diversidade de fenómenos de ocupação. Reflexo das transformações ocorridas ao longo dos diferentes ciclos de manipulação territorial e socioeconómico. Num percurso que se estende desde a época do primeiro aglomerado urbano até à atual, resultando em duas realidades distintas que coexistem no mesmo espaço.

Por um lado encontra-se a arquitetura formal, herdada do período colonial, associada à tradição e à arquitetura popular portuguesa. Por outro lado, encontra-se a arquitetura informal, desclassificada e estigmatizada, associada aos assentamentos de génese espontânea. Sendo que estes, são reflexo da incapacidade de resposta do centro urbano, à quantidade de habitantes que chegavam à procura de trabalho, habitação e melhores condições de vida. Forçando-as, na sua maioria, a instalar-se no território periférico da cidade.

Deste modo, a arquitetura informal, surge como um manifesto mas também, como uma necessidade na procura de um abrigo por parte da população mais carenciada que sobrevive à margem da estrutura planeada. Porém, devido à ausência de uma autoridade de planeamento e controlo do uso do solo, a responsabilidade de desenvolver e planejar o espaço fica a cargo dos habitantes que, simultaneamente, vão adaptando as suas construções às particularidades especiais do território. Resultando no crescimento espontâneo e descontrolado de grandes extensões habitacionais, sem acesso adequado a infraestruturas básicas e equipamentos sociais.

Se no caso formal, o equilíbrio do desenho da estrutura urbana resolve questões de acessibilidade e salubridade através de soluções de ventilação, iluminação e escoamento, no caso informal a situação é contrária. Apresenta um desenho

urbano espontâneo e inadequado às condições mínimas necessárias para o bem-estar dos seus habitantes. Destacando a inexistência de infraestruturas, como redes de saneamento, energia, abastecimento de água potável, recolha de lixo e ainda de equipamentos sociais que assistam a comunidade, como escolas, infantários, serviços médicos, entre outros.

Desta forma, o planeamento inadequado e inexistente do território resulta em condições de vida precárias nos assentamentos informais, onde subsistem inúmeros problemas económicos, sociais e urbanísticos. Sendo que, estes últimos urgem reparação e aos quais não podemos retirar atenção, mas sim redobrá-la perante estes fatores que isolam social e espacialmente as classes mais carenciadas.

Surgem como estruturas isoladas da malha urbana, que deveriam ser alvo de uma intervenção capaz de resolver os problemas anteriormente identificados. No entanto, é fundamental entender, que os conceitos de intersecção, ambiguidade e multiplicidade que compõem a estrutura informal não são menos ordenados do que na cidade formal, pelo contrário, *“representam uma visão de estrutura mais densa, mais forte, subtil e complexa.”*<sup>31</sup>

Ou seja, apesar de serem áreas informais pela sua desarticulação e falta de planeamento, ao intervirmos, devemos entendê-las como lugares, na medida em que estabelecem uma comunidade onde se encontram presentes os valores de socialização e vizinhança que assentam sobre

Os assentamentos informais existem desde os primórdios da urbanidade, fruto da necessidade de sobrevivência por uma forte e constante entre ajuda. Estes assentamentos são o seu lar, a sua realidade formal, um produto da comunidade para a

---

31 **ALEXANDER, Christopher** - *A city is not a tree*, 1965 (versão consultada: *Uma cidade não é uma árvore*, in Architectural Forum)

comunidade, que lhes atribui uma entidade própria em relação à envolvente.

Sob estas condições urbanas é bastante importante apreender estas e outras características para desenvolver formas de intervir em áreas críticas, criando estratégias de cariz formal, capazes de extrair os elementos que geram e formam a arquitetura do informal, a partir das quais é possível repensá-la, redesenhá-la e recolocá-la estrategicamente de forma a transformar a sua envolvente.

*“Legalizar e formalizar a cidade informal, dignificar suas condições de moradia, qualificar os espaços públicos, preservar as modalidades de convivência neles, transferir esse espírito para a cidade formal, estabelecer condições de legalidade que estimulem o uso e apropriação do espaço urbano são, dentre outras, estratégias viáveis para a integração social entre formalidade e informalidade, condição essencial para atingir níveis mínimos de civilidade e qualidade de vida urbana.”<sup>32</sup>*

A arquitetura surge nestes espaços como elemento de ligação, capaz de articular os tecidos desconectados atribuindo-lhes um novo significado na malha urbana. Contudo, não se pretende com isto aventar que por si só a arquitetura resolva os problemas existentes, mas sim, que funcione como um processo e como todo o processo, embora não origine mudanças imediatas, proporciona “ (...) um começo, um despertar. É o que faz uma cidade reagir.”<sup>33</sup>

Nesta perspetiva, o tema (re)desenho urbano surge interligado ao conceito de *acupuntura urbana* do arquiteto e urbanista Jaime Learner. Segundo o mesmo, é um conjunto de pequenas intervenções pontuais numa rua, numa praça ou

---

32 GHIONE, Roberto - Artigo: *Cidade formal e cidade informal*, 2013.

33 LERNER, Jaime - *Acupuntura urbana*, Rio de Janeiro, Editora Record, 2003.

num edifício, que podem mudar gradualmente a vida da cidade. Ou seja, ao requalificar um espaço que já detém uma forte identidade, respeitando-a, gera-se novas vivências e experiências e, ao mesmo tempo, torna-se útil e funcional à sua população.

Portanto, o ponto-chave da *acupuncture urbana* é justamente proporcionar esse (re)começo, que funcionará como uma “centelha”, propagando-se pela envolvente<sup>34</sup> como um processo evolutivo e crescente. Que vai progredindo ao longo de um determinado espaço de tempo, consoante o êxito de cada intervenção. Se a primeira tiver sucesso, passa-se para a segunda e assim sucessivamente.

Naturalmente, para que este processo resulte é necessário entender como estes “lugares identitários”, já abordados anteriormente, surgem e crescem. E simultaneamente, como são habitados e utilizados. Pois é fundamental que estas intervenções reforcem as relações espaciais existentes através da sua preservação, visto que o conjunto de ruas e edificado estabelecem usos e relações com o lugar. Não esquecendo, a inclusão de serviços básicos tais como a água, saneamento, recolha de lixo, energia e comunicações), iluminação pública, rede viária adequada ao acesso da periferia ao centro da cidade, equipamentos sociais e principalmente a criação de espaços públicos qualificados, como praças ou largos e até espaços verdes que são, em geral, inexistentes nos assentamentos informais.

Como Habraken nos diz *“Parece claro que são os espaços públicos e coletivos, no modo como se relacionam e determinam a paisagem, as mobilidades, as infraestruturas e as fronteiras das edificações, os elementos mais estáveis da estrutura urbana, os que provaram ao longo dos séculos, maior*

---

34 Idem

*capacidade ordenadora, pelo que podem ser entendidos como suportes (...)*”.<sup>35</sup>

Desta forma, procura-se que a acupuntura urbana seja capaz de articular as diversas componentes da cidade através de intervenções que restabeleçam a coerência e adaptabilidade inexistente das áreas urbanas periféricas.

Contudo, muitas vezes a estratégia não se limita apenas a uma mudança física, mas algo na mentalidade das pessoas.

*“Uma das diferenças fundamentais entre intervir na cidade formal e na cidade informal é que, esta última, exige articular os aspetos físicos (urbanístico-arquitetónico-ambientais) com os sociais (económico-cultural-existenciais) (...)*”<sup>36</sup>

Por esse motivo, a intervenção pode começar pela “instrução” das pessoas, tornando-se mais acessível quando estas formam uma comunidade. Segundo Jaime Learner, “o planeamento da cidade é uma trajetória. Você começa, a população reage e corrige”<sup>37</sup>. Assim, para que estas intervenções formais sejam bem sucedidas, é necessário que a comunidade as aceite de forma a expandir esse começo pelo tecido morfológico da sua cidade, permitindo a leitura correta da mesma.

---

35 **PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João** - *Políticas Urbanas II Transformações, regulação e projectos*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

36 **JÁUREGUI, Jorge Mário** - *Construir a partir do conflito*, Arquitectura e Vida, 2004.

37 Frase de Jaime Lerner defendendo a sua teoria sobre Acupuntura Urbana.

## **2.3 | CASOS DE ESTUDO**

### 2.3.1 | Cova da Moura, Lisboa

Quando contemplamos as construções dos bairros informais presentes nas cidades contemporâneas, percebemos que estas constituem uma nova abordagem da arquitetura vernácula ou popular, na medida em que são construções características do lugar, executadas por não-arquitetos e segundo os recursos locais. Como apresenta Paola Jacques no seu livro intitulado "A Estética da Ginga" (2001), "os barracos das favelas são compostos de fragmentos"<sup>38</sup> recolhidos das lixeiras e dos restos que sobejam da cidade, como tijolos, bocados de madeira, latão, etc. São estes os materiais locais das grandes metrópoles. Do mesmo modo a evolução do agregado familiar bem como da situação socioeconómica da família definem a transformação e evolução da construção fragmentária e, conseqüentemente, do território.

O bairro da Cova da Moura, caso de estudo, insere-se neste contexto de construção fragmentária evolutiva. Encerra em si outras características que definem a sua singularidade, e que já foram apresentadas anteriormente. É um bairro de fixação de retornados das colónias de Cabo Verde e uma pequena percentagem de Angola, representando, deste modo, um ghetto étnico na cidade de Lisboa. A memória coletiva da comunidade expressa-se no seu património cultural cuja imagem é transferida para o exterior. Edifica, então, um gosto caracterizador da estética singular desse grupo social distinguindo-o e impondo-o na paisagem, transformando-a. As divergências estéticas, associadas a motivos socioculturais,

---

<sup>38</sup> JACQUES, Paola (2007), "Fragmento", *A Estética da Ginga*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p.23

provocam conflitos que vão desencadear o processo de transformação do património cultural.

Mas existirão arquiteturas bonitas ou feias? Revendo a discussão relativa à estética e ao gosto parece-me que esta questão se baseia meramente na necessidade do homem em expor a sua “aversão pelos estilos de vida diferentes” criando “sem dúvida uma das barreiras mais fortes entre as classes”<sup>39</sup>, citando Bordieu. Urge entender o património cultural – “produto de uma sociedade, mas também (...) produtor social”<sup>40</sup> como refere Alexandra Castro – como fim maior. Ele representa a memória de uma sociedade, como produtor social para gerações futuras. A singularidade do bairro da Cova da Moura, entre outras questões deve-se à migração – a vinda dos retornados e imigrantes das ex-colónias ou PALOP e sobretudo de Cabo Verde – e as memórias associadas a essa dimensão sócio espacial. Tal como nas terras do Norte de Portugal, onde a migração para França, nomeadamente Paris, transformou a paisagem local, assim a dimensão do bairro altera a paisagem da cidade de Lisboa, na medida em que nela insere as suas características mais singulares. e pessoa designada pelo proprietário para liderar a obra na sua ausência (normalmente um familiar próximo ou amigo); e a evolução das economias da família.

A escolha do desenhador e do construtor baseia-se nos circuitos locais. É normal haver apenas um ou dois técnicos responsáveis pelo desenho e construção das casas de emigrantes numa freguesia. Estes são contratados por questão de “segurança”, pois o proprietário sabe aquilo que quer construir mas não conhece os limites dessa construção

---

<sup>39</sup> **LEITE, Carolina**, Fevereiro de 1989, “Casa de Emigrantes: Gosto de alguns, Desgosto de muitos”, *Sociedade e Território*, Lisboa, pp.67-71

<sup>40</sup> **CASTRO, Alexandra**, Fevereiro de 1998, “As Construções dos Emigrantes e a Legitimidade de uma Estética Singular”, *Sociedade e Território*, Lisboa, p.80



**FIGURA 28** |  
AUTOCONSTRUÇÃO  
FRAGMENTÁRIA, COVA DA  
MOURA, LISBOA



**FIGURA 29** | A RUA COMO ESPAÇO RECREATIVO, COVA DA MOURA,  
LISBOA



**FIGURA 30** | A ARTE COMO FORMA DE EXPRESSÃO SOCIAL, COVA DA MOURA, LISBOA



**FIGURA 31** | DESENHO DE CHEIOS E VAZIOS, COVA DA MOURA, LISBOA

recorrendo, desse modo, ao desenhador como intermediário entre os seus desejos e a regulamentação.

Porque recorrem os proprietários a desenhadores e não a arquitetos? O fator conhecimento pessoal é imperativo neste processo. Mas existe também uma grande falta de conhecimento relativo ao papel do arquiteto, pois este profissional concentra a sua atividade nos centros urbanos e mantém-se ausente de muitas câmaras dos meios rurais, contribuindo para a falta de conhecimento da sua atividade por parte das populações. É necessário intervir a este nível para que o rural não seja menosprezado. E para que o planeamento urbanístico contribua com as infraestruturas e os equipamentos necessários ao desenvolvimento das comunidades rurais, gerando postos de trabalho e riqueza.

No entanto, o que procuramos entender, nesta releitura é saber qual o resultado das casas dos emigrantes que são construídas entre cá e lá? Elas que resultam, como referem as autoras de "Casas de Sonhos", dos reajustamentos entre as referências locais da estética rural – do país de origem – e a estética urbana como experiência de vida – do país de acolhimento – que atuam e transformam o espaço, resultando numa linguagem nova, para a qual "falta pois inventar a linguagem coerente a este processo"<sup>41</sup> ? A linguagem construída reflete a memória do lugar ao qual pertencem – país de origem – e simultaneamente reflete o seu novo Eu associado a um estatuto socioeconómico adquirido no país de acolhimento no processo de migração. Há uma justaposição que produz uma imagem pouco usual e é esta a imagem causadora das guerras de gosto. A casa torna-se, assim, o reflexo do percurso de vida da pessoa que a habita e contribui para "a inserção do emigrante na sociedade"<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> LEITE, Carolina; VILLANOVA, Roselyne; RAPOSO, Isabel (1995), *Casas de Sonhos*, Lisboa: Edições Salamandra

<sup>42</sup> Idem

A arquitetura vernácula ou popular de determinado meio adapta-se aos condicionantes naturais e aos materiais locais, mas também os fatores sociais condicionam essa arquitetura não-imutável, como afirma Isabel Raposo no âmbito do estudo deste livro. A casa surge como produto social, contribuindo para a construção do património cultural.

O bairro da Cova da Moura funciona segundo um esquema de imigração inverso ao dos emigrantes anteriormente descrito, pois os seus habitantes oriundos de Cabo Verde e Angola têm como país de acolhimento Portugal, no qual procuram melhores condições de vida. O que nos interessa entender são as casas que constroem aqui – país de acolhimento – e não lá – país de origem. Deste modo entendemos facilmente que Portugal – país de acolhimento – lhes transmite uma experiência urbana, contrária á experiência corrente nos seus países de origem – Cabo Verde e Angola – onde experienciam sobretudo o rural ou o peri-urbano. A justaposição de vivências, visível nas construções que compõem o bairro, leva-nos a crer que, tal como no exemplo dos emigrantes do Norte do país, os moradores, aqui, transpõem para as suas casas a memória das referências do seu país de origem e a experiência urbana do país de acolhimento. Do mesmo modo as imagens produzidas são pouco usuais e reflexo do percurso de vida dos seus habitantes: a casa como produto social.

O fator tempo surge novamente como crucial na construção da casa, mas processando-se e um modo diferente. Na Cova da Moura o indivíduo tem urgência na construção da casa, pois chega sem nada ao país, que lhe é estranho (habitualmente migra com o conhecimento de alguém que já esteve na sua situação e que o vai ajudar na adaptação).

É necessário construir um abrigo. Paola Jacques cita Adolf Loos:

*"No começo houve a vestimenta. O homem estava em busca do que o protegesse contra o rigor do clima, procurava calor e protecção durante o sono. Ele precisava se cobrir. A coberta é a mais antiga expressão da arquitectura."*<sup>43</sup>

Neste sentido, é usado aqui, o termo abrigo e não casa. A preocupação primeira de quem chega, sem poder económico, a um lugar estranho é a de ter um lugar seu, onde se pode abrigar das adversidades climáticas e dos olhares alheios.

Mais tarde, na década de 80, com o apoio da Autarquia, foram introduzidas algumas infra-estruturas no bairro, como saneamento básico, iluminação pública, recolha de lixo e asfaltamento das principais vias, no sentido de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos seus residentes. Porém, estas melhorias acabariam por suscitar uma intensificação da construção do edificado de forma espontânea e inadequada. As referidas habitações de madeira deram lugar às actuais, construídas em alvenaria de tijolo, com cérceas entre os dois e três pisos, colmatando as necessidades de quem as constrói, geralmente, os mesmos que a habitam.

Assim, tendo em conta a reduzida dimensão do bairro e a inexistência de uma autoridade de controlo do uso do solo, a responsabilidade recai para os seus habitantes não só no planeamento do espaço mas também na criação de soluções construtivas adaptáveis ao território, resultando num processo de autoconstrução local com uma lógica evolutiva. Ou seja, devido à falta de solo, a construção funcionava na vertical, com o acrescento de pisos nas habitações existentes, que por sua vez, possibilitou a introdução de uma rede de "pensões informais", que consiste basicamente num mercado de arrendamento informal. Isto contribuiu para um aumento da

---

<sup>43</sup> JACQUES, Paola (2007), *A Estética da Ginga*, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, p.26

densidade populacional no bairro, tornando-se cada vez mais compacto em relação à envolvente mais próxima. No entanto, devido a esse crescimento populacional, composto por uma faceta cada vez mais multicultural, as intervenções construtivas nas habitações começaram a ser mais controladas e consolidadas, garantindo o aumento da segurança e qualidade das mesmas.

Este fator multicultural viria igualmente a influenciar a organização espacial do bairro. “A sul, o traçado tortuoso de ruas estreitas, de becos, de casas, barracas e anexos encavalitados, forma uma malha labiríntica apertada. Aqui se amontoa a população maioritariamente de origem africana. A norte predomina um padrão ortogonal de ocupação espacial, de ruas pavimentadas e de casas cercadas por pequenos jardins, onde residem os nacionais retornados de África, os migrantes internos, uma pequena burguesia africana e os imigrantes recém-chegados que buscam no bairro um lugar para habitar.”<sup>44</sup>

Nesta perspetiva, a malha urbana do bairro apresentasse fragmentada entre estas duas grandes áreas, com uma organização sócio-espacial bem diferenciada, que tende a favorecer a existência de disparidades relacionais e identitárias. Contudo, “(...) na área sul do bairro, e ao contrário do que acontece a norte, a sobre ocupação, a exiguidade e a precariedade das casas assim como a manutenção de práticas culturais específicas potenciaram a transferência de atividades domésticas para o espaço público, favorecendo, igualmente, uma maior apropriação das ruas, largos e becos como espaço de intenso convívio e de interconhecimento.”<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> **AA.VV.** - *Operação Cova da Moura: Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana em Bairros Críticos*, Volume I, IHRU, Lisboa, 2006.

<sup>45</sup> **AA.VV.** - *Operação Cova da Moura: Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana em Bairros Críticos*, Volume I, IHRU, Lisboa, 2006.

À semelhança do que acontece nos assentamentos informais da cidade de São Tomé, os espaços públicos qualificados são inexistentes no bairro da Cova da Moura, tornando a rua o principal espaço de estadia, o espaço vivo por excelência onde acontece de uma forma peculiar a mistura de funções, como o habitar, a circulação, o lazer e o trabalho, permitindo o prolongamento das várias atividades domésticas para o espaço público.<sup>46</sup>

Ainda na década de 80, foram introduzidos os primeiros equipamentos de apoio aos residentes, destacando a Associação Moinho da Juventude. Construída pela própria comunidade. Esta associação procura envolver todas as faixas etárias do bairro, em atividades de cariz social, cultural e económico, proporcionando a melhoria das condições de vida dos seus residentes. Mais tarde, a associação desenvolve cursos de formação profissional, sobretudo para mulheres e jovens que se encontrem em situação de risco, de modo a responder às suas dificuldades sociais e económicas. A acrescentar, no campo da saúde, a promoção de reuniões e debates que auxiliam a prevenção de doenças e da violência.

Salienta-se de igual forma a presença de outros equipamentos que assistem a comunidade do bairro, como é o caso do Clube Desportivo, da Creche S. Gerardo ou da Escola Primária, sendo que, este último apresenta outra visibilidade que decorre da sua dimensão e da posição topográfica. Somam-se outros equipamentos mais expostos por se encontrarem na orla exterior: a Creche e o Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia e o Polidesportivo.

Conclui-se que, embora o bairro da Cova da Moura seja de génese ilegal e apresente as mesmas características do sistema informal, morfologicamente, funciona de forma distinta das cidades informais sul americanas e africanas. Em vez de se

---

<sup>46</sup> Idem

desenvolver nas zonas periurbanas da cidade, encontra-se integrado na malha formal da mesma. Porém, apresenta-se num estado de isolamento, funcionando como uma ilha afastada da sociedade formal, resultando na exclusão social e urbana do bairro.

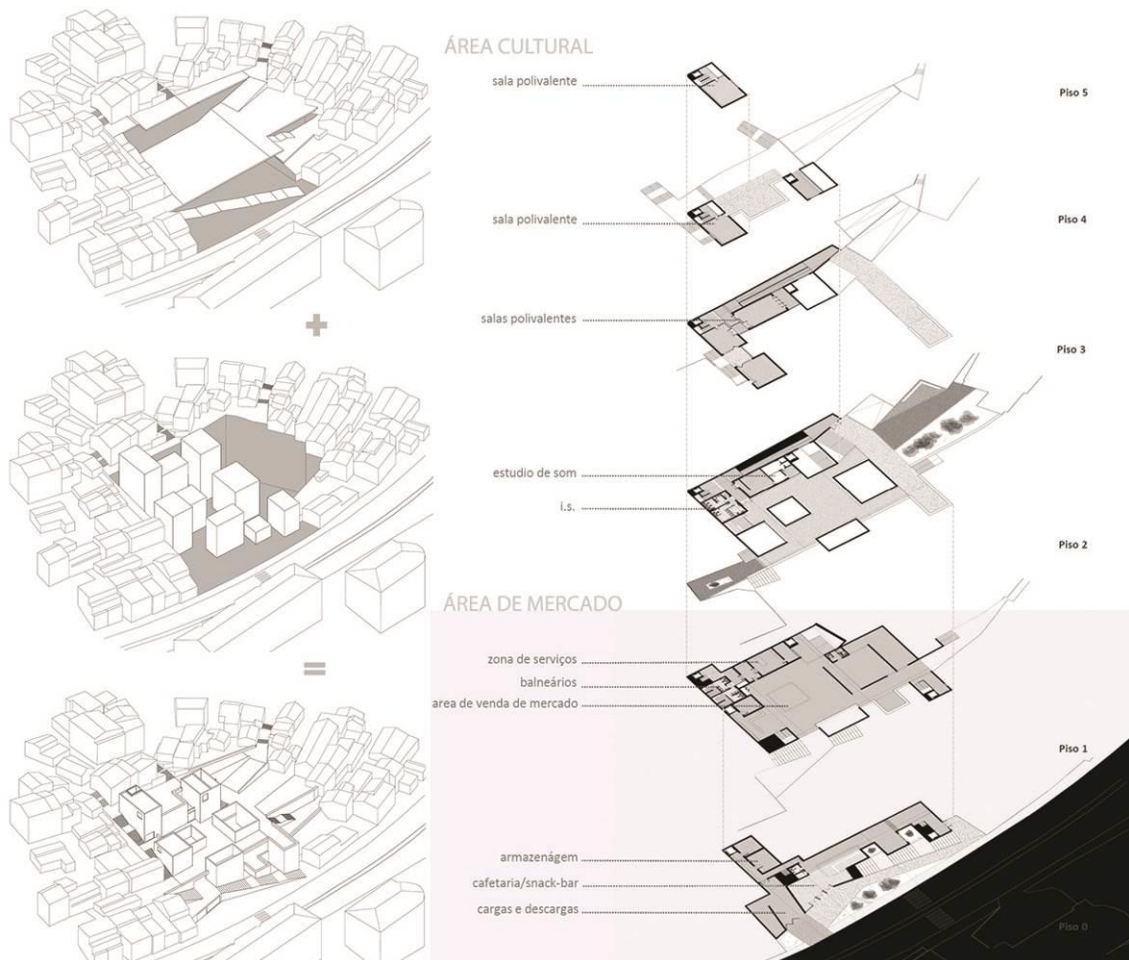


FIGURA 32 | PRÉMIO SECIL UNIVERSIDADES - MERCADO MULTICULTURAL NA COVA DA MOURA, RICARDO CARREIRO, LISBOA

### 2.3.2 | Os Musseques de Luanda

*“Musseques são bairros humildes de gente humilde”*

Agostinho Neto, in Trilogia

O conceito de musseque é hoje objeto de alguma polémica, pelas transformações que foi sofrendo ao adaptar-se ao longo do tempo às novas configurações de espaço urbano que a cidade foi tomando.

Do kimbundo, dialeto falado nas regiões mais próximas de Luanda, vem a origem da palavra musseque que significa areia ou terra vermelha. Esta era a descrição mais comum da condição geológica que caracterizava o tipo de zonas onde se localizaram os primeiros musseques, tal como se encontra descrito em documentos que datam do século XVII, como refere Pepetela (1990).

Com o fim do tráfico de escravos, a segregação racial e espacial da cidade aumenta e os musseques passam a designar os bairros de cubatas, de palhota e casebres no alto das barrocas na periferia da cidade onde vivia a população africana marginalizada.

Esse espaço onde habitava a mão-de-obra indígena foi posto de parte no processo de crescimento da cidade urbanizada. Claramente se distinguia, nesta altura, a população colonizada que ocupava os musseques da periferia e as classes dominantes coloniais que se instalavam nas áreas centrais da cidade.

Na sua obra *Luandando* (1990: 69), o escritor angolano Pepetela descreve o musseque do período colonial como o *“símbolo espacial dum diferenciação social com base na raça, embora nunca expressamente admitida e talvez nunca absolutamente realizada.”*

Os musseques foram surgindo nos arredores da cidade colonial, com nomes de grandes famílias tradicionais de Luanda, como por exemplo o musseque do Magalhães Silva, do Flores, de S. Torres ou o musseque Van-Dunem. Com o crescimento da cidade do asfalto, alguns musseques perderam o seu carácter peri-urbano permanecendo dentro dos limites da cidade colonial, densificando-se e estendendo-se.

Por outro lado, o processo de crescimento urbano da cidade conduziu ao desaparecimento de alguns destes musseques, que foram substituídos por zonas urbanizadas. Ao mesmo tempo, novas áreas na periferia foram sendo ocupadas pela população dos musseques cujas casas foram destruídas, dando origem a novos bairros de musseques.

Dos primeiros musseques que se conseguiram manter até ao período pós-independência podem-se nomear os que são classificados como muito antigos: Sambizanga, Mota e Marçal. Segundo esta classificação em função da antiguidade, encontram-se outros musseques menos antigos: Lixeira, Rangel, Caputo, Catambor, Prenda, Calemba e Samba Pequena. São classificados como novos: Cazenga, Cemitério Novo e Golfe; e como muito novos, o Palanka, Petrangol, Mulemba e Rocha Pinto.

Os tipos mais comuns das habitações destes bairros segundo o material de construção eram as casas de barro, as casas de pau-a-pique e as casas de madeira e zinco. Estes tipos encontram-se igualmente nas barrocas e nas cubatas das sanzalas no interior de Angola.

No período colonial, as habitações com melhor qualidade, eram de madeira tratada, e pertenciam na sua maioria a portugueses, cabo-verdianos ou santomenses. Hoje são vulgares nos musseques as construções de blocos de cimento e cobertura em chapa de zinco ou fibrocimento.

O terreno e os materiais de construção determinavam a forma das habitações, retangular e o quadrangular. A forma redonda, de origem rural africana era já muito rara antes da independência.

Tal como acontece no “caniço” de Maputo, as habitações dos musseques, na sua grande maioria, têm a cozinha e a área de higiene no quintal nas traseiras da casa. O quintal representa um espaço muito importante de sociabilidade onde se passa grande parte do tempo, onde se fazem as refeições e os convívios familiares e onde se recebem os amigos (Raposo e Salvador, 2007). O interior da casa serve apenas para dormir e guardar os bens, segundo a prática da cultura camponesa.

Com o aumento da população, o crescimento da cidade e a densificação dos musseques, a área do quintal foi diminuindo. Os familiares que perderam suas casas com o avançar da cidade de asfalto e a demolição dos musseques constroem anexos nas áreas livres dos lotes dos seus familiares, instalados nos musseques que persistem. Também a população rural que vem para a cidade procurar melhores condições de vida, junta-se aos familiares e amigos mais próximos. Assim os musseques vão-se estendendo e densificando.

Como resultado de um processo migratório intenso, tanto durante o período colonial como no período pós-independência, principalmente durante a guerra civil, o musseque é um espaço heterogéneo de raças, etnias e culturas. Vários documentos e estudos indicavam que pessoas provenientes de várias regiões do território angolano migravam para a cidade de Luanda e se instalavam nos musseques. Em maior predominância estavam as pessoas provenientes das regiões onde se fala o kimbundo, as regiões mais próximas de Luanda; em seguida, as das regiões onde o dialeto é o

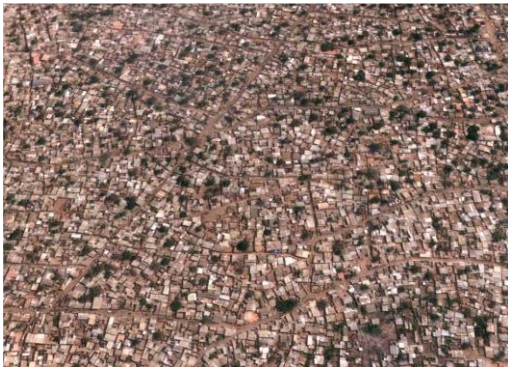
Umbundo, do centro do país, e, por último, as populações que falam o Kikongo e que vinham do Norte de Angola.



**FIGURA 33** | É POSSÍVEL ENCONTRAREM-SE PORTUGUESES A VIVEREM EM MUSSEQUES DESDE O PERÍODO COLONIAL, BAIRRO DO MARÇAL



**FIGURA 34** | ASSENTAMENTO INFORMAL, ANGOLA



**FIGURA 35** | VISTA AÉREA DOS MUSSEQUES, ANGOLA



**FIGURA 36** | O INFORMAL, BAIRRO DA MAIANGA E PRENDA, COM O FORMAL NO HORIZONTE, LUANDA

Nos musseques também habitavam portugueses e pessoas de outros países africanos, colónias portuguesas, nomeadamente Cabo Verde e São Tomé. Devido aos negócios de mão-de-obra barata estrangeira, os bairros podres da

periferia acolhiam outros habitantes de nacionalidades muito diferentes, nomeadamente malianos, congoleses e chineses.

Os musseques marcam uma transição irreversível no processo de urbanização. Vários estudos revelam que o habitante do musseque só se muda para outro musseque ou para um espaço urbanizado, raramente regressando à vida do campo. Ainda que as condições que a cidade do asfalto oferece sejam más – falta de emprego, dificuldade em conseguir alimento e risco de perda de casa – há sempre o desejo e a esperança de estar perto e viver na grande cidade.

*“Nos bairros periféricos de Luanda vive-se ainda um espírito comunitário e as redes sociais atenuam as carências. Os princípios bairristas passam pela coscuvilhice entre vizinhança, o cuidar da filharada uns dos outros, a defesa das ruas e o concerto daquilo que ninguém faz por eles, dizem-me os canos à mostra remendados por várias mãos, e as puxadas de eletricidade num consumo equilibrado entre todos.”<sup>47</sup> (Lança, Marta in 2010).*

Para além destes aspetos, os musseques são caracterizados por condições precárias de habitabilidade e higiene, com arruamentos mal definidos, sem infraestruturas de saneamento, canalização de água ou eletricidade. Muitos moradores de forma arriscada conseguem fazer puxadas clandestinas de cabos de eletricidade que passam perto de suas casas.

Em geral, assentes em terrenos argilosos, têm problemas de drenagem das águas pluviais, formando-se lagoas de águas estagnadas que são berço de mosquitos, moscas, vermes, bactérias, propagadores de doenças e constituindo um perigo para a saúde pública, principalmente para as centenas de crianças que vagueiam pelas ruas sem condições para ir à escola. Alguns destes assentamentos localizam-se em áreas de

---

<sup>47</sup> Lança, Marta in [diarioliberalidade.org](http://diarioliberalidade.org), 2010

risco, tais como taludes acentuados, valas de drenagem naturais, depressões com água natural, etc.

Grande parte da população destes bairros ou é desempregada ou recebe salários baixíssimos. A maioria vai sobrevivendo de pequenos biscates ou ocupações no terciário e no mercado informal. Muitas mulheres trabalham como empregadas domésticas nas casas da classe média e alta da cidade formal antiga ou das novas áreas urbanizadas. Outras são vendedoras ambulantes ou montam pequenas bancadas em frente à própria habitação.

Os níveis de pobreza na cidade de Luanda não estão só diretamente relacionados com as questões físicas da habitação, mas também, e em grande parte, com os níveis de dependência dos agregados familiares, a falta de infraestruturas e serviços básicos. São frequentes os agregados familiares dos musseques apenas com uma pessoa com rendimento, da qual dependem seis ou mais membros. As condições precárias de habitabilidade, que são indicadores do nível de pobreza, medem-se também pela sobrelotação e elevado número de membros do agregado familiar e não apenas pela qualidade dos materiais e da construção. É frequente existirem três ou mais pessoas a dormirem no mesmo quarto, resultando num elevado grau de promiscuidade e problemas sociais associados.

O difícil acesso a fontes de rendimento pelos agregados familiares dos musseques, os níveis de dependência elevados e as precárias condições de habitabilidade ao nível do bairro, determinam um elevado nível de pobreza nas áreas periféricas da cidade.

A forma mais comum de poupança é a chamada "kixikila" que é um sistema informal rotativo de poupança e crédito, envolvendo um grupo de pessoas que junta dinheiro numa base regular e cuja quantia é posta à disposição de um dos

membros. Além do mercado informal, também o trabalho nos sectores público e privado são fonte de sustento das famílias dos musseques.

Os musseques já não representam hoje o símbolo da segregação racial que dominava no período colonial, em que eram marcados por um forte carisma cultural que os identificava pela sua vivência própria. Os musseques são hoje habitados por classes de renda baixa e muito baixa, sem distinção de origem e de raça, às quais se juntam ainda aqueles que vivem num nível abaixo do limiar da pobreza.

As Nações Unidas definem slum como um assentamento contíguo cujos habitantes caracterizam-se por terem condições inadequadas de infra-estruturas básicas e de habitação. As condições que a UNHABITAT indica como sendo características deste tipo de assentamento informal são: habitação com qualidade de construção precária, ausência de água potável, saneamento e outras infra-estruturas inexistentes, insegurança de posse da terra, e sobre povoação da área.<sup>48</sup> O conceito de musseque enquadra-se nesta definição de slum, tendo vindo a perder o seu significado inicial.

---

<sup>48</sup> **UN-HABITAT**, Programa de Assentamentos Humanos das Nações Unidas; "Guide to Monitoring Target 11: Improving the lives of 100 million slum dwellers", *Progress towards the Millennium Development Goals*, Nairobi, Maio 2003

### **III | CAPÍTULO 3**

### 3.1 | ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO

#### 3.1.1 | TEMA, LEVANTAMENTO GERAL

O Tema de “Arquitetura Tropical” é transversal a várias regiões e constituiu uma matriz de ambiente, vivência que obriga a um diferente olhar do arquiteto quer nas opções projetais bem como nos materiais e processos de construção. Neste caso intervir nos trópicos, constituiu um desafio com novas oportunidades que surgem fora da Europa, devendo-se equacionar novas realidades. A intervenção do arquiteto deve contribuir para estimular comunidades locais nomeadamente no que se reporta às melhorias de condições de vida, como foi o SAAL em Portugal no pós 25 de abril.<sup>49</sup>

O local de estudo situa-se na capital de São Tomé e Príncipe e em particular, a área de intervenção funciona como uma barreira virtual entre a zona formal e informal da cidade. Não é preciso uma análise muito aprofundada para se perceber que os espaços verdes e zonas de sombra na cidade são raros e consequentemente a falta de permanência das pessoas na mesma. Estas condicionantes permitiram que se comesse a pensar num programa misto de habitação, serviços e comércio associado a um crescimento evolutivo e faseado serviram de premissas para dar sentido a uma proposta eficaz, que se desenvolve em diferentes escalas. Não ter sido proporcionada uma visita a São Tomé, a consequente necessidade de entender os problemas mais imediatos da cidade formal e informal e dos seus residentes foi acrescido. Do que precisa a cidade e os seus habitantes? De que forma a arquitetura pode contribuir para a união do tecido formal e

---

<sup>49</sup> É possível consultar sobre esta operação na internet através do site : [http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/rcs/artigos/18%20%2019%20%2020/\\_Nuno%20Portas%2%20O%20Processo%20SAAL,%20Entre%20o%20Estado%20e%20o%20Poder%20Local.pdf](http://www.ces.fe.uc.pt/publicacoes/rcs/artigos/18%20%2019%20%2020/_Nuno%20Portas%2%20O%20Processo%20SAAL,%20Entre%20o%20Estado%20e%20o%20Poder%20Local.pdf)

informal? Quais serão os materiais e processos construtivos mais adequados? Estas foram algumas das principais dúvidas que antecederam a fase de projetar.



FIGURA 37 | FOTOGRAFIAS DA CIDADE E ILHA DE SÃO TOMÉ

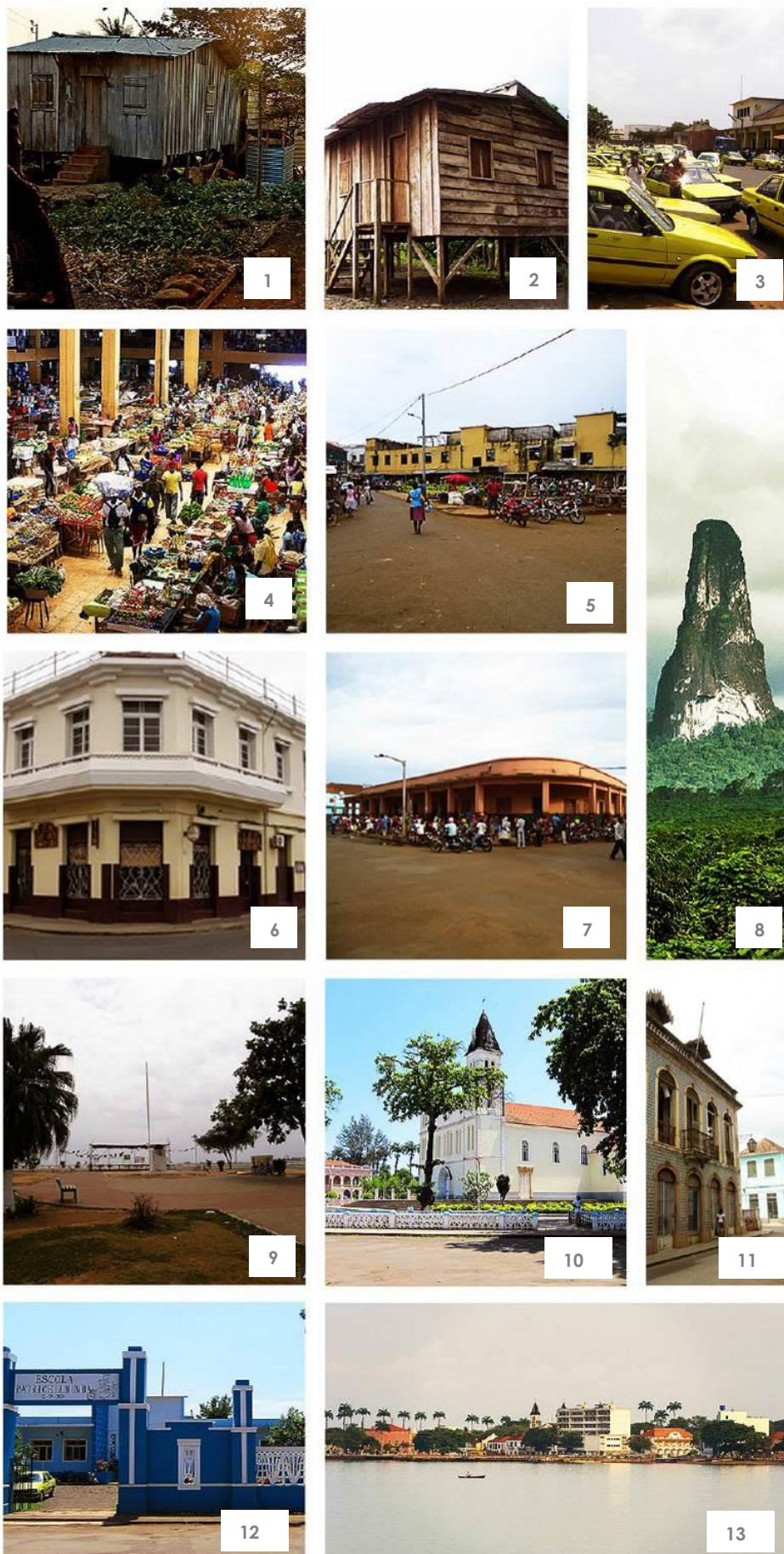


FIGURA 38 | FOTOGRAFIAS DA CIDADE E ILHA DE SÃO TOMÉ

Para que o ato de projetar fosse viável, entendeu-se proceder ao levantamento da cidade. Identificaram-se os espaços públicos, os percursos viários (hierarquicamente), o conteúdo programático da arquitetura (Usos, equipamentos, etc), o número de pisos e o reconhecimento pragmático da ocupação da cidade pela zona informal. Cruciais neste levantamento foram também os relatos e experiências de terceiros que permitiram um melhor entendimento das pessoas e do seu modo de viver a cidade.

Pode-se constatar que neste registo de levantamento, que os espaços de permanência são escassos na cidade, os equipamentos são pontuais apontando-se o “mercado novo” face a sua proximidade ao local de intervenção. Registou-se a fraca assistência de serviços de saúde à comunidade informal e também a escassez de percursos pedonais e/ou viários (sendo os poucos que existem sem grande planeamento) na “cidade” informal tornando difícil a sua circulação e acesso. As vias automóveis são consideravelmente largas na cidade formal reduzindo o seu perfil e traçado à medida que se entra no espaço informal. Um dos principais problemas é a escassez de estacionamento que provoca situações de grande congestionamento de táxis (principal modo de transporte da comunidade) principalmente na proximidade dos equipamentos.

Procedeu-se igualmente a uma análise do edificado, levantamento do número de pisos e linguagens arquitetónicas da zona de intervenção e proximidade, foi possível determinar que na cidade formal predominam edifícios com dois e três pisos de altura. Aqui tanto no vocabulário construtivo como materialidade correspondem à arquitetura modernista e Estado Novo. Na cidade informal a grande maioria do edificado possui

apenas um piso, cujas edificações são de caráter efémeras, essencialmente em madeira e chapas metálicas. Tal como referido foi anteriormente, os espaços verdes qualificados são escassos, tal como os espaços públicos.

Aqui a maioria das zonas verdes são de natureza selvagem, como matas, que se vão pontuando e alastrando, dominando a zona informal. Através de ortofotomapas, foi possível entender que à medida que se afasta da cidade, para o interior da ilha em direção às localidades periféricas, a construção que é essencialmente informal, vai surgindo quase que exclusivamente ancorada às principais vias de acesso. Morfologicamente, a cidade informal apresenta-se mais densa na proximidade da zona formal, dispersando à medida que nos afastamos da mesma para as periferias. Aqui, a cidade informal não só é periférica à cidade formal, como também é central coexistindo no seio da mesma.

Os levantamentos efetuados permitiram uma desenvoltura e um olhar consciente na forma de intervir na cidade. Permitiram perceber que na cidade informal as condições são precárias e que falta na cidade um espaço que permita ser vivido e habitado pela sua população. Por mais que o papel seja evitar a segregação social neste tipo de intervenções, a mesma está sempre inerente e corre sempre o risco de se desenrolar lentamente, ou rapidamente, se os fatores inerentes e as premissas não forem de todos descoradas. E é com esse pensamento que se parte para um projeto desta natureza, que se começa a esboçar um estudo projetual pensado para todos em geral, mas para os seus intervenientes em particular.



FIGURA 39 | PONTOS DE INTERESSE

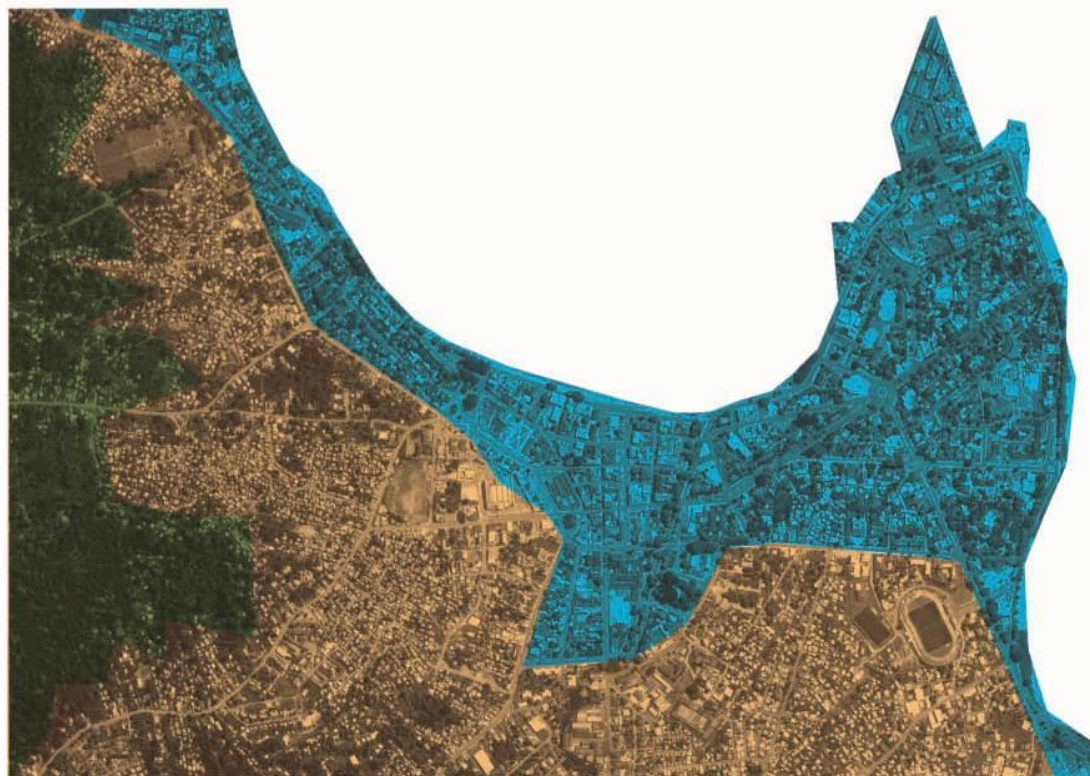


FIGURA 40 | FORMAL VS INFORMAL

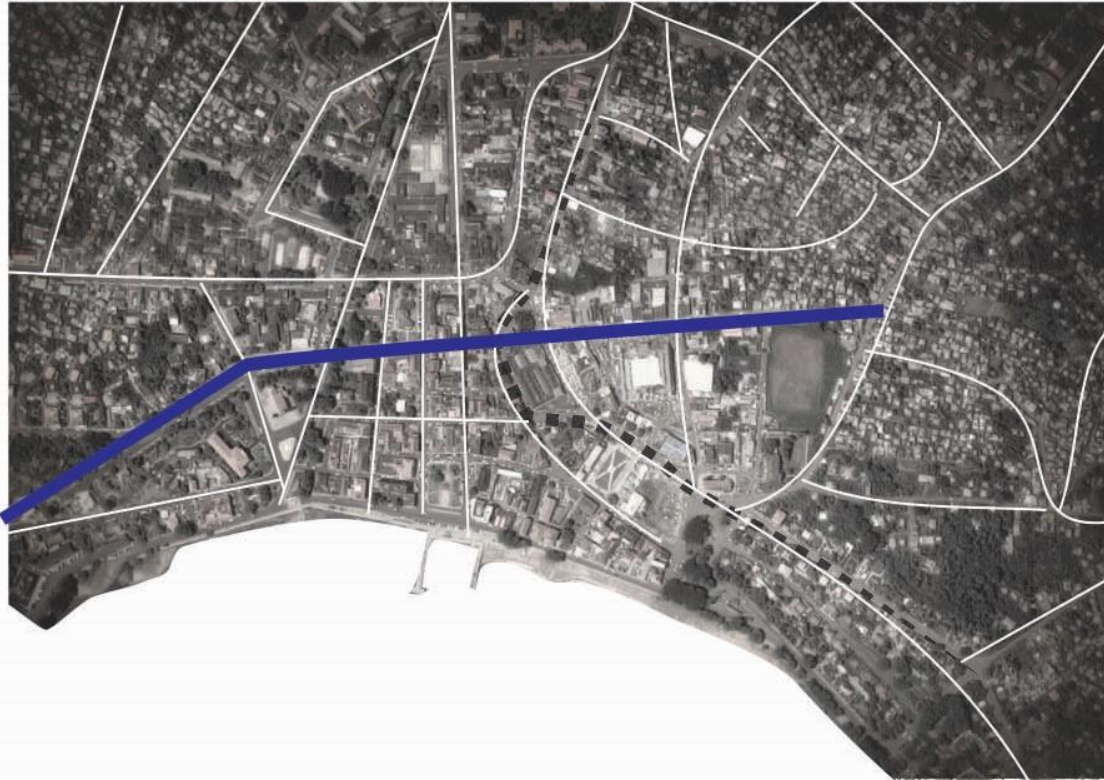


FIGURA 41 | VIAS ESTRUTURANTES

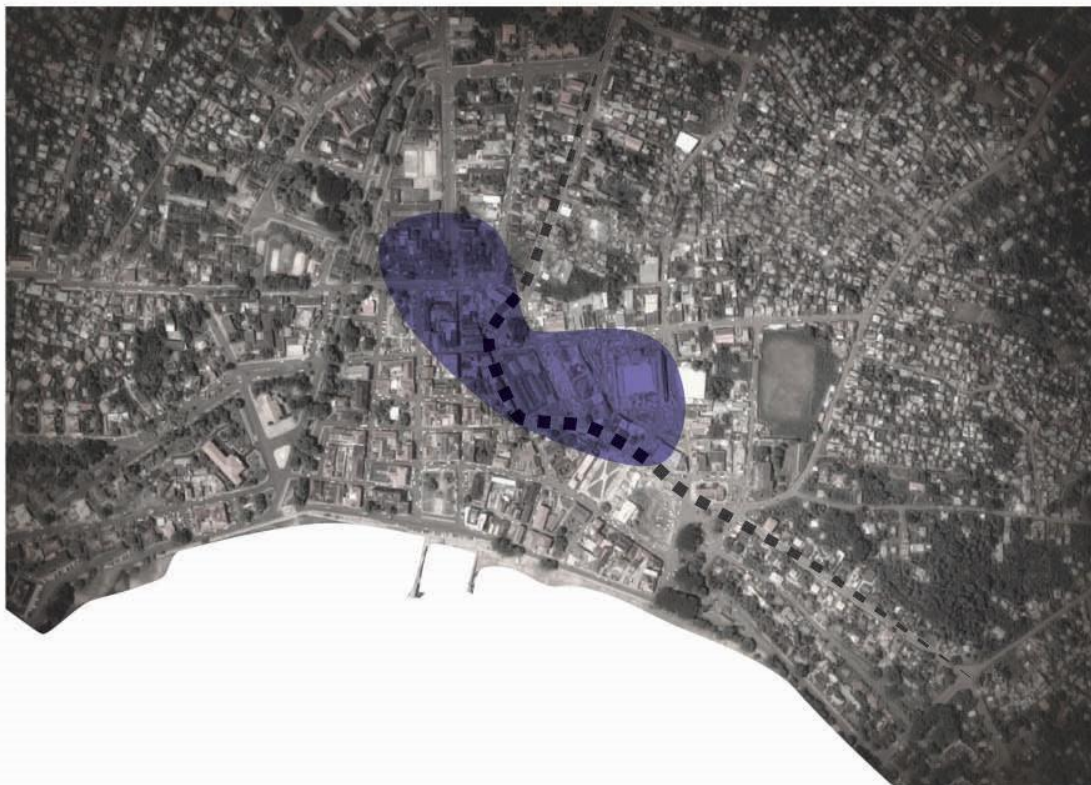


FIGURA 42 | COMERCIO NA ZONA DE INTERVENÇÃO



FIGURA 43 | COMERCIO FISICO E AMBULANTE

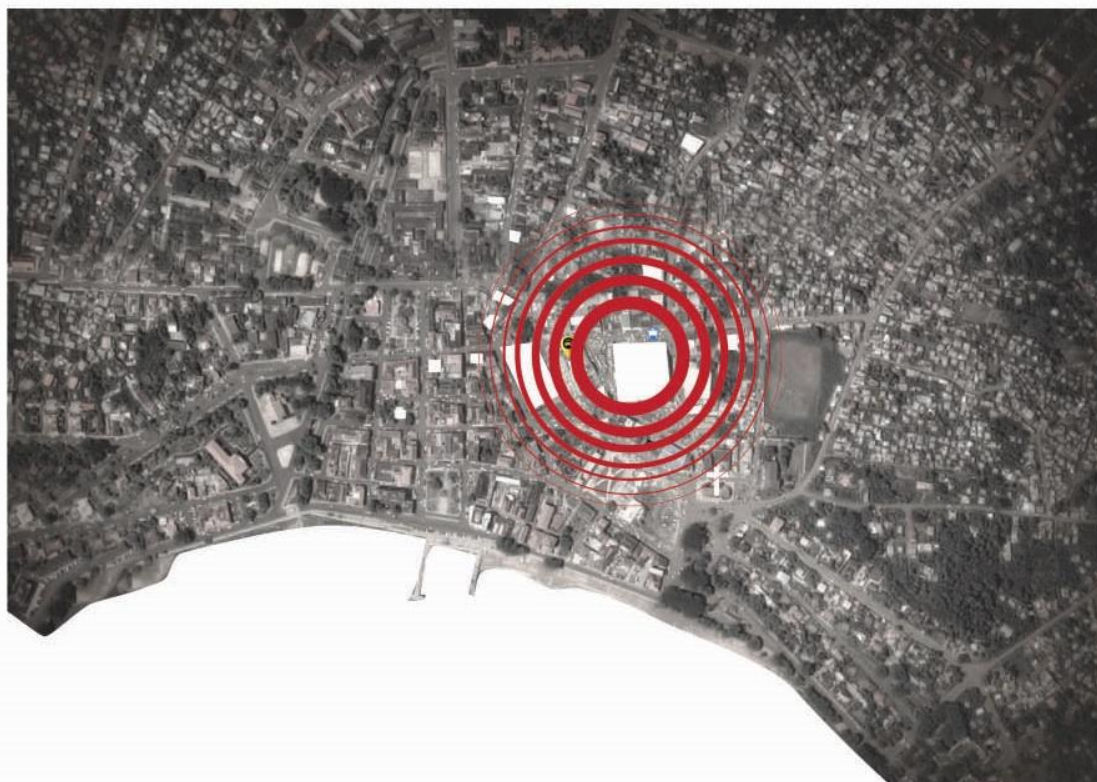


FIGURA 44 | EXPANSÃO

### 3.1.2 | PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Consumada a caracterização e levantamento da cidade, são cada vez mais lógicas as soluções e intervenções. No entanto, verificou-se imperativo o planeamento de uma metodologia que pudesse hierarquizar a intervenção. Como método de trabalho, optou-se por trabalhar a várias escalas em constante ciclo repetitivo, alternando entre o modelo urbano e as “pinceladas” projetuais de diferente escala. Desta forma, construiu-se uma proposta de tecido urbano com substância, implementando uma série de ferramentas que possibilitem colmatar as premissas apresentadas, sem descaracterizar aquilo que é a identidade do lugar. Elaborar uma estratégia de intervenção, ramificando-se nos mais diversos campos, que minimize e atenua a discrepância entre as duas realidades que indignadas coabitam, dando a última palavra aos seus intervenientes.

Inicialmente, a área de intervenção para este projeto, estava reduzida a um quarteirão informal que se assumiu como uma barreira entre as duas comunidades, viria mais tarde por se verificar limitado. Assim, numa primeira fase, abordou-se a escala do desenho urbano, desde a elaboração de um programa ao planeamento dos espaços públicos e infraestruturas, e posteriormente a elaboração do modelo habitacional integrando espaços públicos e equipamentos. A abordagem, análises, referências e casos de estudo até então realizados e expostos anteriormente, permitiram perceber encaminhar o projeto de forma clara e viável. Foi possível perceber que a informalidade é, deste modo, vista como um processo presente em todos os aspetos do funcionamento de uma sociedade e que se encontra inseparável do setor formal,

seja por causas económicas cada vez mais díspares ou causas sociais.

Construir novo em larga escala e de forma estratégica, como no conceito de acupuntura, pode solicitar a regeneração urbana, e foi deste conceito que parte a base do projeto, intervindo em pontos delineados como estratégicos e carentes, preenchendo o puzzle de intervenção do modelo urbano. De notar a temática do turismo como parte integrante do projeto, um elemento revitalizador para o lugar, dando dinâmica, multicultural, não esquecendo fatores financeiros necessariamente implícitos.

De seguida, apresenta-se o processo faseado segundo o qual se desenvolveria a proposta.

Numa primeira fase entende-se a contextualização, reconhecimento e recolha de informação sobre o estado dos conhecimentos relativo aos temas de arquitetura evolutiva e cidade informal, de modo a definir um modelo teórico assertivo de apoio à proposta e a análise fenomenológica do Lugar e do seu contexto social, cultural, histórico e económico.

Numa segunda fase procura-se a elaboração de uma estratégia projetual resultante de um conjunto de intenções e intervenções contextualizadas com o Lugar e a definição de um programa tendo em conta aspetos qualitativos e quantitativos.

Numa terceira fase procedeu-se à elaboração de uma proposta compreendida em duas fases, uma primeira a nível urbano e uma segunda ao nível da arquitetura. Procurou-se igualmente o planeamento e desenvolvimento das infraestruturas e espaços públicos também elas direcionadas para o turismo.

### 3.1.3 | ESTRATÉGIA PROGRAMÁTICA

A proposta pretende a regeneração não só do espaço informal desqualificado bem como do centro da cidade formal. Não se pretende suprimir as áreas informais, mas sim promover o seu futuro desenvolvimento. No entanto, para que tal seja possível, não significa de todo, que esses mesmos espaços tenham necessariamente de ser alvo de intervenção. Por vezes, e esta temática não foge à questão, o mais inteligente é dar as ferramentas para que o lugar seja “melhorado” pelos seus intervenientes, dando aos mesmos a última palavra e respetivo ato.

O terreno proposto, encontra-se no limite de ambas as zonas formal e informal, assumindo uma posição avantajada, mas não menos complexa. O processo, exposto anteriormente, referente ao levantamento, permitiu identificar os principais elementos formais e organizacionais da estrutura urbana, infraestruturas existentes, espaços públicos qualificados e espaços verdes.

Identificaram-se os principais elementos preexistentes que viriam a influenciar e definir o programa como o imponente mercado novo da cidade que se situa numa das extremidades do terreno, bem como a proximidade imediata com a baixa da cidade, onde se encontram os principais equipamentos religiosos, de ensino, de segurança e culturais. Tudo isto permitiu elaborar uma lógica de pensamento que por sua vez permitiu a elaboração de um programa. O que falta a esta parte da cidade? Esta foi uma das principais perguntas que precisavam de ser rapidamente respondidas. Foi crucial entender esta proposta como uma rótula, que iria não só oferecer novas vivências na parte formal e promover a regeneração da parte informal, mas também promover a coexistência entre ambas.

Se por um lado o conteúdo programático iria estar vocacionado para as comunidades formal e informal procurou-se igualmente estabelecer uma relação intrínseca com uma terceira comunidade mais sedentária vocacionada para o turismo.

Assim, três setores emergem. Um informal, um formal e um temporário. Estes setores visam a reorganização da estrutura funcional da cidade tendo como um dos objetivos principais o desenvolvimento de um quarteirão misto.

Pretende-se que este, tenha não só funções estruturais na cidade, mas que funcione tanto como elemento agregador dinâmico. A sua estrutura tem que permitir a absorção de transeuntes para o seu interior. Pretende-se que este novo quarteirão, seja o novo centro da cidade. Assim tem de conseguir satisfazer a necessidades de habitação, económicas, culturais e sociais de forma salubre e funcional. A proposta tem de ser um elemento fundamental na organização e regeneração do tecido urbano, no sentido de desenvolver uma nova lógica, mas sem perder as características da sua atual identidade, produzida em parte pela informalidade arquitetónica, urbana e social.

Programaticamente, esta proposta subdivide-se em três grupos: Comércio e Serviços, Equipamentos e Turismo e por fim Habitação Temporária.

É notória a concentração de comércio e serviços adjacentes ao local de intervenção, quer na zona informal, quer na formal. Daí existir a necessidade de coabitação e simbiose de um mesmo sector, mas dispares na localização. Surge então a centralização e reorganização dos mesmo.

A habitação temporária, está planeada para não só receber turistas que preferam a lógica de um aparthotel bem como pessoas que trabalham e/ou planeiam permanecer na

cidade por um determinado período de tempo, facilitando o seu acesso a habitação e garantido o conforto necessário para tal.

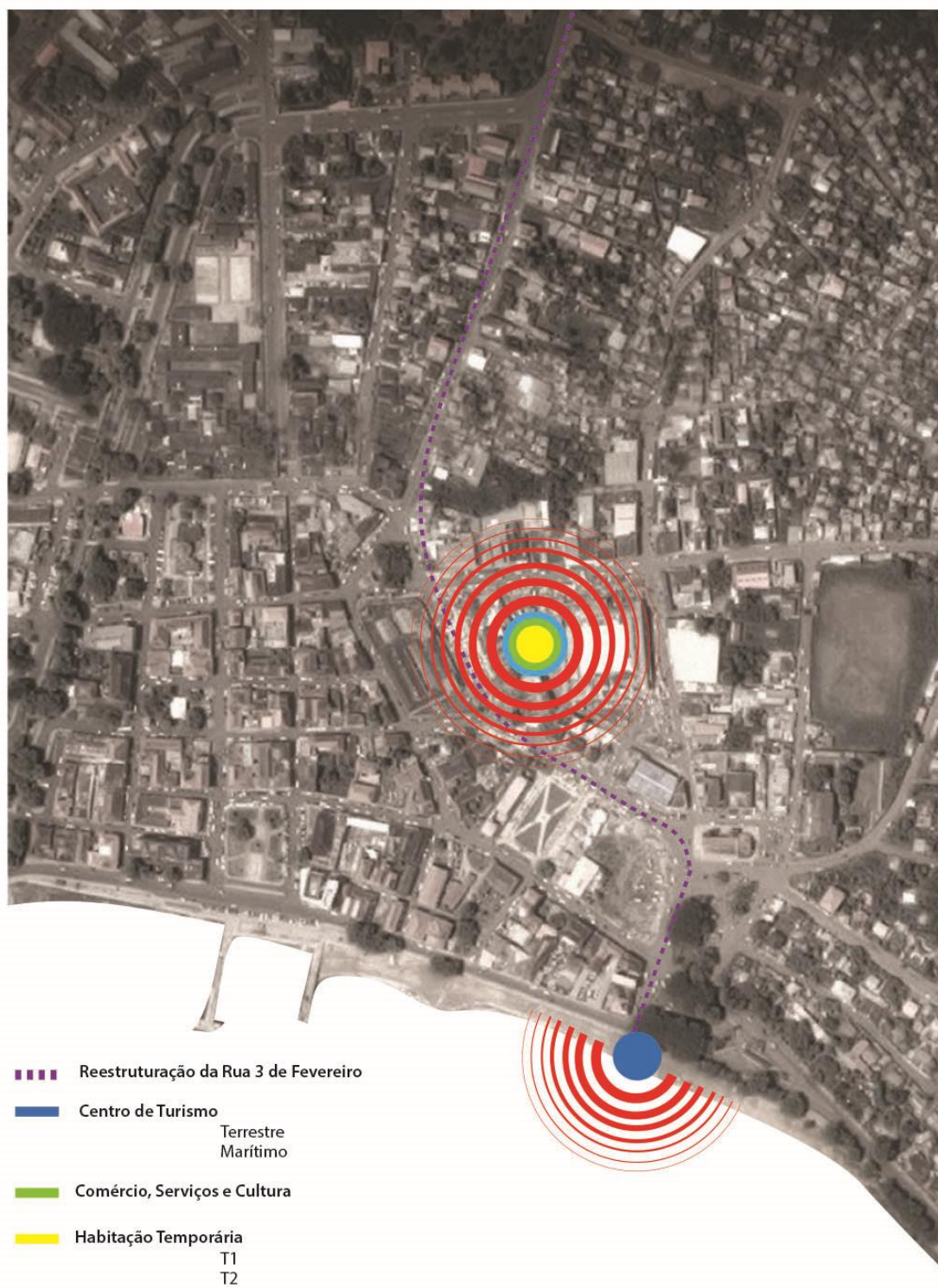


FIGURA 45 | SINTESE PROJETUAL



FIGURA 46 | PLANO

## 3.2 | (RE)DESENHO DO HABITAR E EDIFICADO CORRENTE

### 3.2.1 | O ESPAÇO PÚBLICO COMO AGREGADOR SOCIAL

O terreno proposto situa-se a meio da cidade formal e informal, enfatizando essa separação urbana. Como foi possível observar anteriormente, este encontra-se numa posição delicada em relação à cidade apresentando uma complexidade projetual acentuada que não poderia ser resolvida de animo leve. No entanto, a sua posição revelou-se estratégica para poder começar esta regeneração urbana. Fatores importantes para que uma ideia se começasse a formar foram a presença imponente do mercado novo da cidade que se encontra do outro lado da rua em relação ao terreno e da proximidade imediata com a baixa da cidade, onde se encontram os principais equipamentos (religiosos, de ensino, de segurança e culturais) e o facto de passar numa das frentes uma das principais avenidas que permite o acesso à cidade de São Tomé. Carlos Humberto de Carvalho sugere que a cidade não é um território onde surgem diversos problemas autónomos, mas sim de um território onde os problemas possuem um certo grau de interação entre eles, e devem de ser abordados em conjunto.<sup>50</sup>

E são estas as problemáticas a abordar em conjunto, no lado formal encontra-se, ainda que espaçado, uma comunhão de comércio e serviços apenas e só utilizados na sua maioria pelas gentes que habitam nessa mesma zona. Por outro lado, na zona informal um conjunto de comércio e serviços "aleatório", desgovernado e que de certo modo não preenche todas as lacunas e necessidades que as gentes dessa zona necessita. Dado à proximidade das duas realidades, e face ao

---

<sup>50</sup> Artigo de Carlos Humberto de Carvalho, presidente da JML, consultado na revista *Metrópoles - Revista da área metropolitana de Lisboa - A Regeneração urbana como objectivo estratégico*, 4º Trimestre de 2008, nº24.

estudo realizado anteriormente, a Avenida Geovanni tornasse no acesso e percurso a ser utilizado para que a simbiose seja possível. De todas as infraestruturas viárias existentes, é a única com características favoráveis para se proceder a um projecto urbano de certa proporção realizável à escala. A Avenida Geovanni atravessa as duas zonas de forma clara e direta, fazendo assim jus ao seu "prefixo".

Tendo então o elo de ligação que permite a permeabilidade entre as duas realidades, foi concebido um projeto de agregação que permite uma reorganização da zona "comercial" preenchendo as lacunas existentes. Não nos podemos distanciar das premissas existentes: grande concentração desordeira de táxis na zona que congestiona a Rua 3 de Fevereiro, excesso de comerciantes para as instalações existentes, fraca organização espacial, degradação da arquitetura face à sobrecarga prevista inicialmente. Nasce assim então, entre o mercado novo e a caótica praça de táxis um projeto híbrido com conotação de praça que permite a simbiose entre o comércio (oferta e procura), os serviços, a estação de táxis e autocarros, o turismo e a cultura. É então criado um espaço público que, devido à sua localização e acessos, permite uma coabitação das duas realidades com um cariz mais vincado e objetivo.

As praças são caracterizadas como de uso comum, ou seja, acessíveis a todas as pessoas que vivem numa cidade e disponíveis às ações espontâneas desses indivíduos. São locais destinados a atender a atividades funcionais, sociais e/ou de lazer, logo são espaços públicos abertos, onde ocorrem as manifestações da vida urbana, projetadas com a finalidade de promover a convivência e a permanência das pessoas nesses locais. Segundo SENNETT, a praça surge como um dos elementos que reorganiza o espaço urbano, redefinindo os

papéis sociais. Os usos e apropriações de espaços públicos estão intimamente ligados aos tipos de relações entre as pessoas e o meio, o que vem a caracterizar sua atual função. A natureza de um espaço determina os tipos de relacionamentos entre as pessoas, sendo, portanto, a conformação urbana um dos fatores que caracteriza a forma e o tipo de uso que o espaço adquire. Assim, o que determina se o espaço é público ou privado é o uso que se faz dele. E é esta a mensagem que a arquitetura projetada quer passar, para muita das gentes que habitam na zona informal, percorrer e permanecer em espaços públicos da zona formal é ainda algo desmedido e descabido.



**FIGURA 47** | Reestruturação da via principal de entrada da cidade



FIGURA 48 | EDIFÍCIO PÚBLICO

Este Edifício público é assim composto por um total de 4 entradas e duas praças.

No seu interior encontramos uma série de serviços que colmatam as necessidades do lugar e que criam uma simbiose harmoniosa para que o mesmo possa ser ocupado por toda a população:

- Dois espaços que venda de produtos regionais;
- Uma lavandaria de apoio;
- Uma agência bancária;
- Uma casa de câmbio;
- Uma farmácia;
- Uma sala polivalente que dará lugar a exposições, workshops, aulas, ...
- Um restaurante com esplanada;
- Uma mercearia;
- Um quiosque;
- Uma IS
- Um polo turístico e agência de viagens;
- Uma cafetaria de apoio à praça de táxis e autocarros;

A sua forma permite a constante entrada de luz, acessibilidade facilitada, quer no interior, quer nos acessos que a ela se destinam, bem como as praças possibilitam ser um espaço de permanência e não apenas de estadia temporária.

As linhas rectas do edifício, juntamente com as sobreposições obliquas, representam num único espaço, a realidade arquitetónica da zona informal e formal.



FIGURA 49 | ALÇADOS EDIFÍCIO PÚBLICO



FIGURA 50 | 3D EDIFÍCIO PÚBLICO

### 3.2.2 | O TURISMO COMO IMPULSIONADOR DO LUGAR

É de concordância geral que o turismo, quer seja bom ou mau, é de extrema importância para qualquer lugar, seja aldeia, vila, cidade ou país. E é também de concordância geral os benefícios que o mesmo tem agregado a si, tanto do lado da oferta como da procura. Como diz a frase popular “o turismo é a arte de vender felicidade”.

Olhando e analisando o panorama turístico mundial a tendência da oferta turística para 2016 é um misto de experiências culturais materiais e imateriais, desportivas e de saúde e bem-estar, porque o turista quer crescer interiormente e ganhar autoestima, considerou uma responsável da Organização Mundial do Turismo em entrevista à Lusa no XI Congresso Internacional do Turismo, que decorreu junto à cidade de Espinho. O turista atual procura crescer interiormente, ganhar autoestima, aprender e fazer parte dos locais que visita e não ser um mero espectador

O produto turístico não pode ter apenas um só aspeto como, por exemplo, o sol/praias, tem de misturar várias ofertas numa só e creio que essa é a grande tendência para o futuro do turismo, na procura de experiências turísticas novas que deem realização pessoal, autoestima e satisfação.

São Tomé tem tudo para ser um lugar de excelência no que ao turismo diz respeito. E é. O espírito pacífico e hospitalidade das gentes, a variedade, beleza e exuberância da natureza ainda num estado virgem, as praias bordadas por coqueiros e um mar azul de temperatura amena, a vegetação tropical, o clima, uma cultura original que é traduzida no folclore (música, danças típicas e teatro), os testemunhos da sua rica história considerados de grande valor patrimonial (roças, igrejas,

museu e palácios coloniais), fazem de São Tomé e Príncipe um destino original vocacionado para o turismo.

No país sobressaem atributos ímpares, como as praias desertas, espécies de aves raras e a arquitetura colonial das casas existentes nas roças, testemunhos físicos de um passado marcado pela história, que importa preservar.

O turismo constitui já a “principal fonte de captação de divisas de S. Tomé e Príncipe” segundo a Associação Industrial Portuguesa. As receitas entradas no país através deste sector atingem mais de 15 milhões USD anualmente, enquanto as exportações de cacau representaram metade daquele valor, segundo a Balança de Pagamentos do Banco Central de STP, validada pelo FMI e complementada com cálculos do Banco de Portugal.

Visivelmente a partir do ano 2000, o Governo santomense elegeu o turismo como uma alternativa promissora ao desenvolvimento socioeconómico do país, baseando-se no facto de este poder contribuir para uma grande melhoria do nível de vida das populações, graças aos empregos criados e aos efeitos esperados na redução do défice da balança de pagamentos devido à entrada de divisas.

Face a estes pressupostos, as autoridades competentes definiram propostas para que o campo do turismo fosse algo a ter em conta, potencializando assim uma terra rica em história. Assim sendo, e face a estes promissores indicadores, foi proposto, no âmbito do PEDT/Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo, o desenvolvimento nas zonas costeiras de maior potencialidade, o ecoturismo direccionado para as zonas protegidas, a aposta no agroturismo e nos desportos aquáticos.

No entanto existem ainda diversos obstáculos a ultrapassar e que, de forma direta ou indireta, reflete-se na

chegada de novos turistas. Nessa esfera encontra-se a oferta hoteleira limitada, cara e não abrangente, a precaridade do sistema de saúde agravada pela incidência da malária, o ainda fraco nível de infraestruturas turísticas e a degradação do património histórico-cultural do país.

Se o turismo gera riqueza, promove o desenvolvimento de outras atividades económicas, se cria postos de trabalho e sucessivo melhoramento de vida da população, se valoriza o património local, se permite um abrir de portas, de mentalidades, de oportunidades, porque não valorizá-lo e criar condições para que tal aconteça?

E é assim que nascem, pensados e calculados, os dois polos turísticos na área de intervenção. E é também aí que o plano urbano necessita de crescer para satisfazer tal demanda. Num dos polos, copulado ao projeto híbrido, nasce o polo turístico vocacionado para o turismo do interior englobando roças, florestas, trilhos, arquitetura, cultura, gastronomia, entre outros, onde irá ser o ponto de partida para os pontos supra assinalados por via terrestre apoiados por viatura para o fim.

O outro polo turístico, fica projetado junto ao leito da baía por uma razão muito óbvia. A “exploração” do mar. São Tomé é rico em praias, paisagens idílicas, areais de grão fino e excelente para desportos aquáticos, não a areia, mas sim o mar. Por outro lado, esta localização é uma combinação perfeita pelo facto, de não só estar junto ao mar, mas por “beijar” a belíssima baía Ana Chaves, tendo uma vista privilegiada sobre a mesma.

Apresenta-se então vocacionado para o turismo do mar, onde por via marítima, permite a ligação a diversas praias ao longo da ilha, onde por via terrestre, devido às fracas infraestruturas existentes, seria um percurso mais demorado e penoso para os turistas. Permite ainda a prática de desportos

aquáticos como por exemplo o surf. O próprio site prestigiado [www.gosurfafrica.com](http://www.gosurfafrica.com) indica que *“The infrastructure doesn't allow the west coast to be explored, yet. But you still find a couple of nice spot where the roads have reached so far.”*<sup>51</sup> Dai este polo, com este conceito e método fazer todo o sentido na zona, colmatando assim uma das lacunas existentes. Este polo vocacionado para o mar, permite ainda fazer de apoio para as embarcações de porte maior que chegam à ilha, visto estas não poderem ancorar junto à costa devido aos baixios e inclusive melhorar a ligação à ilha de Príncipe em consequência das poucas ligações existentes.

Aproveitando o local e as potencialidades do mesmo, é concebido um espaço de restauração e esplanada, sempre orientadas para a baía, promovendo a paisagem para o mar, impulsionando assim mais postos de trabalho e aprimorando a temática do turismo projetada.

Esta conceção não faria sentido sem a requalificação das ligações pedonais entre o polo um e dois, bem como a requalificação do passadiço que percorre toda a baía.

---

<sup>51</sup> <http://gosurfafrica.com/sao-tome-principe/>



FIGURA 51 | PRINCIPAIS PRAIAS E ROÇAS DE SÃO TOMÉ



FIGURA 52 | PROPOSTA POLO TURISTICO

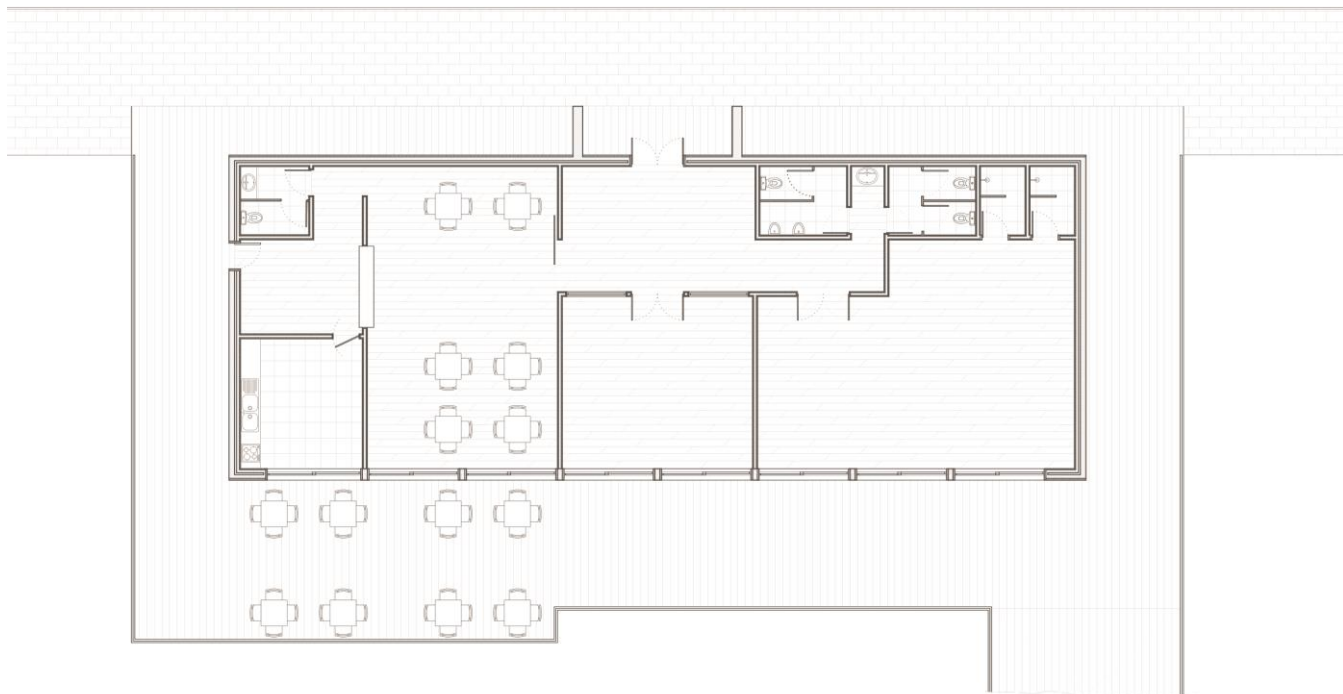


FIGURA 53 | PLANTA POLO TURISTICO

### 3.2.3 | HABITAÇÃO COMPLEMENTAR

Ao falar de turismo, existe algo associado do qual não se pode descurar, que é a habitação. E quando se fala de habitação complementar, não se trata de um lar ou lugar para viver tornando-se no porto seguro da vida, mas sim do lugar de passagem, do descanso, efêmero.

Se existe algo intrínseco numa viagem é a dormida, e essa tem vindo a sofrer alterações visíveis com o passar dos anos. O viajante/turista cada vez mais procura novos locais para pernoitar. Quer seja por motivos financeiros, quer por motivos profissionais, sensoriais ou por facilitismo, “dar entrada no hotel” caiu cada vez menos em desuso. O viajante/turista procura um hostel por ser mais barato, procura o parque de campismo pela primeira razão ou por querer estar em contacto com a natureza, procura no Airbnb por querer algo mais pessoal. Muitas são as razões e todas elas legítimas.

Neste caso em particular, pretendeu-se dar a experiência de o viajante/turista, que visita a cidade de São Tomé poder “viver” a cidade no centro, pois muitas das vezes, e em São Tomé não é exceção, o hotel tem a infelicidade de nos alienar do exterior, impossibilitando, durante a permanência no mesmo, de poder disfrutar do lugar onde estamos, para o qual viajamos. Assim, criando espaços habitacionais permanentes junto à área de intervenção, atinge-se 3 objetivos:

- O complemento essencial ao projeto turístico do ponto anterior, fornecendo oferta à procura esperada que o impulso no turismo teria.

- A sua localização seria um dos pontos fortes para que a estadia nunca perdesse o foco, em contrapartida às ofertas hoteleiras da cidade que se remetem maioritariamente para as imediações do centro histórico da cidade o que provoca

deslocações desnecessárias ou localizações que em nada correspondem à expectativa do utilizador.

- O colmatar de uma das grandes lacunas da cidade, o facto de não existir habitação temporária para quem pretende estadias mais longas e onde o hotel não é de todo o locais mais propício. Estou a falar de viagens de trabalho ou de viagem com cariz de lazer mais longo, onde, quer o primeiro quer o segundo, procuram locais de conforto, privacidade e de fácil acesso.

Estas habitações são compostas por tipologias T1 e T2, com todas as comodidades inerentes a este tipo de habitações.



FIGURA 54 | PLANTAS DESCRITIVAS



FIGURA 55 | ALÇADO IMPLEMENTAÇÃO



FIGURA 56 | MATERIALIDADES HABITAÇÃO



FIGURA 57 | MATERIALIDADES PERCURSOS



FIGURA 58 | INTENÇÕES

## **CONCLUSÃO**

Com este projeto, pretendeu-se não só perceber os fundamentos que compõe a cidade formal e cidade informal, mas questionar igualmente a ideologia do informal vs formal e dos preconceitos que englobam ambos os sistemas. Procurou-se compreender comparativamente, como estas cidades florescem e quais as razões que as dividem, para lá das disparidades socioeconómicas, de modo a poder conectá-las de novo e facilitar esta transição entre a comunidade formal e informal. De modo a entender como funcionaria esta transição, foi preciso superar os limites da formação académica regrada pela lógica formal, de modo a refletir conscientemente sobre o sistema informal e as suas contradições, problemas e soluções.

Através da recolha de dados, foi possível perceber que a intervenção no ambiente construído não pode resolver, por si só, os diversos problemas existentes. No entanto, esta intervenção pode contribuir para melhorar as condições de vida dos cidadãos e promover a socialização das comunidades formais e informais, agindo desta forma como um catalisador social e urbano para a regeneração da cidade e inclusão social.

A realidade urbana de São Tomé traduz-se no desequilíbrio aparente entre a cidade formal e a cidade informal, esta que é inabalável no seu território. De modo a unir estas duas realidades urbanas, foi necessária uma vasta investigação transversal a todas as escalas que permitisse identificar a formalidade colonial e a intensa expansão informal que se desenvolveu paralelamente, que por sua vez acentuou a segregação social. Assim, a principal preocupação foi que este projeto fosse para as pessoas e as suas necessidades. Procurou-se uma proposta simples e eficaz em detrimento da

exuberância, conjugando ideias formais com soluções informais e procurando sempre manter a identidade local.

Se numa primeira fase se desenvolveu uma serie de infraestruturas com o intuito de ir ao encontro das necessidades urbanas e sociais da população. Numa segunda fase, mais focada nas potencialidades do lugar, resultou na criação de polos turísticos conduzidos pela sustentabilidade económica e ecológica, procurando sempre manter presentes os princípios da arquitetura vernacular local. O desenvolvimento da proposta refletiu então estas dinâmicas e permitiu um espaço de transição entre o sistema formal e informal, fundamentais para o assentamento da população e apropriação do espaço.

Concluí-se, que a cidade formal e informal são partes de um todo. Ambas possuem aspetos negativos e positivos complementando-se. Com a proposta, pretendeu-se um desenvolvimento sustentável que unisse as lógicas formais de conceção de uma cidade com as características de apropriações e estilo de vida comunitária encontradas nos territórios informais, reforçando esta coexistência e procurando atenuar a barreira entre o formal e informal. Não querendo que as alterações fossem tão incisivas quanto o desejável, pois em anteriores casos o resultado não foi o melhor, mas deixando para quem usufrui, a implementando de uma série de ferramentas que possibilitem colmatar as premissas apresentadas, sem descaracterizar aquilo que é a identidade do lugar, elaborando uma estratégia de intervenção, ramificando-se nos mais diversos campos, que minimize e atenua a discrepância entre as duas realidades que indignadas coabitam, dando a ultima palavra aos seus intervenientes.

## **BIBLIOGRAFIA**

### **Livros e outras publicações**

ALEXANDER, Christopher - A pattern Language: Towns, Buildings, Construction. Oxford, Oxford University Press, 1977.

BAUMAN, Zygmunt - Globalização, As Consequências Humanas. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1999.

CAPITEL, Antón - La arquitectura del patio. Barcelona, Gustavo Gili, 2005.

DAVIS, Mike. Planet of slums. London, New York, Verso, 2007.

FATHY, Hassan - Arquitectura para os Pobres, Uma Experiência no Egito Rural. Lisboa, Dinalivro, 2009.

FERNANDES, Ana Silva; SÁ, Manuel Fernandes; PÓVOAS, Rui Fernandes - Entre a tradição e a informalidade: a arquitectura popular em São Tomé e Príncipe. Africana Studia – International Journal of African Studies, nº18. Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2012.

FILIFE, Rodrigo; Casas para um planeta pequeno. Projectar no Informal, o caso de Dhaka, Karail Slum. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Lisboa, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica, 2011

FRIEDMAN, Yona - L' Architecture de survie. Une philosophie de la pauvreté. Paris, Éditions de L'éclat, 2003.

FRY, Maxwell, DREW, Jane - Tropical Architecture in the Dry and Humid Zones. Londres, BT Batsford, 1964.

GODINHO, Marco António da Silva. Cova da Moura, Bairro "histórico" em evolução. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2010.

INE. - Características E condições da habitação, in Recenseamento Geral da População e Habitação, São Tomé: Instituto Nacional de Estatística, 2003.

JACOBS, Jane. (1961) - The death and life of great American cities. Nova Iorque, Random House Inc, 2002.

KOOLHAAS, Rem (1978) - Três textos sobre a cidade. Barcelona, Gustavo Gili, 2010.

LAGUERRE, Michel - The Informal City. Londres, Palgrave Macmillian, 1994.

LEFEBVRE, Henri - Le droit à la ville I. Collection Société et Urbanisme, Paris, Anthropos, 1968.

LENGEN, Johan Van - Manual do Arquitecto Descalço. Lisboa, Dinalivros, 2008.

LERNER, Jaime - Acupuntura urbana. Rio de Janeiro, Editora Record, 2003.

LOURO, Margarida; OLIVEIRA, Francisco; FELICIANO, Ana Marta; PIRES, Amilcar e LEITE, António, CASAS PARA UM PLANETA PEQUENO – Projecto Angola Habitar XXI: Modelos Habitacionais em Territórios de Macro Povoamento Informal, PixelPrint/Pandora, Lisboa, 2009.

MADEIRA, Teresa - Estudo Morfológico da Cidade de São Tomé no Contexto Urbanístico das Cidades Insulares Atlânticas de Origem Portuguesa. Revista do Centro de Estudos de Urbanismo e Arquitectura, 1, 1999.

MALHEIRO, Joana Bastos, MORAIS, João Sousa. São Tomé e Príncipe – Património Arquitectónico. Casal de Cambra, Caleidoscópico, 2013.

MORAIS, João Sousa. (Re)Construção de uma Disciplina em Arquitectura. Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

MORAIS, João Sousa. O Território do Projecto, Registos Conceptuais em Arquitectura, Prefácio, Colecções Didáctica, Centro Editorial da Faculdade de Arquitectura – U.T.L. 2008

PETERS, Paulhans; GARRIDO IBÁÑEZ, Juan José (1969) - Casas unifamiliares con patio. Barcelona, Gustavo Gili, 2001.

ROSSI, Aldo. A Arquitectura da Cidade. Lisboa, Edições 70, 2009

RUDOFISKY, Bernard (1964) - Architecture without Architects - A short introduction to non-pedigreed architecture. Londres, London Academy, 1981.

TURNER, John F. C. (1976) - Housing by People. Londres, Marion Boyars Publishers Ltd, 2000.

UNDP - Relatório de Desenvolvimento Humano – São Tomé e Príncipe 2002. As mudanças de 1990 a 2002 e o Desenvolvimento Humano. São Tomé, United Nations Development Programme, 2002.

UN-HABIT - The challenge of Slums - Global Report on Human Settlements 2003. United Nations Human Settlements Programme, Earthscan Publications Ltd, London, 2003.

UN-HABIT - Slums of the World: The face of urban poverty in the new millennium. United Nations Human Settlements Programme, Nairobi, Kenya, 2003.

### **Sites**

Archdaily - <http://www.archdaily.com>

Elemental - <http://elementalchile.cl>

Imagens de São Tomé - <http://www.travel-images.com/sao-tome-principe.html>

Boa Mistura - <http://www.boamistura.com/projects.html>

Declaração do E. EX. FRADIQUE DE MENEZES para a Sessão 57 da Assembleia Geral das Nações a 12 de setembro de 2002 em Nova Iorque  
<http://www.un.org/webcast/ga/57/statements/020912saotome E.htm>

Ciudad Evolutiva - <http://ciudadevolutive.com>

Gogurf- <http://gosurfafrica.com/sao-tome-principe/>

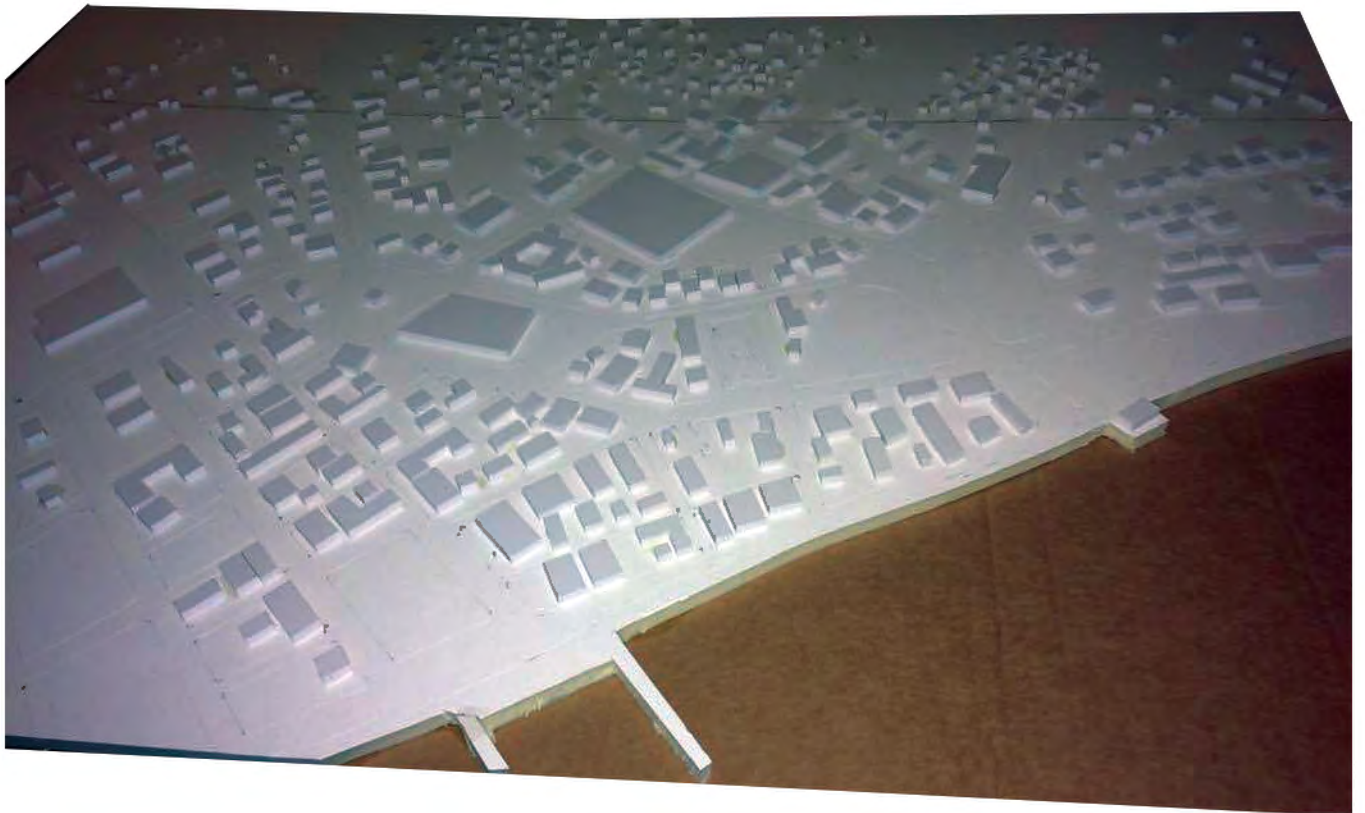
Noticias de São Tomé - <http://www.telanon.info>

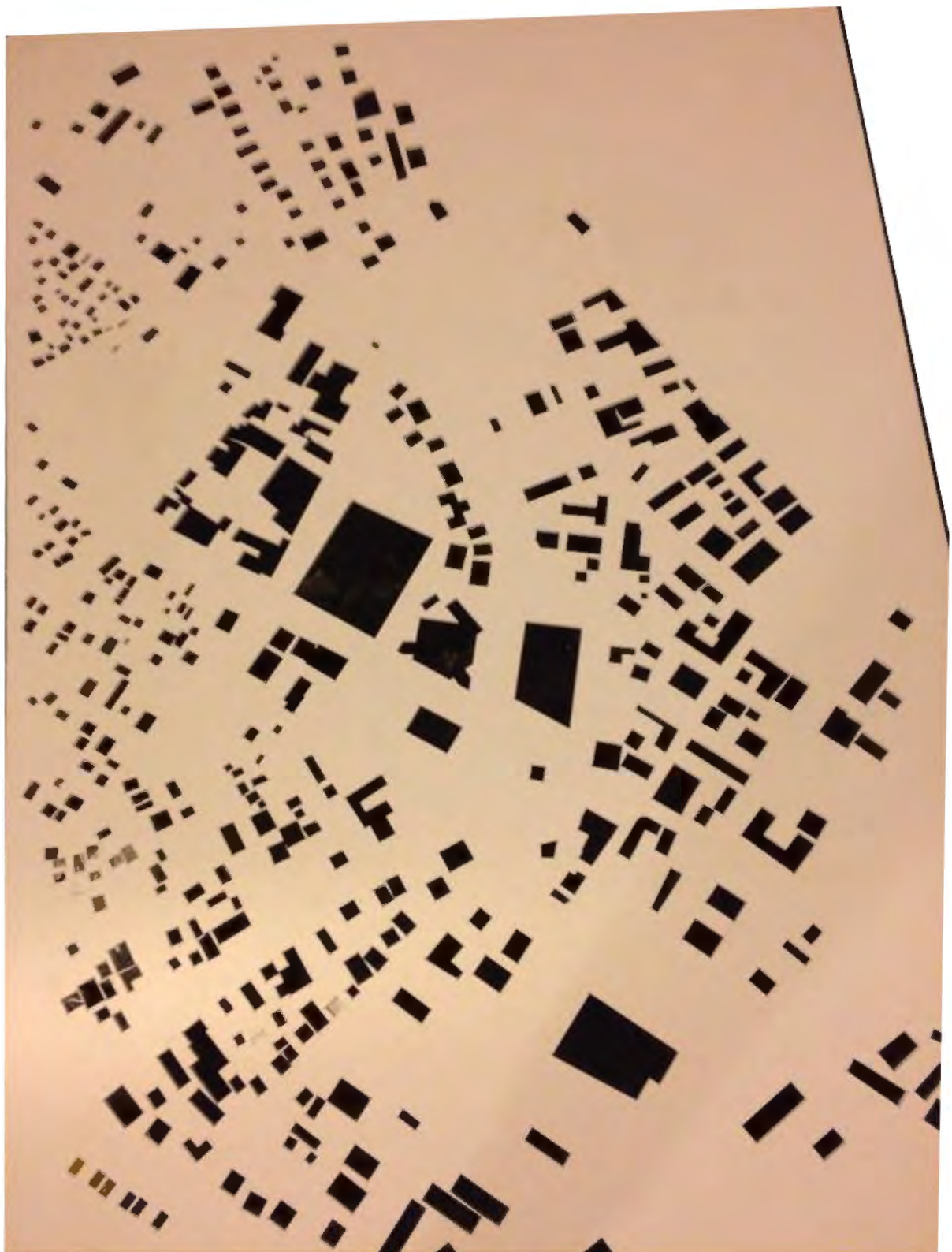
Lagos Wide & Close- An interactive Journey into an exploding city.

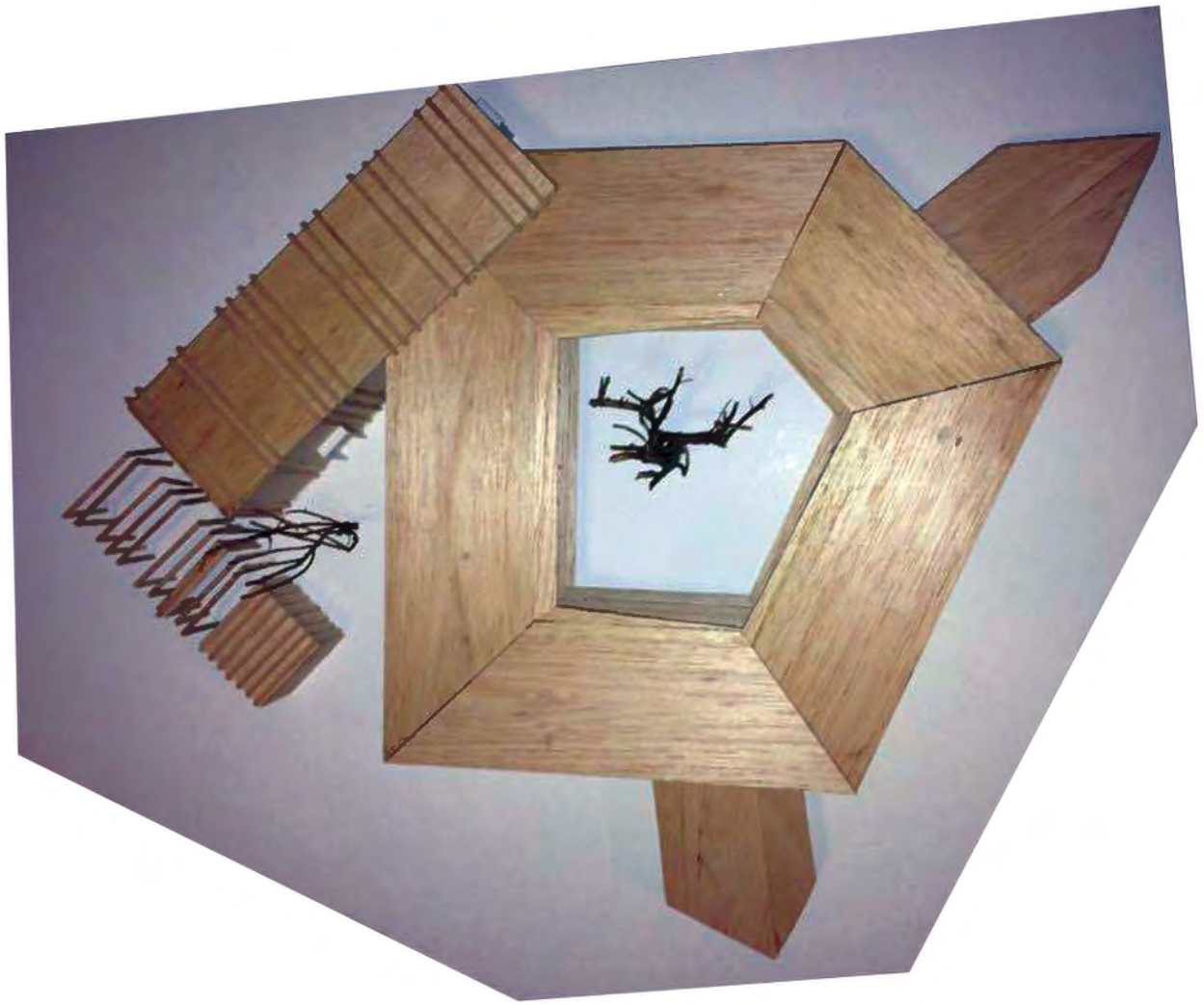
Rem Koolhaas - <http://lagos.submarinechannel.com>

O documento final possui 18.490 palavras

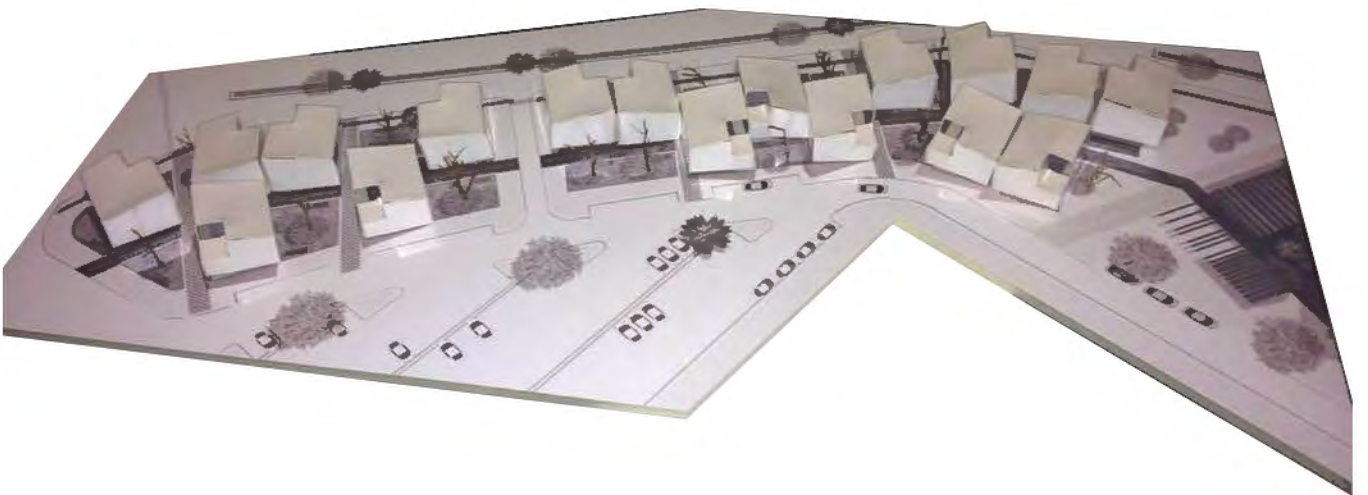
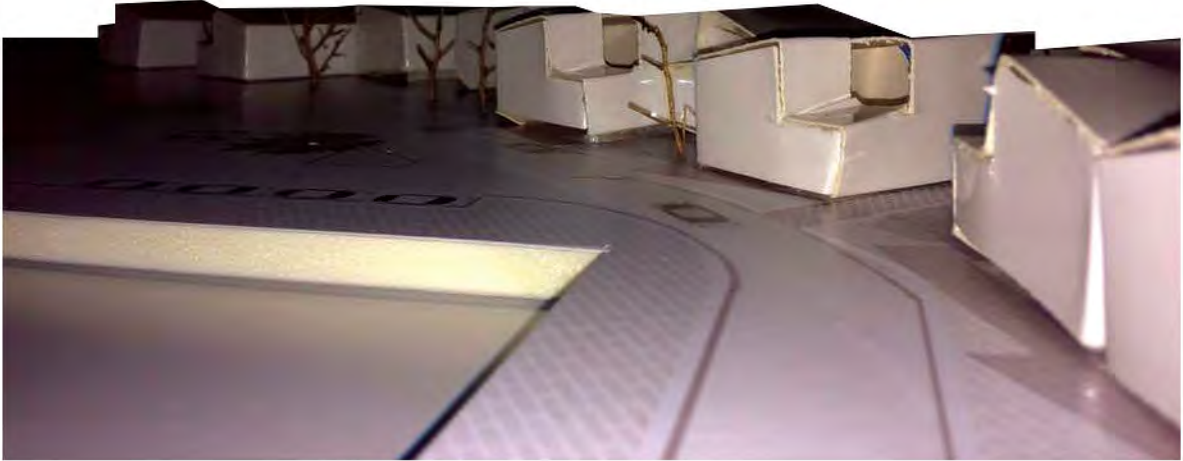


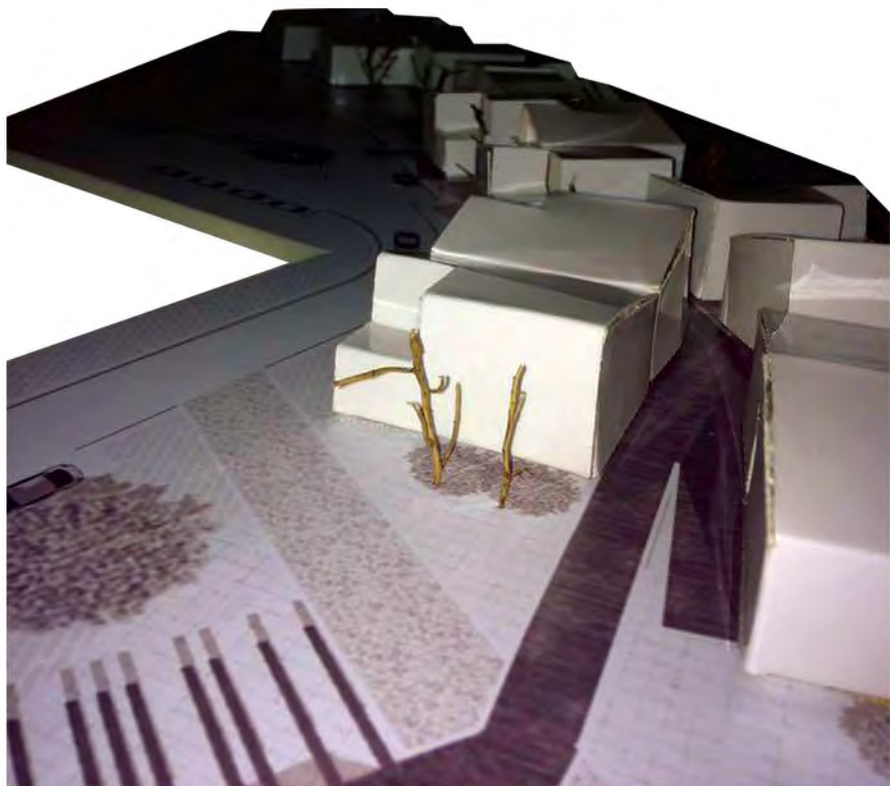


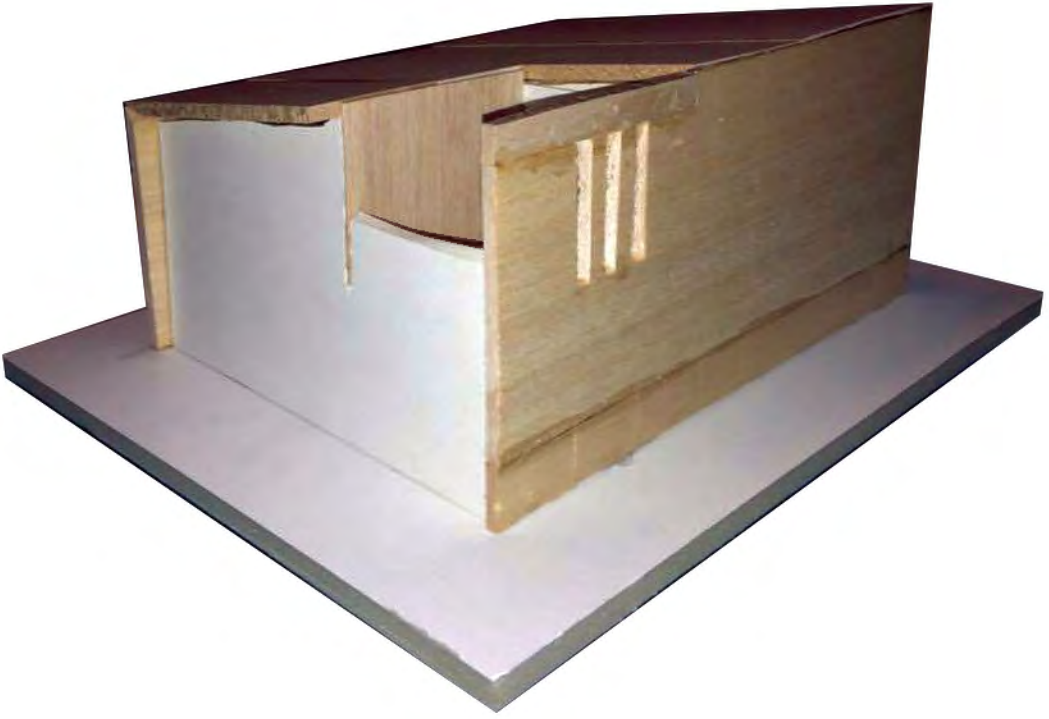
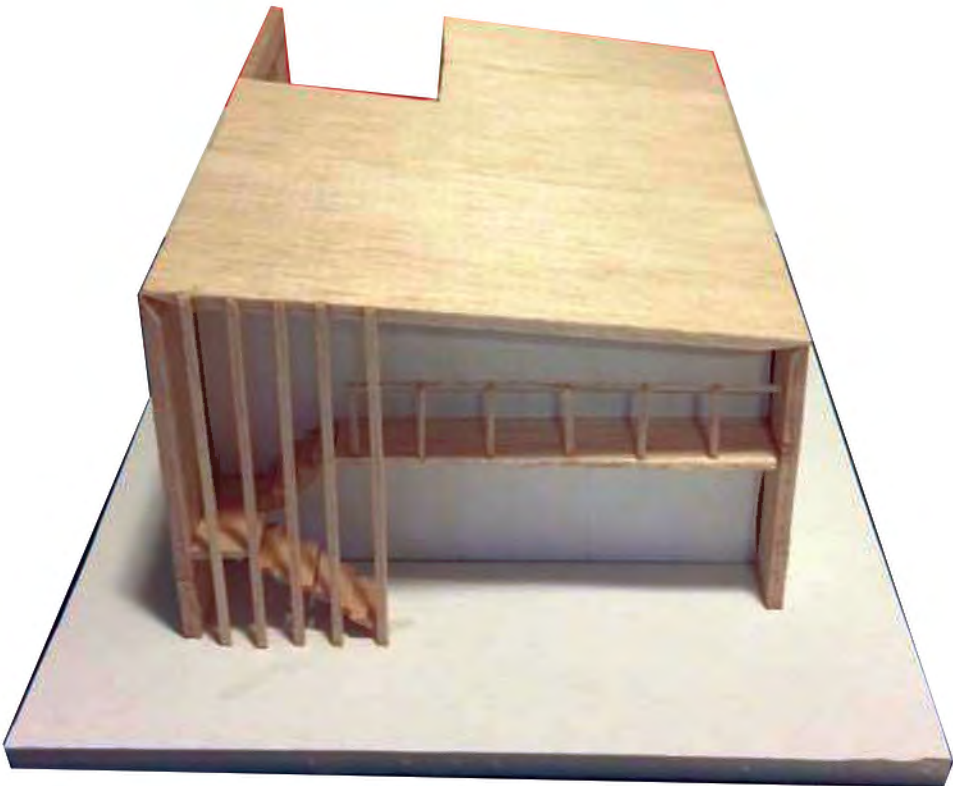














FORTI SÃO SEBASTIÃO

ALFÂNDEGA

OREIA MEIÃO

CORRED. FEIÇÃO TELEFÓNICA

PALAÇO DO GOVERNO

IREJA DA NOSSA SENHORA DA GRACIA (S)

PRIBO

ESCOLA PREPARATÓRIA PATRICE LUMUMBA

CÂMARA

MERCADO VELHO

MERCADO NOVO

IREJA DA CONCEIÇÃO

BAIJA CHAVES



PALAÇO DO GOVERNO



MERCADO NOVO



ESCOLA PREPARATÓRIA PATRICE LUMUMBA



IREJA DA CONCEIÇÃO



IREJA DA NOSSA SENHORA DA GRACIA (S)



OREIA MEIÃO



MERCADO VELHO



CENTRO CULTURAL



P01

Análise da cidade de São Tomé

ARQUITECTURA TROPICAL\_O REDESENHO DA HABITAÇÃO INFORMAL EM SÃO TOMÉ\_PROJECTO FINAL DE MESTRADO\_FACULDADE DE ARQUITECTURA\_CÁRIO FILIPE\_17473





ESCASSOS ESPAÇOS VERDES QUATIFICADOS

ESPAÇOS VERDES NÃO QUATIFICADOS

**ZONA FORMAL**

Trêsesse da malha urbana mais antiga da cidade. Tem uma base sustentada na sua concepção e infraestruturas. Os seus habitantes pertencem a uma classe social com maior poder económico que não transpõe o limiar virtual, vivendo dentro dos seus limites.

**ZONA INFORMAL**

Sem qualquer plano ou matriz de suporte é uma zona caracterizada por uma malha desorganizada e de corte precário. Os seus habitantes procedem originariamente do interior e transpõe de uma classe social com menor poder económico que vive e trabalha na zona informal e que, apesar de transpõe o limiar virtual por questões profissionais.

**VIA ESTRUTURANTE**

Principal via de acesso de entrada e saída da cidade. Tem como característica o seu desenho paralelo face à divisão virtual entre a zona formal e informal.

**VIA DE LIGAÇÃO**

Única via de ligação viária que atravessa perpendicularmente as duas realidades e que tem a potencialidade de ser uma das bases de elemento agregador da zona formal com a informal.

**ZONA COMERCIAL**

Lugar onde as duas realidades são menos visíveis fruto da diversidade de comércio existente. Grande oferta de transportes públicos.

**ZONA HISTÓRICA DA CIDADE**



VISTA AÉREA DA ZONA INFORMAL



EXEMPLO DE ARQUITECTURA INFORMAL



EXEMPLO DE ARQUITECTURA FORMAL



VISTA AÉREA DA ZONA FORMAL



ACUMULAÇÃO DE TÁXIS NA CIDADE



PERSPECTIVA DA ZONA INFORMAL



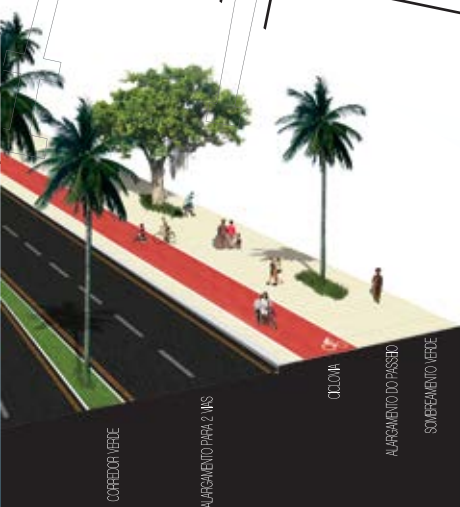


Requalificação da principal via de entrada e saída da cidade, com implementação de um corredor verde ao longo de toda a sua extensão.  
Criação de uma ciclovia que favorece aos usuários com deficiência para a vasta quantidade de turistas existentes na cidade.

Criação de um edifício público centralizado, próximo e sempre, que funcione como eixo de agregação entre as suas realidades da cidade.  
Criação de um polo turístico potencializador do eixo da cidade/ilha no que possui de interesse turístico de respeito.  
Implementação de oficinas laboratoriais com caráter temporário, utilizando edifícios existentes na cidade no que diz respeito à hospedagem e suas instalações.  
Criação de espaços públicos exteriores qualificadas.  
Implementação de lugares de estacionamento.

Criação de um polo turístico vocacionado para os desportos e turismo aquático, aproveitando o enorme potencial que a ilha tem para dar.  
Requalificação da freguesia marítima, à imagem da que foi a intervenção da via principal de entrada e saída da cidade, com inclusão de uma ciclovia.

Criação de mais de 100 lugares de estacionamento, inclusive destinados a táxis, utilizando assim o déficit de lugares existentes e o "coco" que essa situação gera.  
Fornece também espaço para os veículos dos próprios habitantes e da procura inerente fruto que a intervenção proposta para o Lugar.  
Nestes mesmos lugares está implícito o espaço destinado a pessoas de mobilidade reduzida.







B



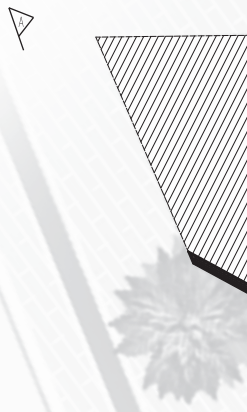
A



C



AA'



EDIFÍCIO PÚBLICO

1. VENDA LOCAL
2. LAVANDARIA
3. MERCERIA
4. QUIOSQUE
5. AGÊNCIA BANCÁRIA
6. FARMÁCIA
7. LOJA CÂMBIO
8. IS FEMININA
9. IS MASCULINA
10. RESTAURANTE
11. POSTO TURÍSTICO
12. SALA POLIVALENTE
13. CAFETERIA
14. PÁTIO

FORMADOR FUNDACÕES

1. SOLO NATURAL
2. TERRA COMPACTADA
3. ENFOCAMENTO DE GRANULOMETRIA GROSSA
4. ENFOCAMENTO DE GRANULOMETRIA FINA
5. LAJE DE BETÃO SIMPLES COM PENDENTE 2%
6. CAMADA DE ASSENTAMENTO
7. BLOCOS DE PEDRA ASSENTES EM FILEIRA
8. SISTEMA DE DRENAGEM PERIFÉRICO
9. FILTRO GEOTÊXTIL
10. PERFIL DE RECOBRIMENTO
11. GUIA INFERIOR DOS MONTANTES DO PISO
12. BARRILETE DE TRAVAMENTO
13. SOLEIRA
14. FUNDAÇÃO EM BETÃO CICLÓPICO COM INERTES LOCAIS
15. VIGA



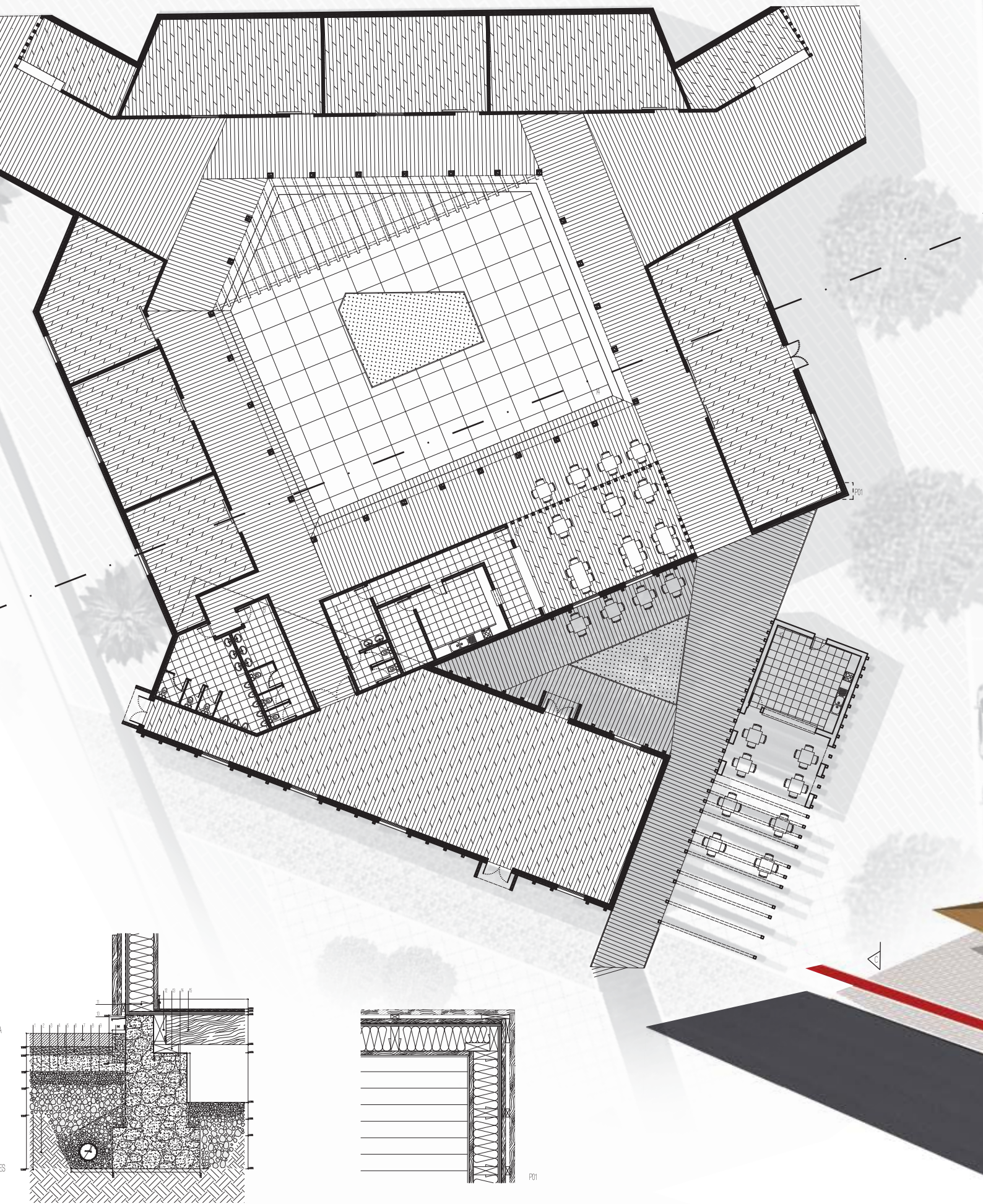
P05

Edifício Público Espaço Público

ARQUITECTURA TROPICAL DO REGIÃO DO NORTE EM SÃO TOMÉ PROJETO FINAL DE MESTRADO DA ESCOLA DE ARQUITECTURA FÁBIO FILIPE Nº7473



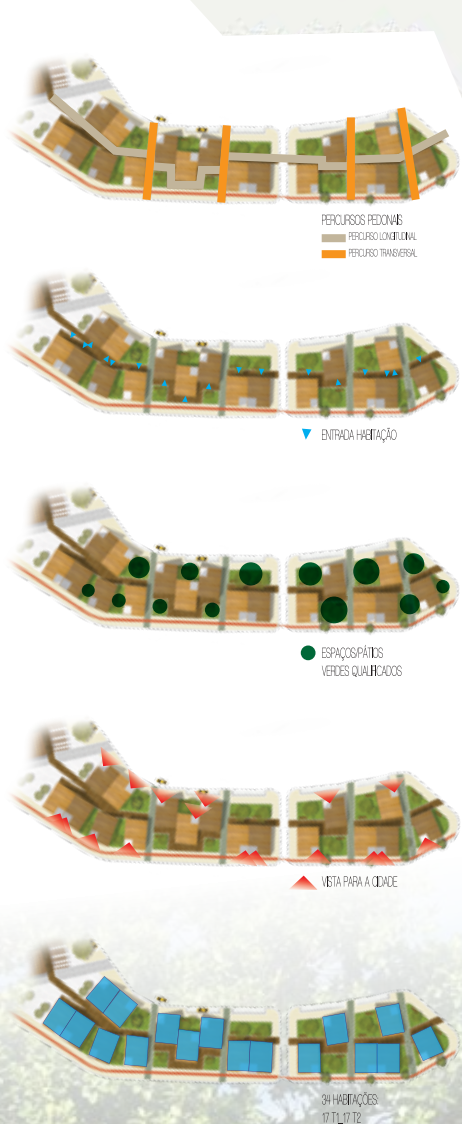
ESC. 1/100



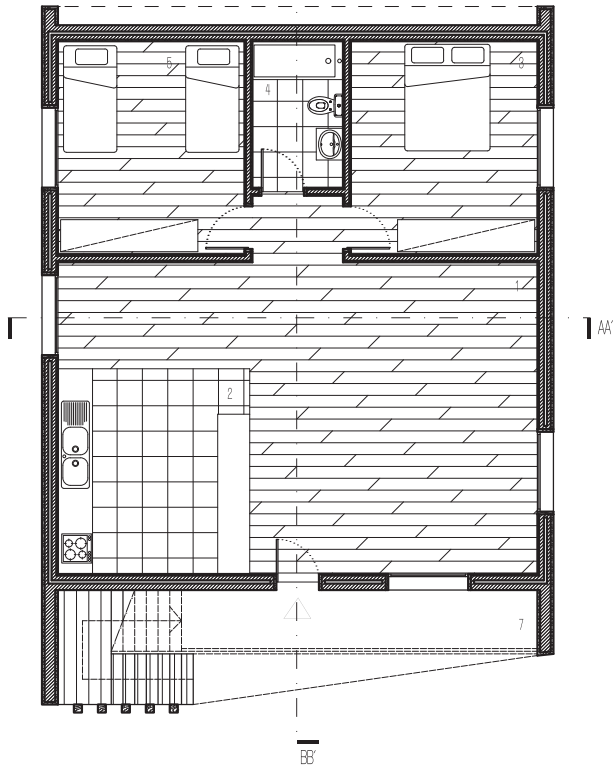


FORNIXORIBICAFLAR

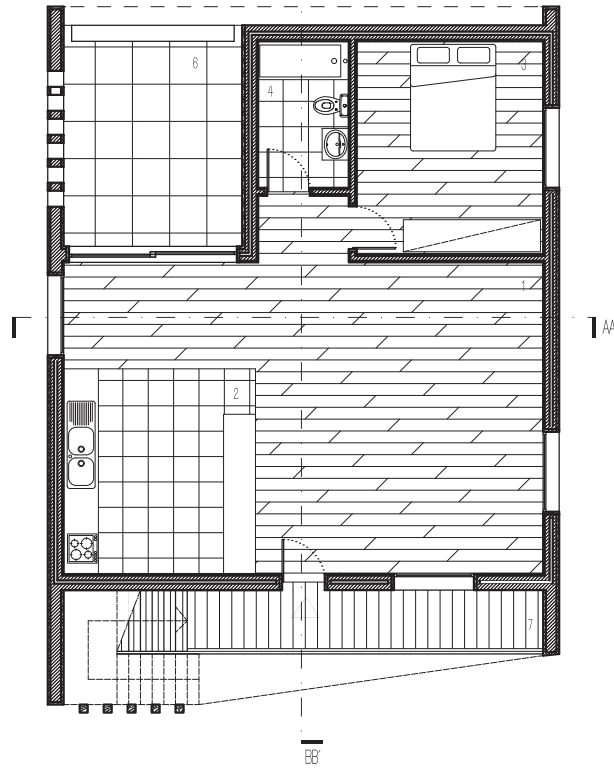




FISO 0



FISO 1

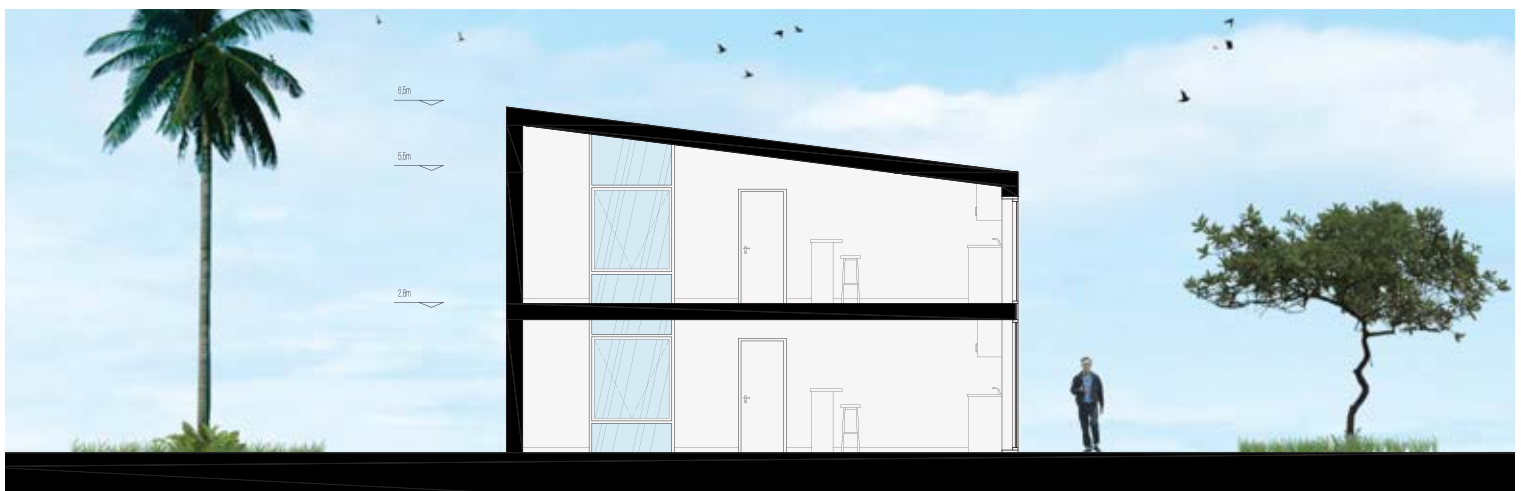


HABITAÇÃO TEMPORÁRIA

- 1 SALA
- 2 COZINHA
- 3 QUARTO I
- 4 IS
- 5 QUARTO I
- 6 VARANDA
- 7 ACESSO



BB'



AA'





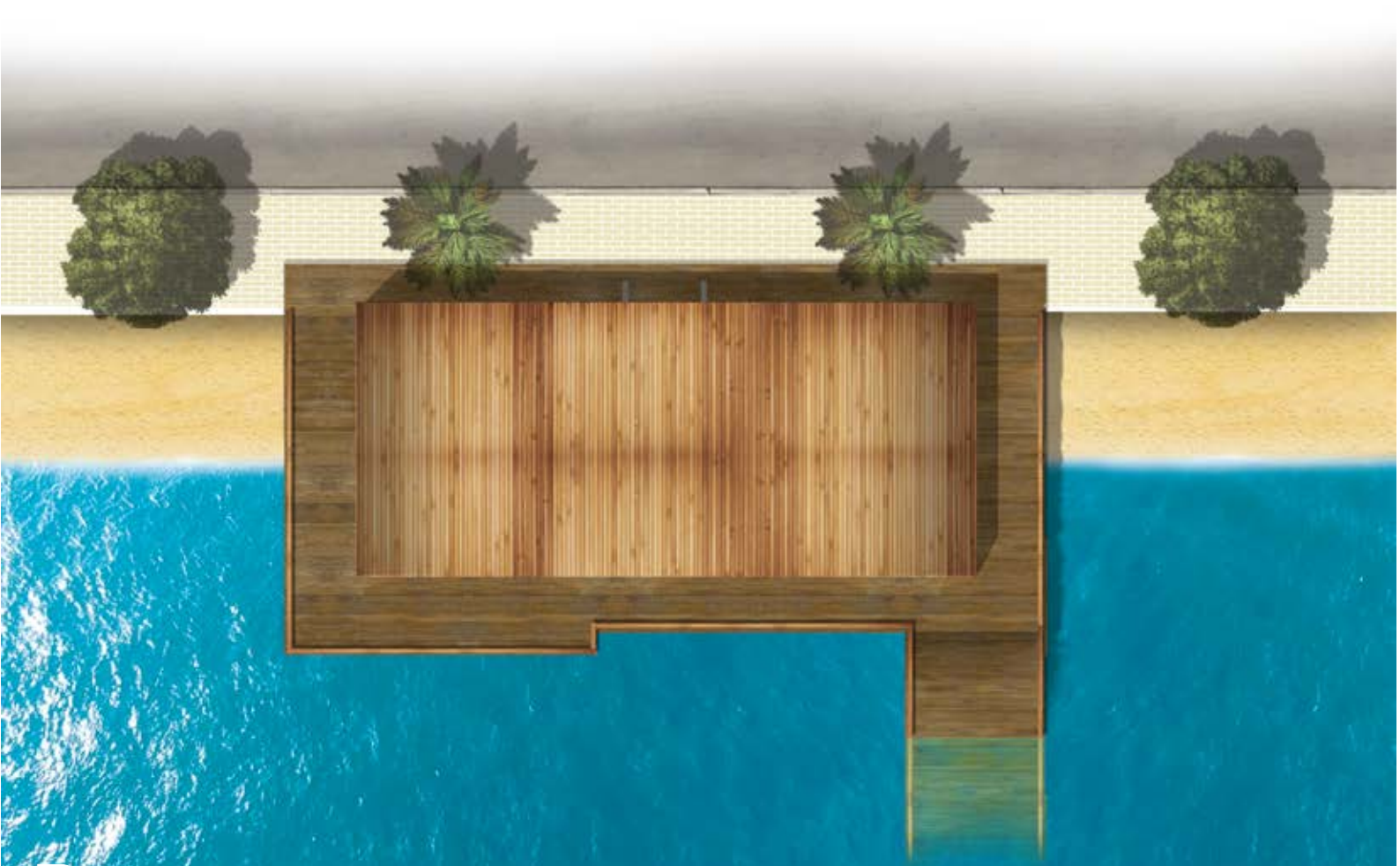
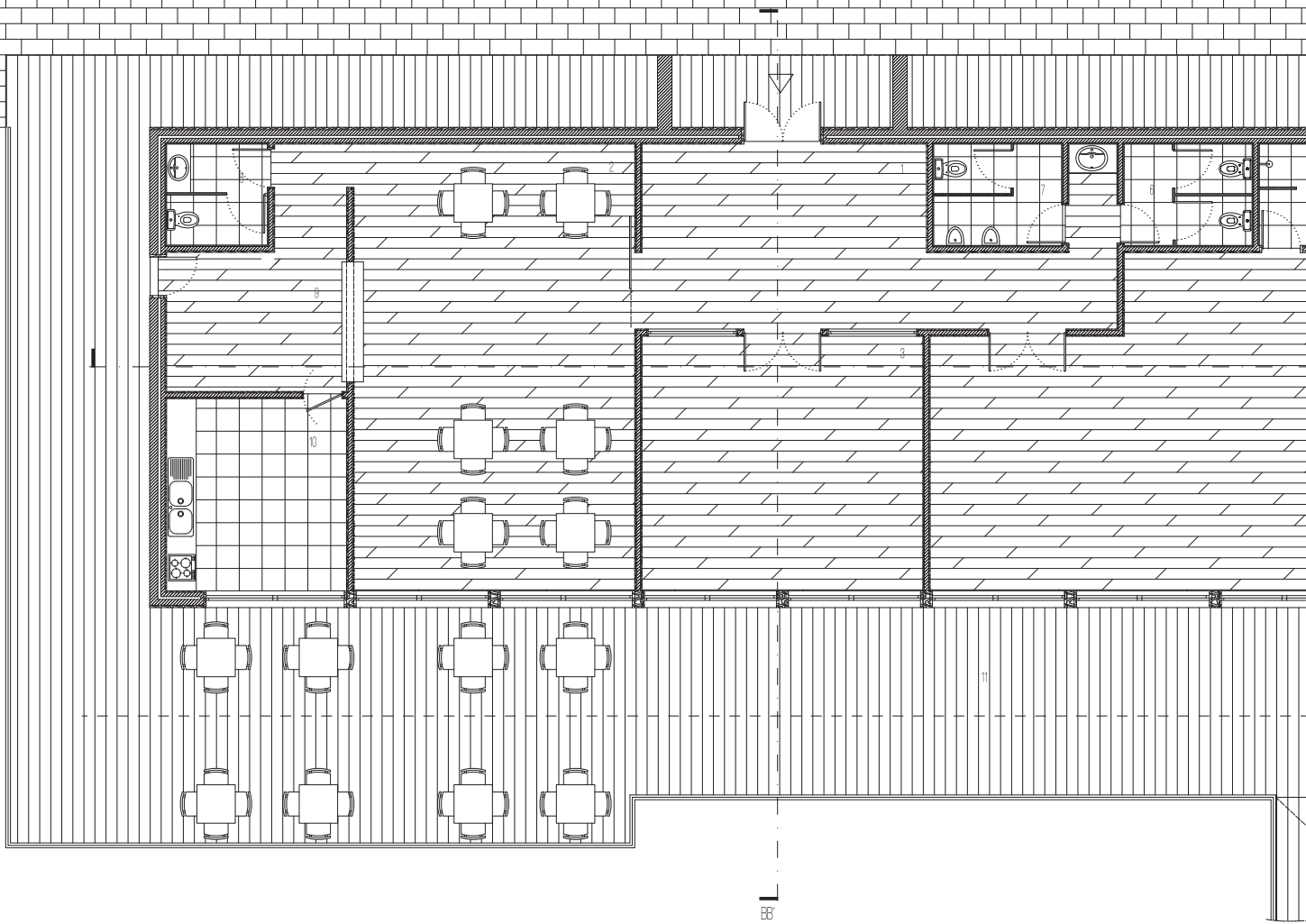
ALÇADO FRONTAL\_ALÇADO POSTERIOR

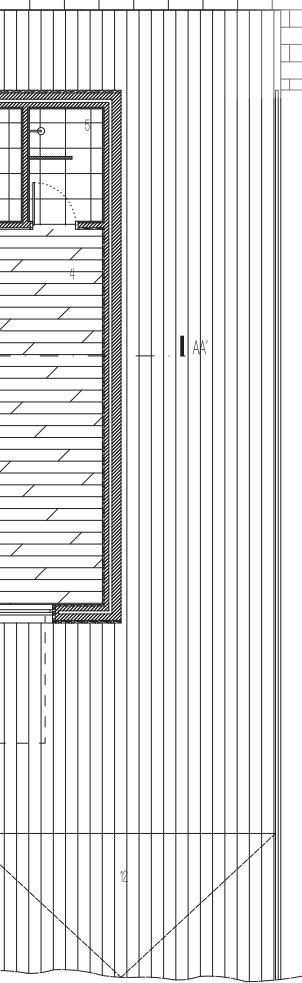


ALÇADO LATERAL DIREITO



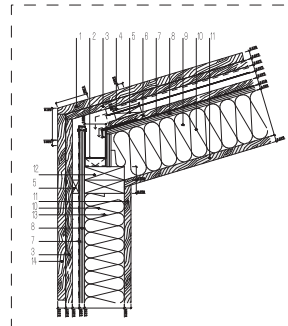
ALÇADO LATERAL ESQUERDO



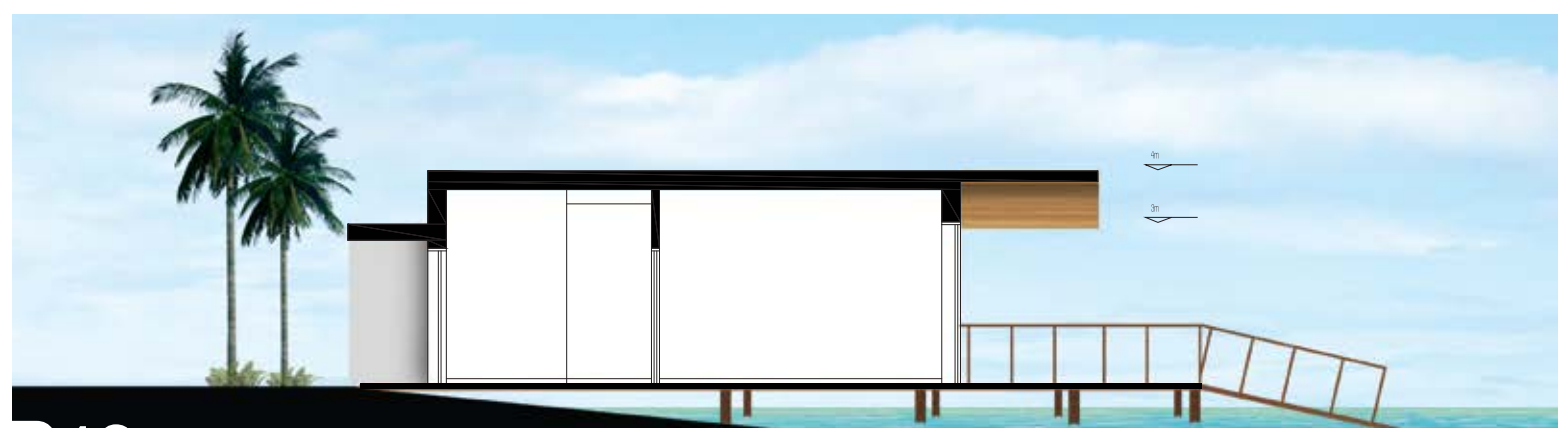
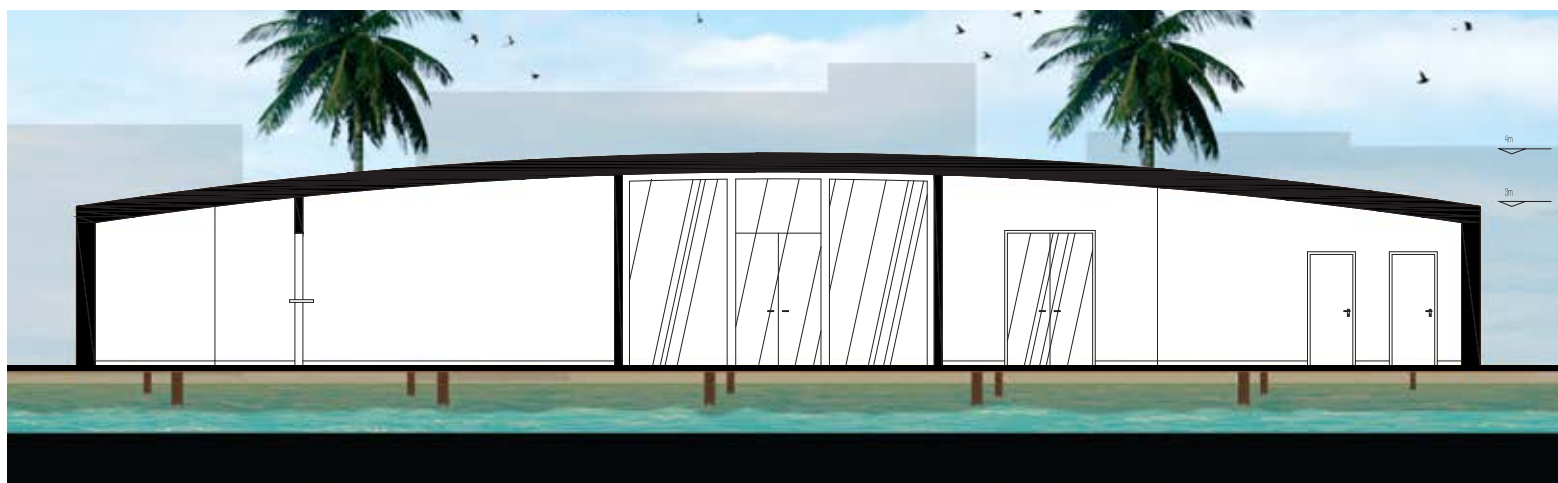


POLO TURISTICO MARITIMO

- 1 HALL
- 2 BARRA/VAFETARIA
- 3 POSTO TURISTICO
- 4 ESCOLA DE DESPORTOS NAUTICOS
- 5 ZONA DE DUCHE
- 6 IS FEMININO
- 7 IS MASCULINO
- 8 IS
- 9 COPA
- 10 COZINHA
- 11 DECK EXTERIOR
- 12 ACESSO AO MAR



- PORMENOR PAREDE/COBERTURA
- 1 ACABAMENTO EXTERIOR DA FACHADA EM RÉGUAS DE MADEIRA
  - 2 SUPORTE ESTRUTURAL EM MADEIRA DO ACABAMENTO EXTERIOR
  - 3 IMPERMEABILIZAÇÃO COM BARREIRA DE VAPOUR
  - 4 COMPENSADO ESTRUTURAL
  - 5 MONTANTE
  - 6 ISOLAMENTO TÉRMICO
  - 7 PIPA
  - 8 TRAVESSA DUPLA
  - 9 MOLDURA EM MADEIRA
  - 10 CALERA
  - 11 CHAPA METÁLICA DE ESCOAMENTO
  - 12 CABRO
  - 13 EMPENA
  - 14 REVESTIMENTO INTERIOR EM PLACAS DE MADEIRA

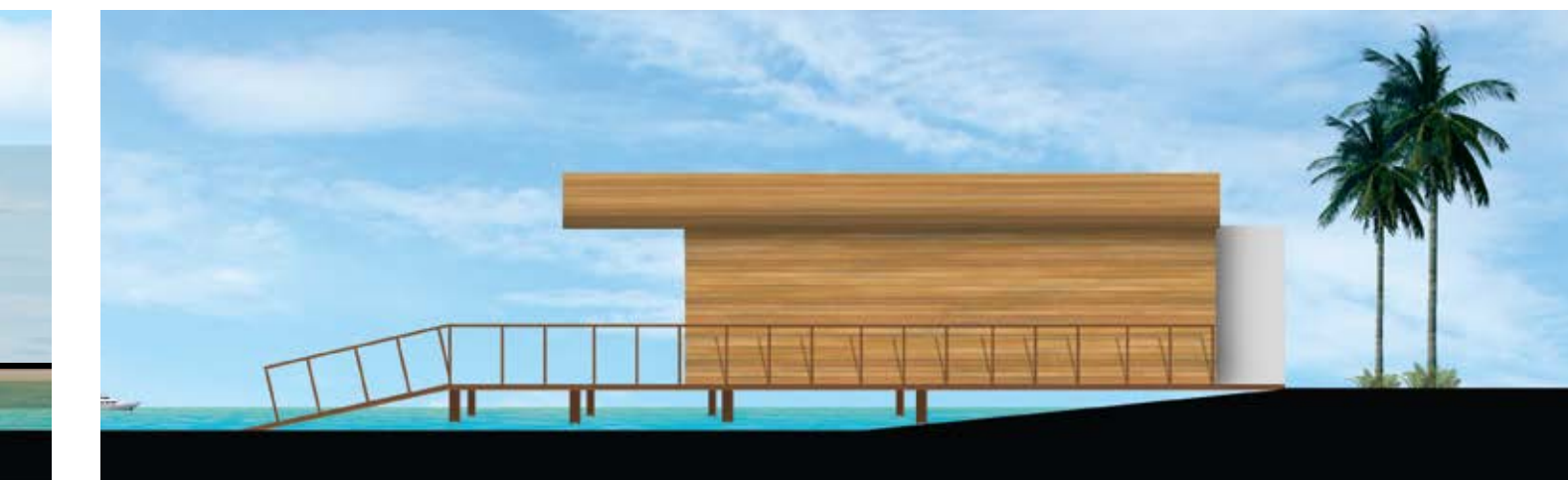




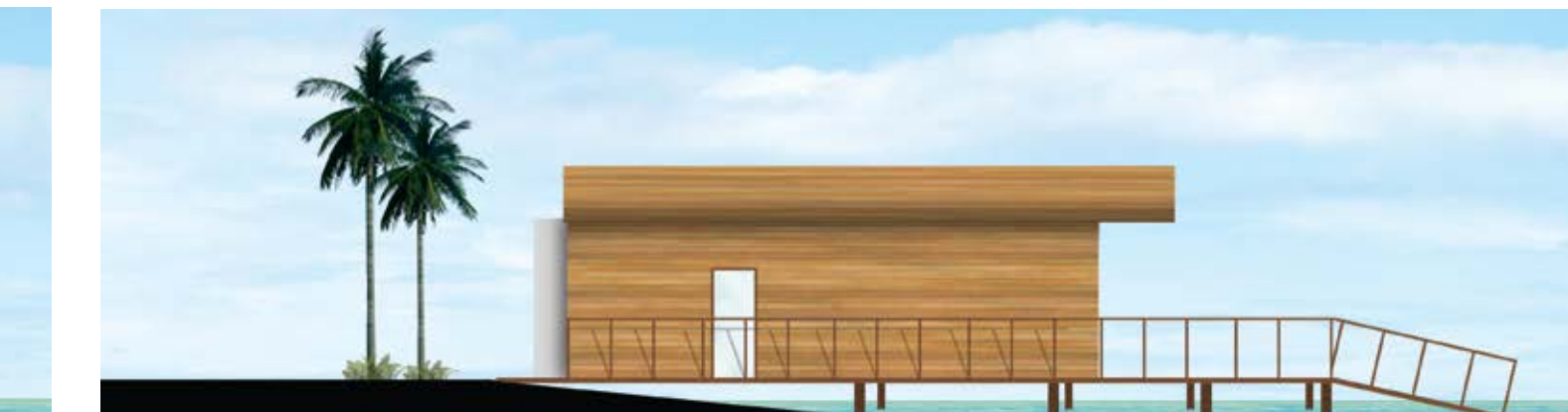
ALÇADO POSTERIOR



ALÇADO FRONTAL



ALÇADO LATERAL DIREITO



ALÇADO LATERAL ESQUERDO